

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 02/2019**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO**

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão  
21 de dezembro de 2018** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 1.ª Sessão Extraordinária  
de 25 de janeiro de 2019** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público.  
Muito bom dia. Sejam todos bem-vindos, fazendo votos que seja mais uma Sessão valiosa para todos nós na qualidade em que cada um se encontra.  
Dado verificar-se quórum, estamos portanto em condições de dar início à nossa Sessão.  
Começo por passar a palavra à Senhora Secretária para fazer o ponto da situação das ausências de hoje.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público.  
Muito bom dia a todos.  
Relativamente à mobilidade desta Assembleia dizer-lhes que foram aceites todas as justificações e que foram efetuadas as respetivas substituições dos seguintes Membros Municipais: Senhor Deputado Municipal *Dinis Humberto Veiga* foi substituído pela Senhora Deputada Municipal *Rute Isabel Trigo Gonçalves*, o Senhor Deputado Municipal *Luís José Herdeiro Mosqueteiro*, foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal *Fábio Correia*, o Senhor Deputado Municipal *Nuno Miguel Silva Magalhães* foi substituído pela Senhora Deputada Municipal *Raquel Alves*, a Senhora Deputada Municipal *Leticia Salvador* foi substituída pelo Senhor Deputado Municipal *José Faustino da Cunha*, o Senhor Deputado Municipal *Mário Domingos Morais* foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal *Manuel Alcino Gomes*, o Senhor Deputado Municipal *Joaquim Clemente* foi substituído pelo Senhor Municipal Deputado *Hélder Castelo*.  
Temos, também, mais uma ausência que não estava prevista que nos foi comunicada já tardiamente por imprevistos, do Senhor Deputado Municipal António Martins, que já não pode ser substituído.  
Relativamente ao expediente que foi recebido e também o expedido, continuar a informar Vossas Excelências que o mesmo se encontra disponível para consulta, no Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, em horário regular.

**“DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Passo, então, ao ponto 1 - Atas - Leitura, discussão e votação das atas da 5.ª Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2018 e da 1.ª Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019.  
Sobre este ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?  
Não há intervenções sobre este ponto?  
Passamos, então, à votação da ata da 5.ª Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2018.  
Quem vota contra?

Quem se abstém?

A ata foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação da ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A ata foi, também, aprovada por unanimidade.

## **1 - Atas - Leitura, discussão e votação das atas da 5.ª Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2018 e da 1.ª Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019.**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar as atas da 5ª Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2018 e a ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passo, então, ao ponto 2 - 1.º Período de Intervenção do Público.

Pergunto se alguém do Público pretende inscrever-se para intervir?

### **1.º Período de Intervenção do Público**

#### **2 - 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Não há intervenções do Público pelo que passo de imediato ao ponto 3 - Período Antes da Ordem do Dia.

### **Antes da Ordem do Dia**

#### **3 - Período Antes da Ordem do Dia.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passo a perguntar sobre este ponto quem é que se quer inscrever para intervir?

Da bancada do PSD é só o Senhor Deputado *Paulo Pinto*?

Do CDS?

Passo, então, a palavra ao Segundo Secretário para conferir as inscrições.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Mesa regista as seguintes inscrições: da bancada do CDS o Deputado *Virgílio Tavares*, da bancada do PSD os Deputados *António Figueiredo* e *Paulo Pinto*, da bancada da CDU *Jorge Humberto*, por parte da bancada do PS as Deputadas *Lídia Noura*, *Rita Messias* e *Patrícia Bernardo* e ainda os Deputados *Vítor Correia* e *Agostinho Beça*.

Correto? Muito bem, obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Antes de iniciarmos a chamada, por ordem de bancada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quer fazer uma comunicação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mais uma vez muito bom dia. Eu vou ser breve, e como introdução começo por me dirigir aos Membros da Assembleia com o propósito de clarificar um assunto que por vezes gera algumas interpretações deturpadas ao Regimento e à própria Lei, mas que sempre que oportuno e me seja permitido, irei referenciar.

Neste caso concreto eu gostaria de lembrar, porque a Lei 75/2013, no seu artigo 29.º no que diz respeito à alínea m), refere o seguinte: “À Mesa da Assembleia Municipal compete, dar conhecimento a essa mesma Assembleia do expediente recebido “relativo aos assuntos Relevantes”. A Lei diz expressasse assim...

Ora bem, relevantes..., trata-se de uma questão subjetiva, porque na perspetiva de cada um há coisas mais relevantes ou menos relevantes, mas, na perspetiva da Mesa, aquilo que para nós é relevante é de facto o que vos apresentamos, dado que é a nós que compete fazer essa avaliação.

Deixai-me dizer-vos que no último ano, tivemos 835 comunicados, ou eu tive no meu *email* 835 comunicados. Grande parte desses assuntos são importantes, mas não relevantes ao ponto de eu ter que os trazer aqui à Assembleia. Queria clarificar isso, porque eu sei e já não é a primeira vez que sou acusado de que não trago aqui algum tipo de correspondência. Está aqui a justificação, o porquê e a clarificação da Lei. No entanto, há assuntos que pela sua relevância eu até entendo que não devo

mandar apenas a correspondência, devo mesmo comentá-los... como é o caso daquilo que passo a referir: Foi-me comunicado no mês passado pela Senhora Presidente da Câmara da sua pretensão em propor distinções municipais de mérito a figuras de relevo do nosso concelho. Foi-me, também, comunicado no mês passado, janeiro, pelos Senhores Vereadores da Oposição da sua iniciativa em propor a atribuição da medalha de ouro do Município de Mirandela à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela pelos seus 500 anos. Desde já, os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Vereadores da Oposição em nome de todos nós, pela deferência e atenção para com a Assembleia Municipal ao partilharem connosco e antecipadamente tão importante propósito. Tanto mais que ao contrário do que é usual na maioria dos Municípios Portugueses, o Regulamento das distinções Municipais do Município de Mirandela não prevê que tais distinções sejam deliberadas em Assembleia., aqui não são, é uma decisão Regimental que cabe ao executivo e assim sendo, apenas por cortesia como foi o caso teremos conhecimento antecipado das distinções que se pretendem atribuir. Portanto os nossos agradecimentos em nome da Assembleia e gostaria naturalmente que sempre que for oportuno nos façam chegar este tipo de informações porque serão sempre muito bem-vindas para todos nós.

É claro que também não deixarei de referir outros assuntos de que tenha conhecimento, como é o caso da atribuição do prémio Nuno Nozelos que em tempos idos foi aqui aprovado na Assembleia e vai ser agora uma realidade. É também uma informação muito bem-vinda, tanto mais que se trata de um dos distinguidos e vemos algo que aqui foi aprovado ser colocado em prática é muito bom. É gratificante sabermos que há assuntos que são aqui deliberados e que não caem em “saco roto”, desculpem-me o termo. Também felicitamos, de facto, os responsáveis por isso.

Para finalizar e ainda sobre aquela questão inicial da atribuição das distinções por mérito, eu sei que há uma tentação muito grande, de nós muitas vezes nos imiscuirmos nos assuntos que são do executivo. Executivo esse composto pela Senhora Presidente e todos o Vereadores..., Vereadores a tempo inteiro e Vereadores da Oposição mesmo sem pelouros.

Eu penso que essa não é a nossa função. Não tenho que pronunciar-me muito sobre isso, vocês são livres, essencialmente no período antes da ordem do dia de o fazerem, mas eu acho que nós devemos aqui, neste Período Antes da Ordem do Dia, debruçarmo-nos sobre assuntos do nosso pelouro, como a habitação, o urbanismo, a educação, a saúde..., tantos e tantos temas do nosso concelho com problemas, sobre os quais devemos alertar o Executivo. As discussões internas do Executivo devemos deixá-las para os partidos que compõem o Executivo, até porque, há mecanismos legais para ver quem tem razão ou deixa de ter razão. Refiro isso porque com certeza que, tal como eu, todos leram a ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Mirandela. É um alerta que eu queria fazer porque se tem verificado que especialmente no Período Antes da Ordem do Dia incidimos em demasia sobre tais questões...

Aqui na Assembleia, os Senhores Deputados focam-se demasiado na Presidente da Câmara. Parece que isto é um pequeno universo em que a Presidente da Câmara é o centro desse universo e, de facto, não é. Claro que a Senhora Presidente da Câmara, política experiente, aproveita a situação...

Então, o que se acaba por verificar? Defrontarmo-nos com atas das nossas reuniões com dezenas e dezenas de páginas, em que nós membros da Assembleia ocupamos 40% e a Senhora Presidente ocupa 60%. Atas extensas, muitas das vezes com respostas a questões que não são bem os nossos problemas e ou de relevância para nós.

Eu, como será a minha função, alerto-vos para isso. Nós devemos ser Assembleia no seu todo... com especial enfoque em nós mesmo e nos problemas do nosso Concelho.

Vou mais longe...colocando-vos a seguinte questão: o que seria da Assembleia da República quando não está lá o Governo presente? Não teriam debate? Nós temos aqui presente o Executivo para o questionar, fazer perguntas e aguardar respostas, apenas isso... especialmente no Período Antes da Ordem do Dia. O Executivo não deve nem pode ser o alvo de permanente ataque nem de todas as atenções dos senhores deputado.

Vamos ser, de facto, mais Assembleia, peço-vos isso, acho que todos ficaremos a ganhar.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Presidente, passo, então, de imediato a chamar por ordem de inscrição o Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Membros eleitos, Público Presente, Comunicação Social.

Senhor Presidente, o grupo parlamentar do PSD revê-se inteiramente nas suas palavras. O que é da Democracia deve ser tratado pelos Órgãos legitimamente eleitos. A respeito da atribuição de medalhas de mérito a ilustres mirandelenses, assim como a Instituições, nós revemo-nos em todas elas, se porventura algum procedimento político ou administrativo mais incorreto, que a Democracia o esclareça, mas nunca pomos em causa aqueles que foram nomeados e que vão ser homenageados, julgo que tardam por isso. Sobre o tratamento dos assuntos a favor do desenvolvimento de Mirandela, aquele repto que o Senhor Presidente lançou aqui há algumas Assembleias atrás que nós nos revemos inteiramente e não saímos deste registo, somente este registo que é tratar do desenvolvimento do concelho de Mirandela e por vezes temos muita dificuldade em tratar nesta Assembleia aquilo que é acessório mas que muitos querem tornar assunto importante.

Senhora Presidente da Câmara nesta Ordem do Dia tenho vários assuntos. Começava pela derrocada do LIDL, tanto quanto sei, vai haver julgamento em breve. Senhora Presidente, tantas expectativas criaram as famílias que se viram vítimas de um grande infortúnio, que têm as suas vidas empacotadas. Que tantas promessas obtiveram da sua parte na campanha eleitoral e agora que chega a hora do julgamento a Senhora Presidente não teve a capacidade política nem negocial para resolver as suas vidas.

Senhora Presidente, em relação à água, outro tema da campanha eleitoral que a Senhora Presidente soube tão bem aproveitar, temos rececionado que a água tem uma leitura de dois em dois meses, mas que depois nas faturas muitos dos que usam e utilizam a água, nas suas faturas vêm contas somadas pela leitura tardia dos seus gastos mensais e que tanto reparo mereceu da sua parte na campanha eleitoral, mas que pelos vistos está a cair no mesmo incumprimento.

E agora Senhora Presidente, Plano Nacional de Investimentos 2030, que lhe tem sido tão caro a si e ao seu Partido. Um Partido que já teve demissões concelhias por não se reverem na atuação deste Governo, deste Primeiro-Ministro, deste Ministro que falhou investimento Pedro Marques, que tanto investimento deixou de efetuar assim como também na utilização devida de

Fundos Comunitários que tanto falam no Interior que se lembram só do Interior quando há incêndios e que agora produzido este documento, nada produziram para o concelho de Mirandela e para o Distrito.

Senhora Presidente como é que fica Mirandela no Plano Nacional de Investimentos?

O que é que ficou esquecido por reivindicar?

Se está satisfeita com o resultado produzido e o que é que pensa fazer para futuro?

Não me vou alongar. Sobre o PNI, nem verdadeiramente o que é que o PNI trata porque não temos tempo para tratar de mais assuntos, mas Senhora Presidente, o PNI tinha desígnios estratégicos, a coesão, a competitividade, a inovação, a sustentabilidade e a ação climatéricas. Em termos setoriais, trata temas como a mobilidade e transportes, o ambiente, a energia e os regadios.

Senhora Presidente, o PNI deve contribuir e ao não fazê-lo, só pode aumentar as assimetrias regionais, criar um fosso entre o interior e o litoral e que não mobiliza de maneira nenhuma o melhor para cada um dos territórios para o crescimento da economia na redução das assimetrias regionais no combate ao despovoamento e aos problemas da interioridade. Senhora Presidente gostava que abordasse este tema e que porventura se revê na demissão dos seus Dirigentes Distritais porque não se revêm naquilo que o Governo contemplou a favor do interior.

Julgo que é só.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Nós estamos com um problema grave de som. Eu não sei se os técnicos de som poderão fazer alguma coisa nesse sentido.

É preciso fazer uma pausa? Não? Então vamos dar dois ou três minutos para ver se conseguem resolver o problema.

Parece que está resolvido.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Vamos continuar com as intervenções. Passo a chamar a Senhora Deputada Lúcia Noura. Faz favor.

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Noura (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais.

Decorrido pouco mais de um ano, sobre a minha iniciação nesta honrosa Assembleia em que me mantive silenciosa, mas só e apenas, com o intuito de privilegiar a aprendizagem e entender a verdadeira e correta ação que os Deputados Municipais estão, ou devem estar predestinados.

Entendi ser hoje o momento de quebrar esse silêncio com o objetivo bem definido, frontal e genuíno. Mas primeiro quero deixar aqui uma apreciação sobre o que foi a meu ver o desempenho global desta Assembleia no decurso do último ano. Confesso que constatei com alguma surpresa que a ação dos vários quadrantes políticos é feita de forma entusiasmada, aguerrida e carregada de convicções. Salvo uma ou outra querela menos ética e que não pôde deixar de me entristecer, no seu todo aplaudo o desempenho geral dos meus colegas das várias bancadas.

Também o desempenho do Executivo, na pronta resposta às questões apresentadas revelou-se honrosa criativa e de uma frontalidade merecedora de elevada nota. Registei com agrado a postura da Senhora Presidente da Câmara nos difíceis confrontos e à sua tentativa de clarificar ao pormenor todos os assuntos em debate sem nunca tentar fugir aos problemas com estratégias demagógicas ou evasivas tão comuns e usuais nos políticos da atualidade.

Uma referência, também, e esta muito especial para a Mesa da Assembleia. Não posso deixar de felicitar o Senhor Presidente e os Senhores Secretários pelo excelente desempenho na ação que lhes foi incumbida, ao primar desde a primeira hora com imparcialidade acima de qualquer suspeita, por uma tolerância até aos limites do razoável e por uma correção fora de série. Mas também fazendo uso da respetiva e legítima dureza quando algumas das regras mais elementares, porventura, são quebradas.

Feita a respetiva leitura, por parte desta principiante e ainda inexperiente Deputada Municipal, gostava de abordar agora um tema importante. Um tema de certo modo preocupante, mas também um tema que aspiro profundamente acabe por ter um bom desfecho. Refiro-me concretamente ao Cachão. Vou começar por fazer um breve resumo histórico baseado nalguns escritos e na minha própria vivência ao longo do período da minha infância e juventude passados no local.

O Complexo Agro-industrial do Cachão surgiu em meados de 1963 com o propósito de valorizar a região transmontana, através do lançamento de projetos que modernizassem as explorações agropecuárias e a segurança e a qualidade da produção nessas áreas, bem como contribuir para o escoamento dos produtos no mercado. O Eng.º Camilo de Mendonça de boa memória foi o seu mentor e carinhoso pai. O Cachão começou por ser um sítio, um lugar, associado ao rio Tua que corre a seus pés, uma vez que o local onde se situava a aldeia primitiva, o Rio fazia um Cachão. Os agricultores moíam cereal nas azenhas instaladas na cachoeira, quando questionado sobre onde iam moer, respondiam que iam ao Cachão e foi daí que o nome ganhou consistência e acabou por se afirmar.

Entre os vetores dinâmicos que contribuíram para a elevação da categoria a aldeia e ao respetivo desenvolvimento, contam-se a Estação do caminho-de-ferro e o projeto Agro-Industrial.

O CAICA destinou-se essencialmente à valorização e à expansão das produções Agropecuárias da região, através da sua transformação industrial e consequente escoamento dos produtos canalizando-os para o mercado interno e externo.

Apesar de os Transmontanos acreditarem sempre na força impulsionadora que esta obra veio imprimir à região e no país, após o 25 de abril o setor entra em colapso. Tendo o CAICA passado pela gestão de diversas comissões instaladoras ao sabor do enquadramento político da época e que acabou por desacreditar uma obra que tinha sido idealizada como motor da região nordestina.

O encerramento do CAICA deu-se em 1992. Depois de uma série de tentativas furadas de revitalização foi entregue às Câmaras de Vila Flor e Mirandela. As Câmaras procederam à criação de um Parque Industrial contando durante vários anos com respetivo aproveitamento de algumas das unidades do Complexo, mas também com a criação de unidades novas.

Nesta última década, as coisas viriam a complicar-se com artimanhas várias até que se chegou aos dias de hoje com a situação bem conhecida.

Foi dado, no entanto, um passo muito importante nos últimos meses. Um passo importante em primeiro plano para a população, mas também importante pelo simbolismo que representa para o Concelho. Estou naturalmente a falar na recente retirada da lixeira, mas não só. O que a Senhora Presidente tem trazido a lume, as suas aspirações, bem como a sua determinação em vir a transformar o Cachão numa Unidade Industrial é como um pequeno farol para os moradores do Cachão e para aqueles que aspiram as ações de desenvolvimento para o nosso Concelho. Sou uma acérrima adepta do amplo exercício da cidadania e sou mesmo defensora do aumento da participação dos cidadãos nas decisões que interessam à comunidade, nas resoluções que envolvem o presente e o futuro do nosso Concelho.

Por isso, permitam-me sugerir à Senhora Presidente que em primeira mão nos envolva a nós, Assembleia, nessa difícil, tarefa de ressuscitar o Complexo e depois, também, os cidadãos do concelho com principal enfoque aos habitantes do Cachão.

Na certeza de que o contributo de todos e cada um poderá vir a ser decisivo para a finalidade. Naturalmente que envolvidos na participação, todos nós, mais o nosso bairrismo nos iremos esforçar para dar o maior contributo por essa causa. Tanto mais que a causa é deveras importante principalmente pela escassez de oportunidades de dar um maior contributo por essa causa, tanto mais pela escassez de oportunidades a que o interior está votado.

Muito obrigada a todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Lúisa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Lídia Noura*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Antes de começar a minha intervenção, fazer só aqui um esclarecimento ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* e dizer-lhe que aquilo que aquele Plano de Investimentos 2030, tem exatamente a vossa assinatura também. Porque vocês assinaram exatamente juntamente com o PS esse Plano, portanto, se há críticas que têm que fazer, também têm que fazer críticas para o interior do Vosso Partido.

Pondo esta situação. No Portugal de abril, coube ao Poder Local Democrático a importante tarefa de dotar o país de redes de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos. Tal como noutros domínios, na água, no saneamento e nos resíduos a melhoria da qualidade de vida das populações e a valorização ambiental dos territórios foram objetivos no fundamental alcançados pelas populações, através das suas Autarquias Locais num processo que rapidamente nos tirou do nível zero para patamares de satisfação das necessidades para o mais alto nível internacional.

De forma planeada e premeditada sucessivos governos têm vindo a desenvolver um caminho de privatização do setor das águas, saneamento e dos resíduos, bem como descritos nos documentos estratégicos assumidos no tempo do Governo de Sócrates (PS) para estes setores o PEAASAR2 e PERSU2. Assim, desta forma, transformando o setor num negócio através da entrada em força dos privados, procurando criar condições para a privatização ainda que escondendo os seus reais objetivos. Dizendo, entre outras coisas, que concessionar ou subconcessionar não é privatizar porque a propriedade se mantém na esfera pública. Verificando os números apresentados no último relatório da ERSAR sobre o setor, percebe-se melhor o que está em causa. Um volume de negócios de cerca de 1087 milhões de euros no abastecimento de água e de 721 milhões de euros nas águas residuais. Na perspetiva dos rendimentos e ganhos totais, 1233 milhões no abastecimento de água é 867 milhões nas águas residuais num total de 2000 milhões de euros anuais. Outro dado importante é o facto de o investimento acumulado até 2015 ser de 13,2 mil milhões. É altamente relevante o que está em causa em termos de fluxos financeiros quer seja os diretos relacionados com os rendimentos totais quer seja os que são permitidos pelos investimentos realizados em infraestruturas e prestações de serviços. Como é evidente trata-se de um setor apetecível para o grande capital que espregueia a oportunidade de acumulação e centralização, como aconteceu com o setor dos resíduos, objeto de privatização dos temas multimunicipais. Trata-se de um setor extremamente importante pelo que apresenta enquanto contributo para a satisfação de necessidades básicas das populações, contribuindo uma das principais atribuições de competências dos Municípios ao mesmo tempo que pelos movimentos financeiros que envolve se transforma num alvo dos interesses do grande capital.

No início da década de 90, na sequência de várias alterações legislativas foram criados os sistemas multimunicipais em alta. Tendo o Governo retirado competências aos Municípios, constituindo para intervir no setor o Grupo Águas de Portugal. Esta segmentação em alta e baixa, tinha como objetivo inicial a criação e a preparação para uma posterior privatização. O que já se referiu no setor dos resíduos. A fusão de empresas e sistemas que foi imposta pelo anterior Governo, PSD/CDS, está agora a ser alvo de um processo de reversão parcial, que não tem em conta, nem o aspeto de modelo de gestão nem a configuração territorial, nem a real vontade dos Municípios. Apresentando possibilidades de melhoria das condições da defesa dos interesses das Autarquias Locais e das populações que representam. Fica aquém do que seria necessário para o setor. Afunilar os sistemas em alta apenas em modelos de sistemas multimunicipais sem abrir a possibilidade de transformação em parcerias públicas ou mesmo em sistemas intermunicipais não contribui para resolver os verdadeiros problemas do setor, nem para valorizar e afirmar o papel que o Poder Local tem. É, aliás, contraditório, o que se diz sobre a descentralização de competências que o atual Governo anunciou. Confirmando, também, aqui a intenção real é alijar responsabilidades de execução e não transferir efetivo poder de decisão.

Devolver aos Municípios competências que lhe foram retiradas nesta área, deveriam ser os pilares principais de qualquer processo de descentralização e de reforço do poder local.

Por outro lado, este governo recusa-se a rever formas de gestão e de exploração dos sistemas que não deviam existir em sistemas públicos. Como o caso da garantia da remuneração de capitais próprios ou o caso da existência de exagerados *feeds* de gestão. A propósito destes aspetos veja-se o que se passou com a rejeição na Assembleia da República, com os votos do PS, do PSD e do CDS do projeto de resolução n.º493/13 2 do PCP, melhorar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos. Que apontava para que se pusesse fim a estes aspetos, bem como recomendava a revisão do estatuto da ERSAR. Confinando esta entidade a um papel de acompanhamento e de apoio aos Municípios, enquanto entidades gestoras. Veja-se, também o destino da iniciativa legislativa do Partido Comunista Português, sobre o projeto Lei 358/13/2 que defende a gestão pública da água e que impedia a privatização e que também foi rejeitada pelos votos do PS, PSD e CDS.

A defesa da gestão da água pública, da autonomia das Autarquias Locais e da sensibilidade económica dos consumidores são três aspetos que são indissociáveis e devem balizar a política a adotar, interligada também com a preocupação legítima de garantir a sustentabilidade nas diversas vertentes, ambiental, social, económica e política. Sabemos que o tempo, tal como a água que flui nos rios, não corre para trás, é por isso urgente e tendo como preocupação principal assegurar o destino da água, devolvendo as competências aos Municípios nos sistemas em alta, assegurando os indissociáveis recursos financeiros com regras claras e sem discriminações, recusando intromissão na política tarifária garantindo a sustentabilidade dos sistemas em baixa, na perspetiva da sua gestão pública e da garantia da acessibilidade física e económica dos utilizadores. Muito obrigado Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Muito bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público em geral.

Duas breves notas. Uma tem a ver com a satisfação com que vemos o facto de a Câmara Municipal estar a tentar organizar a atividade do Carnaval, coisa que o ano passado não fez, pelo menos é um passo positivo, vamos ver se a sociedade civil colabora e esperemos que sim, uma vez que nós sabemos que há muitas pessoas, muitos visitantes e que assim terão algo de entretenimento e que os cativa a vir noutros anos a Mirandela. A outra nota é uma questão que eu queria colocar. E dada a intervenção inicial do Senhor Presidente da Assembleia, eu queria colocar esta questão, não diretamente ao Executivo, mas também à Mesa e aos Senhores Deputados que me responda quem souber?

Trata-se de uma questão que tem a ver com o edifício devoluto construído há já alguns anos e que não tem qualquer utilização, que se situa na travessa da Ponte Romana, nas imediações do Parque da Ribeira de Carvalhais e que a questão que eu colocava e que alguns Municípios me colocam é, se há da parte do Executivo ou de alguém que vá dar vida àquele investimento que ali está que é um elefante branco, ou se não há. Porque a sociedade civil, também tem propostas, também tem ideias para a sua utilização se for necessário, e a seu tempo poderão ser aqui apresentadas. Portanto, a questão que eu coloco é precisamente se há ou não há perspetivas, se há estudo de utilização para breve, ou para quando, desse edifício. Era isso que eu queria deixar aqui. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Virgílio Tavares*. Passo a palavra, então, ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral.

Marido de Vice-Governadora estava na La Seda quando a Caixa Geral de Depósitos entrou na capital da Empresa. Nós infelizmente vivemos num País de corruptos. Corruptos. Corruptos. A Senhora Vice-Governadora não pediu escusa, como o Senhor Governador da Caixa Geral de Depósitos, alegando que o marido tinha saído da La Seda, antes do primeiro empréstimo. Fernando Ferreira de Sousa marido de Elisa Ferreira, que toda a gente conhece que foi Deputada e Euro-Deputada pelo PS, é atualmente Vice-Governadora do Banco de Portugal e não pediu escusa em relação aos 446 Milhões de € que a Caixa Geral de Depósitos deu ao grupo espanhol La Seda.

Quem é que forneceu esse empréstimo?

Um Senhor do PSD, chamado Faria de Oliveira. Também conhecem, de certeza. Faria de Oliveira.

Nesta história há de tudo. Não me chegam cinco minutos para contar a história.

A La Seda, ficou a dever à Caixa Geral de Depósitos até 316 Milhões de €. Que eu estou a pagar do meu bolso e vocês também. A entrada da Caixa de La Seda, foi uma determinação política do então Primeiro-Ministro, José Sócrates. Recordam-se? José Sócrates e do Ministro Pinho, também se recordam do Ministro Pinho? E também se recordam de um Senhor que se chamava Carlos Santos Ferreira? E também se recordam de um Senhor que se chamava Armando Vara? Que queria fazer uma plataforma logística em Mirandela para levar o comboio até Zamora? Também se recordam?

Mas não falo só destes, porque há mais. É por isso que eu vivo num País que eu rio-me... Rio-me, mas sinto-me magoado. Sinto-me triste. Mas isto é com sinceridade que estou a dizer, porque os meus conceitos não são esses. E falo também aqui de um Senhor especulador imobiliário, que antigamente era o delfim do Bloco de Esquerda. Sabem de que é que eu estou a falar? Do caso Robbles, que depois meteu o “rabo entre as pernas” e teve que ir embora. Mas também não me posso esquecer do Município de Loures, em que o seu Presidente da Câmara é um Senhor que esteve na Assembleia Legislativa, é verdade, foi Deputado da Nação e agora é Presidente de Câmara. Também se recordam?

Devem-se recordar. Também se recordam de uma Senhora Assunção Cristas? Que anda à “baila” agora não se sabe porquê do MEO Arena, para o genro de um Presidente da República Cavaco Silva? Também não se recordam?

Senhores Deputados, este País é um País que está completamente invertido. Não há moralidade. Não há sinceridade. Não há conduta política, não há ética política. E eu sinto-me completamente desfeito e trancado. A minha análise política de hoje, é a análise política de um País falhado, plantado à beira mar, e estamos aqui nesta Assembleia a falar de 20 milhões ou 30 milhões de euros, enquanto que há biliões de euros que foram gastos com estas pessoas.

A Caixa Geral de Depósitos no seu caderno negro, tem mais de 19,923 mil milhões em dívida, no seu caderno negro, que ninguém conhece.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António Figueiredo*. Passo a palavra à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*.

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Bernardo (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Caros Secretários, Excelentíssima Presidente do Município, Senhores Vereadores, Caríssimas e Caríssimos Deputados, Público em Geral e Comunicação Social.

Muito Bom dia todos, atendendo ao panorama trágico que o ano de 2019 nos trouxe, em razão do número de vítimas mortais decorrentes dos casos de violência doméstica, venho por este meio reforçar o apelo para que sejamos, todos nós, consciência social deste flagelo.

A violência doméstica representa o tipo de abuso de controlo de uma pessoa sobre a outra.

A violência doméstica pode ser violência emocional.

A violência doméstica pode ser violência física.

A violência doméstica pode ser violência social.

A violência doméstica pode ser violência sexual.

A violência doméstica pode ser violência financeira.

A violência doméstica pode ser perseguição.

A violência doméstica envolve todo o tipo de vítimas, sejam elas ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo, étnico, orientação sexual, estado civil ou formação. A violação doméstica toca a todos/as.

A violência doméstica ocorre cada vez que há mulheres, homens, crianças, jovens e idosos que passam por situações em que:

Têm medo do temperamento dos parceiros/as ou familiares;

Têm medo da reação deles quando não têm a mesma opinião;

Vivem constantemente a verem ignorados os seus sentimentos;

São descredibilizados à frente dos amigos ou de outras pessoas;

Por diversas vezes são alvo de ameaças de agressão;

Outras vezes, batem-lhes, dão-lhes pontapés, são empurrados ou magoados com objetos;

Vêm-se privados do seu salário ou reforma;

Não podem estar com os seus amigos e/ou família porque ele/ela tem ciúmes;

São forçados a ter relações sexuais;

Têm medo de dizer não;

São forçados a justificar tudo o que fazem;

E ouvem, até, acusações graves sobre a sua honra e dignidade;

Necessitam de pedir autorização para poder sair, etc., etc.

A violência doméstica é crime, não é tradição.

A violência doméstica é crime e é crime público, basta uma denúncia ou o conhecimento do crime para que o Ministério Público possa agir.

A violência doméstica cria vítimas com danos para toda a vida. E há proteção legal específica para estas vítimas de violência, pela Lei 130 de 2015, e pouco se fala deste diploma.

Importa ainda referir que os organismos públicos que têm o dever de proteger as pessoas não se devem desresponsabilizar desta missão, porque quando não fazemos nada também é a nossa mão que bate, que ofende, que insulta, que esconde.

Assim, questiono o Executivo, sobre que medidas estão a ser tomadas para o combate à violência doméstica ao nível do nosso Concelho e na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes? E de que forma particularmente as escolas podem trabalhar esta mudança de mentalidades tão desejada?

Já dizia Jean-paul Sartre que “a violência, seja qual for a maneira como se manifesta, é sempre uma derrota”. E esta tem que ser também a nossa causa.

Para terminar, e em memória da Lúcia Rodrigues, da Vera Silva, da Maria Eufrázia, da Luzia Rosado, da Lúcia Oliveira, da Fernanda, da Marina Mendes, da Helena Cabrita, da Laura, do Fernando Cruz, da Ana Maria Silva, vítimas mortais conhecidas deste ano, e de todos e todas as que sofrem ou sofreram deste tipo de crimes, solicito a esta Assembleia a possibilidade de decorrer um minuto de silêncio como forma de demonstração do nosso respeito.

Muito obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Senhor Presidente, Secretários, Senhores Deputados, Cumprimento também a Senhora Presidente embora não esteja aqui, os Vereadores, Caros Mirandelenses.

Hoje trago um assunto que julgo ser do interesse de todos que são as normas de detenção e circulação de cães. Penso que todos terão conhecimento de algumas regras elementares sobre esta matéria nomeadamente que em ambiente urbano só é permitido alojar até três cães. Para circular na via pública é obrigatório o uso de coleira, peitoral, trela, etc, que é obrigatória a vacinação antirrábica e a identificação eletrónica entre os três e os seis meses de idade. Também é obrigatório o licenciamento e registo de detenção posse e circulação na respetiva Junta de Freguesia. E não tenho qualquer dúvida que todos conhecerão o teor do artigo 55.º do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela, que se refere nada mais, nada menos, à punição em caso de falta de higiene e limpeza dos lugares públicos, ou seja, todos os mirandelenses sabem que deixar os seus cães defecarem nas zonas pedonais é punível com coima. E mesmo a punição, também incide sobre o ato de lançar alimentos ou detritos alimentares para alimentação de animais na via pública. Mas também todos sabem ser punível lançar ou abandonar animais estropiados, doentes, mortos ou parte deles na via pública. Pois muito bem. Será mesmo que todos os Mirandelenses sabem disto? Deixo a questão.

Mudando agora um pouco de assunto. Em Mirandela nasceu uma nova Associação de defesa dos animais de companhia. A Associação de Defesa Animal do Nordeste. Saúdo-a. Em meu entender deve merecer toda a nossa atenção e eu próprio pretendo ser um associado ativo, colaborante e dedicado aos princípios que pretende prosseguir. Mas quero partilhar aqui um

pequeno episódio ocorrido no dia da apresentação pública desta Associação, onde entre interessantes intervenções ouvi a seguinte afirmação: “os caçadores abandonam os cães” e sobre este assunto também já tinha ouvido da parte das responsáveis por estas matérias o seguinte “há um aumento do número de cães abandonados no fim da caça”. Bom! Não é verdade! E mais, sinto-me legitimado para repudiar tais afirmações, desde logo porque conforme a Lei de bases Gerais da Caça que é de 1999, o abandono de caça, constitui crime punível com pena de prisão. Portanto, para os caçadores a legislação que veio criminalizar este ato, não é novidade nenhuma. Ora, associado ao que já era imposto em termos de identificação eletrónica dos cães usados no exercício da caça, fica demonstrado que não será tão fácil a um caçador “livrar-se” dos seus cães como é para um qualquer cidadão simplesmente amigo dos animais. E termino, hoje o ato de caçar é profundamente racional, valoriza a biodiversidade e pondera a sustentabilidade do sistema. Em cada zona de caça ordenada é limitado o número de dias de caça, o número de caçadores por dia e o número de peças a capturar. Os meios a utilizar são leais e regulamentados. Os caçadores são obrigados, por Decreto, a recolher os cartuchos vazios e procuram causar o menor impacto possível no terreno. Além disto, o caçador paga e não é pouco, para usufruir do território. Por todas estas razões lamento ser tratado em certos círculos, como um irracional, por ser caçador. É certo que há gente execrável no mundo da caça, mas o mesmo acontece em qualquer outra atividade humana. Porém, não é justo, que se tomem esses comportamentos como arquétipo do caçador para justificar as razões do abandono dos cães. E termino, então, dizendo que um lance de caça, limpo e honesto com a intervenção dos cães é algo emocionalmente transcendente e inexplicável para quem não é caçador. E, como também dizia Miguel Torga, com a autoridade que a sua condição de médico lhe conferia: “o único tranquilizante que não me faz mal é a caça”.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Figueiredo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Vítor Correia*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Mirandela Vítor Correia (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, Comunicação Social e Público em Geral.

O que eu venho aqui dizer hoje é tão só aquilo que me compete e para o qual fui eleito e tem a ver com uma interpelação ao Executivo no que diz respeito a um tema muito sensível que são os cemitérios. Mirandela tem dois cemitérios na cidade, o cemitério de Golfeiras e o cemitério principal da Cidade. Ambos estão com dificuldade de acessos, e as pessoas têm-nos feito chegar várias manifestações dessas mesmas dificuldades. No principal devido ao envelhecimento da população e a rampa de acesso ser, como todos sabem, muito íngreme, carece aqui de alguma intervenção, de fazer algo para que haja um acesso por outro lado. No que diz respeito ao de Golfeiras, também temos ali um acesso em muito mau estado. O estado, também, degradante das áreas das suas imediações e aquilo que eu pergunto diretamente ao Executivo é o que é que está pensado, para quando, e que obras irão fazer dada a premência destas necessidades.

Por outro lado, também, gostava de felicitar o Executivo na pessoa da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores por todas as ações que têm sido desenvolvidas aqui nesta nossa cidade, nomeadamente de âmbito desportivo, cultural e gastronómico, com algumas iniciativas inéditas, mas também pelo retomar de algumas tradições antigas com grande êxito e estou-me a referir concretamente ao êxito que teve e refiro-me porque traz para a nossa cidade um público reconhecidamente de todo o País, esperamos que se mantenham, estou a falar nomeadamente na Corrida de São Silvestre, estou a falar, também, em termos culturais e históricos da primeira recriação da tentativa de Assalto da Monarquia a esta Cidade com aspetos bem visíveis no nosso património. Todos sabemos e esperamos que este venha a ser um evento de futuro com mais incremento, pensamos que tenha sido o pontapé de arranque, felicito por isso, e também, pelo grande êxito do Festival do Rancho, que não é uma iniciativa deste Executivo, que pegou nesta iniciativa, mas que de facto está a torná-la num grande êxito e desejar também para a próxima edição do Carnaval que também estão a retomar, os maiores êxitos.

Tenho dito. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Vítor Correia*. Passo agora a palavra à Senhora Deputada *Rita Messias*, para concluirmos o conjunto de intervenções deste ponto.

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Messias (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente, respetiva Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras. Muito bom dia a todos.

Com esta minha intervenção, pretendo sensibilizar e alertar os presentes para a problemática do analfabetismo ainda existente e para a baixa iliteracia das pessoas adultas, que é um problema que ainda persiste, quer em Portugal, quer no nosso Concelho. O que condiciona o desenvolvimento das pessoas e das próprias comunidades. De realçar que somos um país da Europa, onde se registam taxas mais elevadas de analfabetismo. Pior que Portugal só Malta e a Turquia.

Começo por apresentar o panorama atual a este nível, segundo, o PORDATA e com base nos Censos 2011. Mas que de lá para cá, pouco se fez a este nível. Então, Portugal, em 2011 apresenta uma taxa de analfabetismo de 5,2%. A CIM-Terras de Trás-os-Montes 10,2%, ou seja, a nossa região tem o dobro de analfabetismo que a média nacional.

Mirandela tem 9% de analfabetismo, está um pouco melhor que a CIM, mas também bastante pior que a média nacional. O número de pessoas analfabetas, em Portugal é de 499.936 pessoas com mais de 10 anos. Na CIM temos 11.131 pessoas e em Mirandela 1.981 pessoas, com mais de 10 anos e analfabetas, e ao contrário do que as pessoas possam pensar, não são só os idosos que são analfabetos, há muitas pessoas na idade ativa que também não sabem ler nem escrever. São números a ter em conta. Se avaliarmos também o nível de literacia, o baixo nível literacia e se avaliarmos o número de pessoas ou a percentagem de pessoas que não tem qualquer nível de escolaridade, em Portugal temos 10,4% onde estão os analfabetos e as pessoas que não têm qualquer nível de escolaridade, mas que sabem ler e escrever. Contudo, têm portanto, baixa literacia. Na CIM Terras de Trás-os-Montes temos 16,8% das pessoas e em Mirandela temos 15,7% das pessoas que não têm qualquer nível de escolaridade, em a 4.ª Classe. O que representa para Mirandela 3.291 pessoas que não tem nem a 4.ª Classe. Apesar do esforço dos últimos 30 anos, assistimos, ainda, a estes dados. Pouco ou nada se fez neste âmbito. E um elevado número de pessoas



analfabetas e com baixos níveis de literacia não têm atualmente resposta nos vários programas que existem. Portanto, apesar de existir o Programa Qualifica ele não dá resposta a estas pessoas.

Saliento que hoje vivemos numa sociedade muito mais complexa e exigente do que há 30 anos. Nunca, como agora, a necessidade de processar informação e resolver problemas foi tão exigente. Pelo que para cada cidadão poder ter uma plena integração na sociedade e no trabalho é fundamental ter competências de literacia de nível três. Todos os estudos indicam que para termos uma plena integração, temos que ter competências de nível três que corresponde ao nível secundário, e em Portugal, as pessoas que não têm o nível secundário representam, pessoas com mais de 15 anos representam 69,5% das pessoas, sem competências de nível três. Na CIM Terras de Trás-os-Montes, temos 74,9% e em Mirandela 73,9% das pessoas que não têm o nível secundário, ou seja, que não têm as tais competências nível três que lhe permite uma razoável integração na sociedade em que vivemos. Por isso que este nível é atualmente o nível obrigatório de escolaridade.

Então quem não tem este nível obrigatório de escolaridade corre mais riscos e dificuldades de integração, como é óbvio, quer no mercado de trabalho quer na sociedade e corre assim riscos de exclusão social. Porém, não se trata de deficiências das pessoas, pois não está em causa a sua riqueza cultural e pessoal, mas sim as exigências que se colocam decorrentes de um contexto social em acelerada transformação e que requer uma adaptação rápida exigindo das pessoas cada vez mais competências ao longo da vida. Como são os adultos que estão agora a contribuir para a produtividade do nosso concelho, do nosso país, que educam as crianças que votam, que participam na comunidade, na sua organização. É fundamental esta população não ser esquecida, pois é esta faixa de população que precisa de um olhar mais atento, já que por natureza é também a população que menos procura formação e é por norma a que mais resiste a processos educativos e formativos, o que ainda agrava mais o seu processo de exclusão social.

Apelo assim, a todos nós, à nossa responsabilidade social, a todas as entidades públicas e privadas para olharem para este problema e nomeadamente aos Municípios e às Juntas de Freguesia no sentido de criar redes de mobilização destas pessoas para ofertas neste âmbito.

Está a ser criado um Pano Nacional de Combate ao Analfabetismo por parte da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos e que eu penso que já contactou o Município e, portanto, alerta para a importância de valorizarem as iniciativas que estão a desenvolver.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhora Deputada. Concluíram-se assim as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia. Como viram, temos uma solicitação, a Deputada *Patrícia Bernardo* abordou um tema que é uma tragédia nacional e que está muito presente em todos nós, ela inclusivamente solicita um minuto de silêncio pelas vítimas de violência doméstica. Eu tenho a dizer que felizmente no nosso concelho não temos vítimas mortais de violência doméstica. Quanto à justificação do minuto de silêncio, é um gesto que infelizmente se não notará no país, como seria desejável porque não terá reflexo nacional... Coloco à consideração da Assembleia se deveremos fazer o minuto de silêncio proposto. Quem é que vê algo contra? Ninguém? Assim sendo, vamos proceder ao apelo da Deputada *Patrícia Bernardo*, com um minuto de silêncio pelas vítimas mortais da violência doméstica.

(minuto de silêncio)

Muito obrigado a todos.

Terminado este período, solicito à Senhora Presidente da Câmara se tem algo a dizer, ou responder a algumas questões que foram formuladas.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Municípios aqui presentes, Comunicação Social, Agradecer todas as questões que foram levantadas neste Período Antes da Ordem do Dia até porque todas elas são importantes e merecem a nossa resposta e a nossa reflexão e, portanto, começando com as questões que foram levantadas relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizer que, de facto, todas as distinções atribuídas de mérito cultural, cívico e também de medalhas de ouro, vão assinaladas no próximo dia 25 de maio, dia da Cidade, com uma cerimónia em que vão ser entregues três medalhas de ouro, duas que foram já atribuídas, pelo menos em reunião de Câmara, pelo menos, na reunião de Câmara em 2013. A nossa proposta é uma medalha de ouro aos Bombeiros Voluntários de Mirandela, outra medalha de ouro para os Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama e também uma medalha de ouro entregue à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, por proposta dos Senhores Vereadores da oposição e que foi votada em reunião de Câmara, e que foi votada por unanimidade.

Relativamente às outras distinções municipais, como todos sabem, foi questionada a CCDR no sentido de saber da inclusão da inclusão na própria Ordem do Dia. Foi proposta uma vez que o Assunto da Ordem do Dia, era a distinção da medalha de ouro à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, acabamos por votar, também, as distinções de mérito. A saber: Notícias de Mirandela, Nuno Nozelos, Eurico Carrapatoso e Jorge Golias. Na altura foi levantada uma questão relacionada com a irregularidade formal ou administrativa, relativamente a essas distinções. O Executivo, em permanência, assumiu que deveríamos manter a votação, foi naturalmente votado, com quatro votos a favor, dos Vereadores em permanência e três votos em branco dos restantes Vereadores. A questão é muito simples. Quanto a nós, não existe qualquer problema formal, até porque se essa votação for irregular pelo facto de não estar lá, o que não nos parece, uma vez que os nossos juristas asseguram que não existe nada que impeça a colocação de mais pontos de Ordem na Ordem de trabalhos da Reunião de Executivo, julgo até que o Município de Mirandela deve orgulhar-se de todos os Mirandelenses que levam o nome de Mirandela além-fronteiras e, portanto, torna-se até um momento simbólico de homenagem para todos aqueles que, para além de levarem Mirandela ao Mundo, levam também, Mirandela no coração, e isso deve orgulhar-nos.

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado Paulo Pinto, dizer que as grandes questões levantadas para além de outras afirmações que têm a ver com a Democracia, que devem ser tratadas nos órgãos competentes. Obviamente que sim.

Temos três questões importantes e quanto a nós que merecem uma reflexão. A primeira tem a ver com a derrocada do LIDL.

A derrocada do LIDL, aconteceu há cinco anos, infelizmente cinco famílias foram desalojadas. Na altura houve uma polémica relacionada com a responsabilidade, é de quem? E de, facto, essas famílias, à época, não puderam assegurar a nível de seguros

*[Handwritten initials and signature]*

da própria habitação e não houve uma decisão na altura uma decisão que tinha a ver com a própria dificuldade que as famílias têm em ter uma segunda habitação e, de facto, ao longo dos últimos cinco anos foram feitas obras de manutenção provisória pelo anterior Executivo, sinceramente aquilo que nos parece é que é realmente uma questão jurídica muito complicada até porque ao longo dos anos foram somando juros, têm também uma ação contra a Câmara Municipal com danos morais e, portanto, estamos a falar numa soma já de milhões, sendo um assunto que carece obviamente de atenção e de prioridade. Por isso quando nós assumimos este executivo, sabíamos que tínhamos este problema. Que a Câmara Municipal tem este problema, até porque a ação que foi movida pelas famílias foi contra a Câmara Municipal e também tem outra ação contra outros intervenientes no processo que é o empreiteiro, o loteador, todos aqueles que estão envolvidos no processo. De facto, há aqui um momento em que a Câmara Municipal tem responsabilidade. Que é o facto de na época terem feito escavações num terreno adjacente e a Câmara Municipal não fez aquilo que lhe competia que era demover essas escavações e também assegurar a segurança dos próprios edifícios. De facto, temos tido alguns debates sobre onde se constrói Mirandela? Como se constrói Mirandela? E, portanto, isto faz parte de um plano municipal, de um plano que tem alguns anos e que agora está em revisão e temos naturalmente que planear melhor, organizar melhor e vedar o acesso a algumas construções em alguns locais menos próprios para que esses edifícios possam ser construídos. De qualquer forma, aquilo que também temos a certeza é que a responsabilidade não é unicamente da Câmara Municipal, obviamente, haverá também porque a própria construção levanta dúvidas principalmente aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal sobre a qualidade das próprias infraestruturas, os pilares, as infraestruturas de suporte, os próprios logradouros e aquilo que está hoje em causa e vai haver um julgamento já em março e a Câmara tem sido sucessivamente, já no anterior Executivo, ordenada a fazer essas obras de conservação dos muros. O que está aqui em causa, são para além dos aspetos construtivos, são indemnizações por danos morais que são avultadas e, portanto, no que compete ao Executivo, tínhamos algumas soluções. As soluções eram, por um lado, negociar com as famílias e estamos a falar de cinco famílias representadas por um advogado e essas cinco famílias elas próprias têm também decisões diferentes perante a solução para todos e foram feitas duas propostas, no início do mandato fizeram-nos uma proposta que incluía para além dos danos morais, também, no fundo a aquisição das próprias casas. Essa possibilidade de fazer a demolição das casas, não sei se todos se lembram que nesse mesmo loteamento, ao lado, uma casa foi demolida porque estava prestes a cair. Portanto, toda aquela zona é uma zona sensível, que tem que ter muros de suporte que assegurem a estabilidade das estruturas, e não foi o caso. Não chegamos a acordo, efetivamente, com as famílias porque estávamos a falar de valores muito elevados e, também, porque aquilo que os Serviços Técnicos nos dizem é que, face à monitorização que já está a ser feita desde o anterior Executivo, não havia questões decorrentes da segurança para pessoas e bens.

De qualquer forma, aquilo que nós pensamos que será mais viável, será a Câmara Municipal assumir a construção de muros de suporte por uma empresa que faça esse tipo de trabalhos e digo-vos desde já que são poucas as empresas em Portugal que fazem esses trabalhos, quer o projeto, quer a infraestrutura em si. Numa primeira fase decidimos a demolição, a Câmara comprava e demolia as próprias casas, o grande problema é que os valores de aquisição e de avaliação são muito elevados e por outro lado os próprios moradores não queriam que fosse realizada a avaliação das casas. Ora, a Câmara Municipal não pode comprar nenhum imóvel, ou nenhum terreno ou qualquer outro bem sem que haja uma avaliação prévia das próprias casas e isso, inviabilizou uma solução que, à partida, nos parecia a melhor. Neste momento, estamos em contacto com uma empresa para tentar saber os custos que estão envolvidos e julgamos poder apresentar uma solução às famílias mesmo antes do próprio julgamento. No entanto, como todos sabem, fomos notificados pelo Tribunal que tínhamos que fazer obras provisórias de sustentação dos muros. O primeiro concurso ficou deserto, não houve nenhum empreiteiro que concorresse. Este segundo aviso já tem uma proposta e portanto a adjudicação andarà à volta dos 60.000,00 € sensivelmente. Aquilo que nos parece é que estarmos a gastar agora esse dinheiro, os 60.000,00 €, mais depois a concretização de uma solução definitiva poderíamos fazer já a solução definitiva e depois veríamos como é que se desenrolavam os processos em Tribunal. Porque aquilo que nos preocupa basicamente e apesar dos Serviços Técnicos nos dizerem que não tem havido alterações na monitorização que tem sido feita, aquilo que nos preocupa é a segurança das pessoas e também o risco que pode haver, porque nunca há risco zero e, portanto, estamos a tentar encontrar a melhor solução. Posso dizer que – é óbvio – se criaram expectativas, aliás na altura poderia ter sido encontrada uma solução definitiva e depois pensar-se nas indemnizações. Na altura não foi pensado assim pelo anterior Executivo, mas posso-vos dizer que cinco anos depois, os montantes de que estamos a falar são completamente diferentes daqueles que se falava há cinco anos atrás. Por isso, também não entendo a atitude ofensiva, ou a atitude politicamente de esquecimento do próprio passado, quando o Senhor Deputado *Paulo Pinto* se refere como se a derrocada tivesse acontecido ontem ou no período deste mandato, e não aconteceu, aconteceu há vários anos atrás e as soluções poderiam na altura ser outras com montantes diferentes daquilo que são hoje. Nós hoje estamos a falar de juros quase a ultrapassar e tudo isso andarà à volta de um milhão e trezentos ou quatrocentos mil euros e, estamos a falar de montantes significativos para todos, mas como digo a segurança está acima de qualquer valor.

Relativamente à água, pois, a água é um assunto que deve ser visto e deve ser analisado e falando concretamente da água em Mirandela, até porque, o Deputado *Jorge Humberto* também falou na questão da estratégia da água pública, posso dizer-vos que neste momento a Câmara Municipal tem, na cidade, leituras de uma vez por mês e nas aldeias de dois em dois meses. No anterior Executivo, as leituras, na cidade eram feitas duas vezes por ano, o que levou a Câmara Municipal a fazer uma avaliação de todo este processo das águas. Ter uma equipa de trabalho para a água, e digo-vos que, tínhamos alguns Municípios que não pagavam a água há pelo menos um ano ou dois, o que cria diferenças e desigualdade de tratamento em relação a outros Municípios que, com carências económicas, pagam a água.

Neste momento a água é paga por todos, as famílias carenciadas pedem apoio à Ação Social, e a Ação Social, apoia aqueles que mais precisam. Não nos parece é correto, haver pessoas até com possibilidades económicas que estivessem anos sem pagar a água e, portanto, este é um setor que desde que foi internalizado na Câmara Municipal, porque antigamente tínhamos os Serviços Municipalizados da Água, e foi feita uma integração atabalhoada destes Serviços Municipais, posso até adiantar que os próprios trabalhadores e colaboradores assumem que desde que estão internalizados nunca houve uma estratégia quanto à água.

Relativamente às contas somadas com alto valor a verdade é que já desde o anterior Executivo foram feitas mudanças de contadores. Os contadores de água para estarem bem aferidos têm uma vida útil, de 10, 12 anos e, portanto, a substituição dos contadores aumenta também o registo do consumo da água e temos um saldo muito negativo relativamente àquilo que consumimos, em alta, que são a distribuição que é feita pelas Águas do Norte e aquilo que é também consumido em casa de

cada um, portanto, o facto de nós termos feito um trabalho ao longo deste ano e meio de transparência e rigor nos consumos da água leva-nos a estar descansados quanto a esta solução, e estranho até que seja um Deputado do PSD, que deixou um caos na água, quer as contas com as Águas do Norte que mais à frente vamos ver o acordo de regularização das dívidas, quer até no consumo em baixa, que é aquilo que paga cada consumidor, venha trazer este ponto uma vez que era um setor completamente desorganizado, sem regras, sem limites e, portanto, estranhámos, mas é bom que estas questões sejam levantadas e é bom que nós estejamos aqui para as organizar.

Relativamente ao Pano Nacional de Investimentos 2030, é certo que a nível nacional o PSD, fez um acordo com o Governo no sentido de ter um Plano Nacional de Investimentos. É bom que se saiba, que o Plano Nacional de Investimentos, ainda está em fase de discussão e a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, tem tido um papel fundamental no sentido de levar as preocupações dos Autarcas das CIM-TTM a Lisboa. Ainda ontem houve reuniões com alguns partidos políticos e, portanto, julgo até, e isso já foi até recomendado por eles que, todos os partidos políticos aqui representados têm um papel fundamental na discussão do próprio documento final pode e deve ter um papel agregador relativamente aos investimentos para o 2030 para a nossa região e também para Mirandela. A CIM-TT tem feito, como sabem um esforço, no sentido de chamar à atenção dos grupos parlamentares para esta problemática, de facto, não foi dada a importância estratégica que tem. Foi-nos dito, pelo antigo Ministro, Pedro Marques que existia um outro fundo que não estava aqui incluído no Plano Nacional de Investimentos para a Coesão Territorial e, portanto, ainda muito vai ser discutido, vai ser debatido em Assembleia da República. Como temos três Deputados, apelo, também, ao PSD que faça esse trabalho junto dos nossos representantes e, portanto, não basta criticar é preciso fazer, é preciso encontrar soluções e é preciso deixar de responsabilizar sempre os outros, quando nós próprios temos mais voz até porque o PSD neste momento tem dois Deputados e o PS tem um e, portanto, acho que deve haver aqui um esforço conjunto para que possamos chegar a boas soluções.

Relativamente à Deputada *Lídia Noura*, dizer-lhe que gostei muito da intervenção, falou da história e do passado do Cachão e também daquilo que é a realidade. O Cachão realmente é uma bandeira de Mirandela e também da própria região. Devemos, obviamente, envolver-nos todos nesta solução, mas também temos que fazer um esforço para que na própria Comunidade Intermunicipal haja também um financiamento a esta obra para que nasça ali um Centro Tecnológico Agroalimentar. Nós vamos ter no início do próximo mês uma reunião com o Presidente da CCDR, com as duas Câmara Municipais que neste momento fazem parte do Conselho de Administração da AIN e também do Matadouro Industrial para que possa haver aqui algum tipo de investimento já nos finais dos quadros comunitários. Todos sabemos das dificuldades, mas de qualquer forma está essa reunião agendada, vamos saber que soluções encontramos. Estamos certos que depois da retirada do lixo, das obras executadas no Matadouro, poderemos ter aqui uma forma de ter uma estratégia intermunicipal, envolvendo também outros Municípios para além de Vila Flor e Mirandela, envolver outros Municípios da Comunidade Intermunicipal.

O Cachão tem de ser um projeto para a Região. O cachão tem de ser um projeto Agropecuário, um projeto que sirva a região toda porque a escala que o Cachão tem, não é uma escala municipal, obviamente que é um projeto com 40 anos com dificuldades estruturais próprias e portanto, este conjunto de ações que poderão ser realizadas, face até às dificuldades que o próprio Cachão tem, nas próprias infraestruturas, na degradação dos equipamentos, tem também algumas dificuldades.

Relativamente ao fundamental que financiou a retirada do lixo, vamos fazer outra candidatura para poder fazer a demolição, aliás, está já em fase de execução mas para fazer a demolição dos edifícios que ainda estão lá e que se encontram em risco de queda, porque ao retirar o lixo ficaram as paredes que foram alvo de incêndios e, portanto, estão em risco, também, alguns entulhos que se encontram espalhados.

Relativamente ao Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que concordo inteiramente com a questão das águas públicas, a água é um bem essencial e, por isso, esta questão da água como todos sabem, é uma questão que está na ordem do dia e está a ser trabalhado um projeto da Resíduos do Nordeste, já foi aprovado aqui na Assembleia Municipal, no anterior mandato, a questão de haver integrada na Resíduos do Nordeste, uma empresa gestora da água em baixa, mas ainda nada está decidido e aquilo que foi o compromisso deste Executivo foi não decidir nada sem trazer à Assembleia Municipal para que possamos decidir em conjunto. Tem havido por parte da Câmara Municipal de Mirandela um investimento muito grande nas águas. Estamos, neste momento, com estratégia no âmbito da água e também não vamos entregá-la com estes custos adicionais que pode ter a agregação. Tem algumas vantagens obviamente agregarmo-nos a um sistema intermunicipal, mas também tem, algumas desvantagens.

Relativamente ao Deputado *Virgílio Tavares*, é verdade, o ano passado não houve tempo disponível, ideias agregadoras para um Carnaval que nós gostamos de ter e com muito mérito e, portanto, este ano, decidiu-se fazer um Carnaval tradicional ou seja, englobar as Juntas de Freguesia e ter um Carnaval diferente, muito típico da nossa região e está a ser feito um trabalho agregador das várias Freguesias para que possamos ter um Carnaval diferente, um Carnaval que traga pessoas e que traga visitantes. Ter um Carnaval da nossa terra, com essa discriminação positiva. Porque é fácil contratar uma escola de samba, pagando e termos um Carnaval como têm outras terras que também são visitadas por isso. Aqui teremos que ser diferentes, temos que marcar esta genuinidade territorial e, por isso, estamos a fazer pela primeira vez um Carnaval tradicional que traga as pessoas das Freguesias também à Cidade e nós também sabemos que temos tradições muito típicas de cada uma das freguesias nesta altura do Carnaval e, portanto, vamos ver, mas acho que vai ser uma iniciativa que pode ter pernas para andar, pela sua especificidade local.

Em relação ao edifício devoluto julgo que se estaria a referir à Ecoteca. É um edifício que está a ser trabalhado porque aquilo que prevemos é que possa ser sedeada aí a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), também as Portas de Entrada do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), conteúdos de *software* relacionados com a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica - ZANET que é um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial e também vai ser a sede da Academia Portuguesa da Água. A Academia Portuguesa da Água, atualmente, está sedeada no Porto e o seu patrono é um Mirandense e a atual direção da Academia decidiu contactar a Câmara Municipal no sentido de saber da possibilidade da sede ficar sedeada em Mirandela. Nós com todo o gosto, pela importância da água e tudo o que está relacionado com o ambiente, vamos ter na Ecoteca um Centro Interpretativo Local de tudo o que está relacionado com a água, com o ambiente, com a natureza, com a fauna e com a flora local. Julgo que até ao final do segundo semestre poderemos ter esse equipamento a funcionar, até porque estes projetos que temos, por exemplo, a APA está à espera da decisão do Ministério das Finanças para mudar de instalações, que já são exíguas, onde estão atualmente, que é aqui bem perto, e o PNRVT tem que ter o tempo de instalação do equipamento das portas de entrada. Vai haver cinco Portas de Entrada, uma em cada concelho, aqui o de Mirandela ficará lá na Ecoteca.

Queremos agregar aqui neste local até porque tem um percurso pedestre ao logo da Ribeira, muito bonito e queremos agregar neste local tudo o que é Serviços de Ambiente, para fazermos *workshops* com as Escolas, sensibilização ambiental e, portanto, vai ser aqui neste edifício onde vamos centralizar todos os serviços interpretativos do ambiente.

Esta solução está também se enquadrando com o projeto que estamos a preparar para apresentar sobre os Passadiços do Tua, e porquê? Porque também se enquadra no PNRVT, é uma mais-valia para o nosso projeto e, por isso, estes passadiços vão começar no Parque de Campismo e vão até à Zona Verde com este Centro Interpretativo Ambiental na Ecoteca. São processos que são muito demorados, nós sabemos, há muita burocracia à volta destas questões e é preciso tempo para maturar os projetos e para as autorizações necessárias.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, fez aqui algumas considerações relativamente à vida pública nacional, não considero que somos um país de corruptos, acho que somos um país com gente muito boa e que tudo aquilo que nós fazemos no dia-a-dia acho que vai contrariando este rótulo e este estigma que existe e acho que a justiça está lá para fazer o seu trabalho. Não concordo, também, com a afirmação que fez relativamente ao país falhado. Eu acho que Portugal é um país com muitas oportunidades. Não podemos ter esse espírito derrotista. Sob o ponto de vista político, temos uma acalma política, temos segurança, temos as questões básicas. Países falhados são aqueles que estão em permanente guerra e são aqueles que vivem em permanente sobressalto. Na minha opinião, obviamente.

Relativamente à Deputada *Patrícia Bernardo*, agradecer-lhe trazer aqui o tema da violência doméstica. Dizer-lhe que a violência doméstica é, de facto, um problema nacional, não é um problema local. Ainda esta semana estivemos com o Comissário da PSP e foi-nos dito que aqui em Mirandela, felizmente, não há muitos casos reportados ou assinalados como prioritários ou muito graves e, portanto, aquilo que lhe posso dizer relativamente a esta questão “o que é que o Executivo tem feito em relação a este âmbito?”. Como sabe nós tivemos aqui em Mirandela a assinatura de uns protocolos com a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e para a Igualdade, foram assinados nove protocolos da nova geração para a cooperação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género para os Municípios. Nesta questão, o próximo passo que vamos efetuar é a realização de um novo protocolo com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade criando um Núcleo Intermunicipal com os concelhos limítrofes. O plano de ação para a prevenção e combate à violência doméstica contra as mulheres, integra uma estratégia nacional para a igualdade e não discriminação. É, portanto, um compromisso que nós temos mas este protocolo tem que ser agregador de mais Municípios para criarmos aqui um Núcleo de Apoio às Vítimas e, portanto, não sendo uma situação que segundo os dados oficiais seja alarmante, mas é sempre uma preocupação de todas as pessoas, em particular, do Executivo relativamente a estas questões.

Relativamente ao Deputado *Agostinho Beça*, em relação aos canídeos abandonados e tudo aquilo que diz respeito a este grave problema que temos na Cidade, dizer-lhe que há algumas semanas que já não é possível recolher e entregar cães no Centro de Recolha Oficial que é o Canil Intermunicipal, porquê? Porque esgotou a capacidade que tem para alojar cães, entretanto durante os próximos seis meses, previsivelmente, não vai ser possível entregar cães e nos bairros começam a formar-se matilhas, porque não havendo recolha e não estando as fêmeas esterilizadas vai havendo esta complicação que é comum a todos os Municípios. Entretanto foi feito um contacto com a Associação que gere o Canil de São Salvador, vai passar para a alçada da Câmara Municipal, uma vez que a própria Associação não tem condições para tratar do Canil e, portanto, vamos assinar um Protocolo com eles, uma vez que o terreno e as instalações também foram financiadas pela Câmara Municipal, temos levado alguns cães para esse Canil, no sentido de serem acolhidos nesse Canil tendo como intenção, obviamente, dar melhores condições ao Canil para que possa servir o Concelho.

Já tivemos contactos de outras Autarquias, no sentido de podermos acolher cães de outras Autarquias mas, de facto, se nós temos um problema interno, por muito solidários que sejamos, não podemos abrir essa brecha.

Relativamente à caça, eu entendo perfeitamente que o espírito do caçador é amigo dos animais e, portanto, não vejo como preocupante pelo menos os verdadeiros caçadores, como pessoas que possam deixar os animais ao abandono. Temos algumas bolsas de abandono junto à A4, que são preocupantes e que muitas vezes até cães de outros concelhos vêm para aqui e são deixados à porta do Canil em São Salvador. Criam matilhas, como disse, perigosas, até para as pessoas e são movimentos que temos que ir acompanhando, porque o abandono dos animais não é uma característica do caçador, nem pouco mais ou menos, é uma característica de pessoas que não têm formação, não têm essa devida cautela com o tratamento que fazem aos animais. Os animais crescem e acabam por ser um problema e não uma companhia.

Relativamente ao Deputado *Vítor Correia*, partilhamos as preocupações nos acessos aos Cemitérios. Relativamente ao acesso ao Cemitério de Golfeiras estamos a elaborar um projeto internamente por um Arquiteto da Câmara na criação de um acesso digno ao Cemitério. Vamos requalificar a zona envolvente dando maior dignidade ao espaço. Vamos tentar criar um acesso daquela zona ao Centro de Saúde II e criar passeios até ao Miradouro, no sentido de qualificar o espaço e o próprio Miradouro.

Relativamente ao Cemitério “Velho” como lhe costumamos chamar, é um projeto que está a ser elaborado, também, por uma Arquiteta da Câmara Municipal, estamos a estudar um novo acesso pelo Bairro do Outeiro. É óbvio que todas estas fases de projeto demoram o seu tempo e portanto não temos uma solução de imediato, mas estão a ser elaborados projetos pelos Arquitetos Municipais no sentido de encontrar soluções duradouras e que vão de encontro às preocupações das populações.

Relativamente aos eventos, de facto, Mirandela tem muitas Associações, muitas organizações e, portanto, é uma Cidade e um Concelho dinâmico e, por isso, enaltecer também a participação das Associações, que em conjunto com a Câmara Municipal têm tido sucesso nas ações que vai realizando, obviamente que tudo aquilo que forem organizações de sucesso vamos mantê-las e vamos melhorá-las como por exemplo, agora na Feira da Alheira que está a ser feita uma aposta muito grande com financiamento Municipal, no sentido de darmos protagonismo à própria Alheira de Mirandela, com a comemoração dos vinte anos da Feira de Mirandela, convidado todos a estarem presentes, nos dias oito, nove e dez de março no Parque do Império.

Relativamente à questão levantada pela Deputada *Rita Messias*, dizer-lhe que, de facto, o analfabetismo é um problema, temos consciência que a nível do Município ainda temos pessoas analfabetas e isso é gerador de exclusão social, obviamente. Julgo que, em colaboração com outras entidades podemos realmente fazer um projeto no âmbito da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos. Já houve uma primeira reunião na Câmara Municipal há uns quinze dias e estamos a aguardar mais informações, mas julgo que as Juntas de Freguesia estarão disponíveis para participar neste projeto e levar educação às pessoas no sentido de darmos um salto qualitativo aos 9% a nível nacional e também às 1981 pessoas que estão a nível do Concelho com esta exclusão. A Junta de Freguesia de Mirandela também esteve na altura na reunião com a Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos. Eu acho que os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes e todos os

representantes estarão disponíveis para criar um projeto deste âmbito, valorizando também as pessoas e dando enfoque à Educação e à Formação de Adultos.

Relativamente aos jovens que não concluem o nível obrigatório de escolaridade, essa é também uma questão que terá que ser abordada também em conjunto com o Agrupamento de Escolas. Casos de insucesso Escolar sabemos que existem, nós agora temos um projeto, como todos sabem, já veio aqui com o Combate ao Insucesso Escolar que está a ser promovido em todas os Municípios e vai começar no dia um de abril, portanto, também estamos em crer que esse projeto vai beneficiar também os jovens que não terminam o ciclo obrigatório de escolaridade.

Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente. Temos, ainda, duas interpelações à Mesa. Nesse sentido passo a chamar o senhor Deputado António Figueiredo para fazer a sua interpelação, goza para o efeito de três minutos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Ora bem, quero salientar o seguinte: nas interpelações à Mesa, agradecia que se dirigissem à Mesa. Eu já sei que vão responder às questões da Senhora Presidente... agradeço evitem esse debate direto. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, é só para eu comunicar aqui à Senhora Presidente da Câmara, pelos dados de uma Organização Mundial que faz todos os anos a transparência a transparency.org, está escrito em inglês, mas eu vou dizer aqui só um pequeno texto, “Em 180 países e territórios nacionais públicos do setor da corrupção na escala de 0 a 100 a corrupção em 100 Países, há 43 Países que são mais transparentes e mostra aqui um mapa, não estou a falar de cor, tenho aqui o mapa e Portugal está nos países mais corruptos do mundo. Portugal está nos Países mais corruptos do mundo. A Alemanha está a ficar um País corrupto, os Estados Unidos estão a ficar num País corrupto, a Austrália está a ficar num País corrupto. Só menos a Noruega, a Suécia, Canadá, Dinamarca e a Holanda. Eu só para dizer aqui um aparte, na Noruega e na Suécia as prisões estão vazias e estão a fazer hotéis de luxo. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É uma verdade de facto..., um problema que se alastra e no qual nós não estamos muito bem na fotografia. Mas pelo menos resta-nos o consolo de que nós transmuntanos não contribuimos para isso, para essa corrupção. Não, no passado já houve alguns casos, presentemente as coisas estão mais pacíficas e quem o fez está a pagar por isso, não é? Portanto, a justiça está a funcionar.

Muito obrigado Senhor Deputado.

Faça favor Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, nós na bancada do PSD, ficamos felizes com o primeiro elogio que a Senhora Presidente da Câmara fez a tanta coisa que o anterior Executivo fez, nomeadamente sobre o Festival do Rancho. Como lhe ficou bem. Eu acho que há vida e educação para lá da política. O anterior Executivo e os anteriores Executivos do PSD que tanta coisa fizeram boa neste Município, até que enfim a Senhora Presidente teceu o primeiro elogio ao anterior Executivo a respeito do Festival do Rancho. Mas a Senhora Presidente não respondeu à preocupação maior do LIDL, que é a preocupação política, a outra é judicial. As promessas não cumpridas, sob pena de demagogia barata que produziu resultados, é verdade. As promessas que a Senhora Presidente fez sobre este assunto àquelas cinco famílias. Senhora Presidente, a respeito dos prémios e da atribuição de medalhas de mérito a Instituições e Ilustres Mirandelenses, Senhora Presidente os Vereadores do PSD não votaram em branco, porque não existem votos em branco, os Vereadores do PSD não votaram sob pena de mais tarde, verem as suas decisões tornadas ilegais. Houve uma reunião do Executivo convocada extraordinariamente para um dos pontos, porque é que a Senhora Presidente politicamente, acredito porque só tenha sido por razões políticas ter misturado outras Entidades e outras Individualidades num marralhar jurídico e político sob pena das próprias não se reverem e não se sentirem bem neste ambiente. Quando falo nas faturas da água, Senhora Presidente é que há faturas com vinte metros cúbicos num mês, um metro cúbico noutra mês e a seguir volta novamente aos vinte metros cúbicos, sob pena deste processo, ainda bem que a Senhora Presidente diz que está a fazer todos os esforços para que esta situação seja regularizada, mas estas situações a acontecer penalizam significativamente famílias deste Concelho até porque os seus rendimentos podem não ser tão significativos quanto isso.

Senhora Presidente, quando falei no PNI eu sei que o documento não está fechado, terá sido assinado entre o PSD e o PS, mas também com a ajuda da Frente de Esquerda, que pelos vistos está autoflagelada, digo isto com respeito Senhor Deputado. Digo isto com respeito. Não temos que nos autoflagelar, porque eu só toco neste assunto, pela seguinte razão: já houve custos políticos para alguns Dirigentes Distritais, Senhora Presidente, Senhor Presidente, porque é que a Senhora Presidente se esqueceu de reivindicar a ligação, a estrada de Mirandela e a Trindade? Foi por distração ou foi pelo que foi? Isto é um caso sério. Isto é um caso sério. Porventura alguma distração, que nos pode sair muito cara. E depois noutra coisa Senhora Presidente, quando estas coisas não correm bem, nós temos que agir politicamente. Porque é que a Senhora Presidente não apresenta aqui hoje um voto de repúdio ou de protesto? Ou sob pena de ser “copo cheio” numas coisas com o Governo e noutras questões estar de “copo vazio”, e esta posição intermédia, esta só nos compromete a todos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Tem de terminar por favor, o seu tempo já terminou. Muito obrigado.

Dado que a interpelação à Mesa é para a Mesa embora naturalmente a Senhora Presidente ainda vá querer dar algum tipo de resposta, mas cumpre-me dizer algo sobre esta intervenção do Deputado *Paulo Pinto*.

Três coisas e sem tomar qualquer partido como eu faço sempre. Em relação às famílias lesadas com a derrocada, de facto, todos estamos com eles, não sei se houve promessas ou não, não faço ideia, mas nós estaríamos aqui a penalizar o Executivo se não

tentasse ao máximo que o prejuízo para a Câmara fosse o menor. Não vai indemnizar sem que o Tribunal se pronuncie. É um papel que o Executivo terá que fazer, senão nós estaríamos aqui a criticá-lo, isso é o meu ponto de vista. Sobre a água, outra questão que levantou, realmente é verdade, possivelmente todos sentimos na “pele” essa questão. Houve uma mudança de estratégia contrária à do passado em que havia um sistema de renda certa... As contagens eram mais ou menos controladas duas ou três vezes por ano e permitia às pessoas fazer um pagamento muito mais equilibrado, porque não havendo contagem todos os meses isso não funciona para muitas famílias, para outras há que, de facto, cria transtornos muito grandes, até porque a taxa é progressiva e o pagamento pode revelar-se muitas vezes injusto. De qualquer maneira são questões realmente pertinentes que a Senhora Presidente não deixará de lhe dar resposta, por isso, eu pergunto à Senhora Presidente se quer responder a esta questão.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social.

Relativamente às questões relacionadas com a transparência, com a abordagem que o Senhor Deputado *António Figueiredo*, fez aqui sobre a questão da corrupção no mundo, de facto, nós assistimos a países mais corruptos, a países menos corruptos, mas não é por isso que eu julgo que o país, Portugal seja um país falhado, ou seja, temos casos e vocês vejam que não é um caso partidário são casos transversais à sociedade, são casos transversais a todos os partidos e, portanto, ninguém pode ficar, por um lado, refém destas situações e considerar que somos uma sociedade corrupta, mas não são os partidos, são as pessoas que formam os partidos que são corruptas e, por isso, nós não podemos ficar reféns dessa situação até porque os partidos são feitos por pessoas e as pessoas têm determinados valores e assumem-se como tal e portanto não estamos aqui hoje para criticar um ou outro que sejam de diferentes bancadas mas é certo que é transversal a toda a sociedade, à banca e a tudo aquilo que diz respeito a todos e portanto é a comunidade em si e, portanto, julgo que o nosso contributo poderá ser evitar estas situações, a educação, a formação das nossas crianças e jovens é fundamental para terem valores e princípios e não existirem estas situações e portanto, não gosto de falar de casos em particular, mas a verdade é que este é um flagelo que nos tem preocupado a todos.

Relativamente ao Deputado *Paulo Pinto*, e como eu disse desde o início do mandato, dizer-lhe que todas aquelas organizações, eventos, que julgávamos bons como é óbvio manteríamos e tentaríamos melhorar e é isso que temos feito. Não temos qualquer problema de manter esses eventos, antes pelo contrário, estamos até a tentar melhorá-los e, portanto, julgamos que tudo que está bem deve ser melhorado e não ser terminado por uma questão política. Neste caso, as questões relacionam-se com a organização de eventos da Câmara Municipal, os Executivos passam e os eventos mantêm-se e, por isso, é que estamos a dar mais valor, o valor acrescentado a estes eventos. Sem qualquer tipo de problema político, acho até que é uma mais-valia para a Cidade e para o Concelho, por isso é que nós mantemos estes eventos e vamos tentar melhorá-los sempre.

Relativamente à questão que fala da derrocada do LIDL, mantenho aquilo que disse, eu acho que expliquei exatamente todos os passos que aconteceram e não se trata de demagogia barata, trata-se de um problema que esteve na origem uma não decisão, à época, do próprio Executivo. Tinha outros valores em causa e outras soluções que poderiam ser tomadas em linha de conta. Não foram e este problema aumentou de forma significativa, criando um grave problema para o Município. Porque quando nós entramos em pagamento de indemnizações sem uma avaliação correta não o podemos fazer e, por isso, neste momento temos um grave problema em mãos. Seríamos acusados de estar a beneficiar as famílias se pagássemos o valor que tinha sido proposto por elas, seríamos acusados de qualquer maneira. Este é um grave problema do Município, nós conhecíamos quando estávamos em época eleitoral, conhecemo-lo depois de ganhar as eleições e temos este problema. Todos temos este problema, este não é um problema do Executivo PS, este é um problema da Câmara Municipal e, portanto, não venha agora atirar pedras quando o seu telhado é de vidro e, portanto, não nos parece correto este tipo de envolvimento político-partidário numa questão de segurança que se iniciou e sem soluções no mandato anterior.

Nas distinções de mérito informar todos que os votos são secretos e, portanto, quando os votos são feitos e tendo quatro votos favoráveis e três em branco, porque foi um papel em branco que entrou na urna, na reunião de Executivo, é óbvio que é fácil tirar as nossas conclusões e, portanto, não tem a ver com questões políticas tem a ver com questões de mérito. Relativamente às questões da água mantêm-se aquilo que disse, eu acho que expliquei bastante bem o problema da água em Mirandela e todos estes problemas que temos com a água, com a faturação da água, temos famílias que têm algumas roturas em casa e que não se dão conta e portanto, quando dão conta que chega e esta preocupação de dar as leituras da água é importante que as famílias tenham esta preocupação, porque existem, de facto, roturas, como existem na via pública também na casa de cada um. Muitas vezes os aumentos de consumo têm a ver com as roturas na própria casa das pessoas e quando dão conta já têm uma fatura para pagar. O que é certo é que a Câmara Municipal não pode ir fazer esse arranjo das roturas a casa de cada um e, portanto, cada um tem que ter esta preocupação. Como houve muitos anos, nunca foi feito nada, nem houve a cobrança desta água, acabou por arrastar alguns problemas e, portanto, também criar outras questões relacionadas com a água.

Relativamente ao Plano Nacional de Investimentos e, quando fala nos custos políticos, dizer-lhe que nós estamos aqui a falar de duas estradas, uma delas Municipal e outra delas Nacional. A Estrada Municipal 578 Mirandela-Trindade, estivemos na Infraestruturas de Portugal, falamos desta questão, foram os executivos anteriores que aceitaram a desclassificação desta Estrada, ou seja, a Estrada Nacional passou para a Estrada Municipal 578, sendo estrada Municipal, quem tem que fazer as obras entre Mirandela e a Trindade, é o Município de Mirandela com verbas municipais e, portanto, aquilo que está a dizer para incluir esta Estrada no Plano Nacional de Investimentos 2030 só pode ser fruto de alguma desinformação, porque de facto trata-se de uma Estrada Municipal.

Relativamente à Estrada Nacional que é uma obra Mirandela, Cedães, que eu já disse aqui na Assembleia Municipal vai ser feita pela Infraestruturas de Portugal, porque se trata da Estrada Nacional 315 e como todos sabem tem um piso bastante degradado. Esta sim, vai ser objeto de melhoria, não ficou integrada no Plano Nacional de Investimentos porque já está orçamentada para este ano na Infraestruturas de Portugal e, por isso, é a Infraestruturas de Portugal que vai fazer o melhoramento e a qualificação desta Estrada.

No que diz respeito à Trindade é uma Estrada de muita importância até no contexto de acesso ao IP2, IC5, de acesso até a Alfândega da Fé e, portanto, aquilo que estamos a fazer é verificar como é que podemos com o Orçamento Municipal melhorar esta Estrada. Era só.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Nós vamos ficar por aqui... acho que entendemos perfeitamente as partes, todos nós...

Deputado *Paulo Pinto*, tudo bem, depois iremos ter uma contra resposta, etc... nós já entendemos. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Eu acho que fui muito rigoroso no cumprimento do tempo e esta luta é desigual, Senhor Presidente, porque a Senhora Presidente fala o tempo todo que quer e eu cumpra escrupulosamente.

Nós consideramos que a Estrada de Mirandela à Trindade é importantíssima para o desenvolvimento de Mirandela, se ela está desclassificada, aquilo que é exigido ao atual Executivo, se assim o considerar, que a volte a classificar e aí estaria no Plano Nacional de Investimentos. Senhor Presidente este é o contributo que eu lhe posso dar, não temos que aceitar como adquirido algumas coisas que, porventura, não sabemos quais as razões por que tenham acontecido, mas consideramos que é uma obra estratégica para o concelho de Mirandela. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado.

A Senhora Presidente quer outra vez responder.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Sim, porque há aqui uma desinformação qualquer, que eu ainda não percebi.

Nós já solicitamos a classificação, como todos sabem existem muitas desclassificações, já falamos até aqui nas Pontes, que nós estamos a fazer a adjudicação a uma empresa para avaliar todas as Pontes. Até a própria Ponte Nova, foi desclassificada para Municipal e, portanto, não é um processo tão fácil a classificação para Estrada Nacional, ou seja, é a Assembleia da República que depois trata do processo de classificação, portanto também pode ter um papel importante e vê se pode classificar. De qualquer forma, as Estradas Municipais são da responsabilidade dos Municípios e é no Orçamento Municipal que nós temos que incluir a Estrada da Trindade. Neste momento é a situação que temos e foi a informação que eu dei.

Relativamente à passagem de Municipal para Nacional é um processo lento e como todos sabem, neste processo todo da descentralização de competências, cada vez há mais Estradas que passam a Municipais e, portanto, as Câmaras Municipais têm que investir nesta requalificação e não é competência do Governo. Tentamos junto da Infraestruturas de Portugal e ficamos satisfeitos por a Infraestruturas de Portugal ir fazer a qualificação, como disse, da Estrada Nacional 315, Cedães. Também é uma prioridade, toda aquela área da Estrada Nacional 315 que vai ser requalificada. Em relação à Estrada da Trindade, conhecemos a prioridade, é uma prioridade do Executivo, mas como digo, neste momento não é possível solicitar à Infraestruturas de Portugal essa qualificação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Assistimos aqui a momentos extremamente interessantes, comentando problemas nossos, daquilo que é nosso, e como eu dizia no princípio fugindo a temas subjetivos e fora muitas vezes do contexto..., estes sim, são temas importantes, terão que ter resposta, vão ficar em ata e amanhã vamos ver quais são as soluções para, se necessário, voltar a discuti-las, criticando ou elogiando em função do desenvolvimento destas questões.

Só para terminar dizer ao Deputado *Paulo Pinto* que a questão do tempo gasto por cada um está previsto nas regras desta Assembleia e temos que as cumprir. Temos como convidado o Executivo que não está sujeito ao período de tempo contemplado no Regimento, nem a essas regras, portanto, não compete à Mesa de maneira nenhuma fazer observações dessa natureza, quando muito, como já aconteceu diversas vezes, apelar para umas intervenções mais breves.

Aliás, comecei indiretamente por fazê-lo hoje logo pela manhã, mas também temos que nos consciencializar de que há coisas que têm que ser ditas..., há coisas que não nos devem cansar... especialmente ouvir e falar sobre a nossa terra e sobre os problemas do Concelho.

Ficamos por aí, deixai-me só acrescentar que há várias reclamações sobre a temperatura da sala, nós também estamos a sentir que a temperatura não é a mais adequada..., está muito frio, fomos saber o que se passa e pelos vistos existe uma avaria grave no sistema de ar condicionado, está em manutenção, vamos ter que aguentar.

Eu sugeria em função do mau estar que se está a fazer sentir, irmos mais cedo para o almoço e às 14h30 regressávamos..., de facto movimentarmo-nos vai fazer bem

Então vamos para o almoço, está bem?

Até já.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Eu acho que ainda podíamos aproveitar mais um pouco da manhã, quer dizer...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A questão não está no aproveitar é que, de facto, estamos com tanto frio e é uma forma de ultrapassar isso. Porque nós teríamos tempo para debater dois ou três pontos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Então, vamos ter duas horas e meia para almoço? Acho que é exagerado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Às 14h00 estamos cá, também está correto, muito bem. Até já.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito boa tarde a todos.

Agradecia aos Senhores Deputados que regressassem ao seu lugar.

Estamos em condições de dar continuidade à Sessão.





Nesta minha primeira intervenção, como elemento substituto da minha bancada, queria dizer que todas as minhas intervenções serão no sentido do encontro das melhores soluções possíveis defendendo, como sempre, os meus pontos de vista e estando aberto aos diferentes pontos de vista para se encontrar um consenso.

Posto isto, quero aferir, embora consciente de que não estamos aqui a analisar as contas do ano de 2018, porque não é isso que consta da Ordem de Trabalhos, mas uma vez que são apresentados alguns elementos relativos a 31 de dezembro, é natural que haja algumas intervenções nesse sentido.

A questão que gostaria de levantar é muito simples. Na informação financeira do Município é apresentado como “empréstimos a médio e longo prazo” cerca de 8.400.000,00 €.

Analisando o ponto 4.7 do Saneamento Financeiro, as dívidas à banca rondam 4.600.000,00 €.

Gostaria de algum esclarecimento sobre a que se deve a diferença entre estes valores.

Muito obrigado Senhor Presidente.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Passo, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente. Vou aproveitar, aqui, este tempo que tenho para ripostar aquilo que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* mencionou há pouco e chamar-lhe à atenção, exatamente, pelo facto de ou ter uma memória fraca ou então não perceber o que andamos aqui todos a fazer.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o PNI foi negociado pelo PSD e pelo PS e como o Senhor Deputado *Paulo Pinto* deve saber, a junção dos votos do PS e do PSD na Assembleia da República ditam a maioria. Foi, exatamente, essa maioria que apoiou o PNI, aquele que você critica e que criticou agora.

Isto para dizer-lhe que em matéria daqueles que vão ser os investimentos 2030 têm a vossa assinatura e o peso na consciência deve ser vosso e do PS, nunca devendo ser do PCP, porque votou contra Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Portanto, essa falta de memória fica-lhe mal em tentar “meter tudo no mesmo saco”, quando no mesmo “saco” só cabem dois Partidos - o PS e o PSD. Esse problema subsiste naquilo que são os investimentos para o nosso Distrito, provavelmente aquilo que são os Dirigentes Regionais e Distritais devem ter a “mão na consciência”, pois provavelmente deviam-se demitir, porque foram completamente ignorados por aquilo que foram os Dirigentes Nacionais do seu Partido e do PS, como é óbvio.

Não nos coloque a nós no mesmo “saco”, porque não vale a pena, pois isso é uma fantasia da sua parte e não justifica aquilo que é o injustificável, que foi que vocês pura e simplesmente ignoraram o Distrito de Bragança e a nossa Região.

Dito isto, passo àquilo que é a Informação da Senhora Presidente.

Senhora Presidente, no dia 1 de Fevereiro, um Acordo de Parceria de Cooperação com o Movimento pelo Desenvolvimento do Interior foi assinado pela Senhora Presidente e aquilo que gastava de perguntar é: quem é que está personalizado ou quem é que personaliza este movimento e de que forma esta parceria vai processar este acordo? Esta é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, *Rosa Monteiro*, assinou em Mirandela no dia 25 de janeiro, Protocolos da Nova Geração de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e os Municípios, cerca de nove se não estou em erro. Os novos protocolos preveem a designação de dois conselheiros, um externo e um interno, bem como a criação de uma equipa para a igualdade. Gostava de saber, quem ou que Entidades vão fazer parte desta equipa?

Por fim, outra pergunta. No dia 18 de janeiro, em Reunião com a Empresa ENERVIEW e no dia 22 de janeiro, com a Empresa INFRACONTROL, para dar início à implantação de um sistema de monitorização automático da barragem do açude. Senhora Presidente, quem é que vai pagar este sistema? É a Câmara Municipal ou a Empresa que tem a concessão da produção de energia elétrica?

Já agora, Senhora Presidente, quanto à Empresa Engeve, que está com uma situação de dívida à Câmara Municipal para com o Município, gastava de saber se esta Empresa já está a pagar aquilo que deve em relação à produção de energia elétrica que deve ao Município.

Eram estas três perguntas que eu deixava à Senhora Presidente.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo a palavra à Senhora Deputada *Cristina Passas*.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Antes do uso da palavra da Senhora Deputada *Cristina Passas*, tomo a liberdade de dar um contributo àquilo que são as intervenções dos Senhores Deputados, agora no período da tarde.

Independentemente da deferência com que se queiram endereçar à Assembleia Municipal, todos aqueles que já usaram da palavra ao longo do dia e, como digo, sem prejuízo da forma como se entenderem endereçar à Assembleia, não é necessário, ao contrário do Senhor Deputado *José Faustino da Cunha* que ainda não tinha intervindo, não é necessário repetir “Senhor Presidente da Mesa”, “Senhores Secretários”, “Senhores Presidentes da Câmara”, “Senhores Vereadores”. O Regimento da Assembleia permite como expressão de endereço à Assembleia Municipal a referência apenas a “Senhor Presidente”, “Senhores Deputados”.

Pode-se sempre abreviar, uma vez que já foi feita uma primeira intervenção, endereçando-se à Assembleia apenas dessa forma, como está estabelecido no Regimento.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente e Vereadores, Excelentíssimos colegas, Público em geral e Comunicação Social.

A minha intervenção vai no âmbito da Informação da Senhora Presidente e dos Serviços Municipais de Veterinária no âmbito da visita ao canil de São Salvador.

É com muito apreço que volvidos 10 anos, que tomamos posse como Executivo da Junta de Freguesia de São Salvador, vemos que este assunto está a ser tratado com a nobreza e elevação que necessitava. Isto é, não foi por falta de esforços institucionais, que à época foram encetados com quem de direito e tenho aqui na sala alguém que nos acompanhou nos primeiros trabalhos, nomeadamente o Senhor Deputado *Pedro Beato*, que tivemos algumas reuniões na Junta de Freguesia para contornar algumas situações que estivessem menos corretas no canil, mas, por força das vicissitudes das situações, institucionalmente pouco ou nada se conseguiu avançar.

Conseguimos estagnar algumas situações, como o ruído, porque na altura havia muitos cães que incomodavam muito a população. Inclusive, os cães não tinham a cerca, iam para os caminhos rurais e estragavam as hortas. Foram feitos alguns esforços de melhoramento de infraestruturas, mas verificamos agora, até por força da Lei que impede que os cães sejam abatidos, que a infraestrutura terá de ter um impulso novo.

Tendo um impulso novo, estando nós em contacto com a Câmara Municipal, vinha aqui reivindicar/pedir que, além da infraestrutura do bem-estar aos animais, o acesso ao canil seja uma prioridade.

Não há possibilidade de ter uma atitude cívica diferenciadora daquilo que existiu até hoje se não houver intervenção no caminho, porque quem quer dar os cães para a adoção ou quem os quer ir adotar vê a sua vida muito dificultada com as infraestruturas que existem atualmente.

Assim, pedia que houvesse uma atenção especial, visto que, neste momento, a infraestrutura não será mais o canil de São Salvador, mas passará a ser o canil municipal de São Salvador.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Deputada. Passo a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados em geral, minhas Senhoras e meus Senhores.

Era só um pequeno comentário em relação ao Plano Nacional de Investimentos.

Para dizer ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, uma situação que é: porque é que o PSD e o PS fizeram um acordo, chamamos-lhe assim?

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, por acaso sabe quanto é que recebe a NUT III Terras de Trás-os-Montes? Por acaso sabe? 173 mil euros...

Espere aí, agora deixe-me acabar de falar, deixe-me acabar de falar.

Sabe porque é que só recebe este valor? Não temos pessoas, Senhor Deputado.

Não venha cá com a bandeira da CDU, nem com outras bandeiras, porque não receberíamos nada. Seja lá o Partido que for.

Espere aí, deixe-me acabar de falar, deixe-me acabar de falar, Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Sabe quanto é que o Hospital de Santa Maria pede ao Governo no final do ano? Sabe, por acaso? 100 milhões de euros.

Agora, imagine qualquer líder de um Partido dar 50 milhões de euros para a ULS e para o Hospital de Vila Real. O que é que aconteceria? Diga-me, Senhor Deputado. Diga-me! Está-me a perceber? Ainda bem que me está a perceber, Senhor Deputado.

Sabe que a pessoa que é Primeiro-Ministro, seja ele do PCP, do PS, do PSD, é onde estão os votos.

Enquanto não mudarmos de sistema, chamem-lhe Descentralização/Regionalização, não temos hipótese de sobreviver. Não é a Câmara. A Câmara não diz nada nisto. A NUT III não diz nada nisto, Senhor Deputado.

A situação é uma situação governamental.

Desculpe, deixe-me acabar de falar.

Tem de haver parcerias para se resolverem situações complexas no nosso País, senão eu digo-lhe que nunca saímos da “cepa torta”. Não sairemos da “cepa torta”, porque se viesse para aqui o dinheiro, eu gostaria de ver o camarada *Jerónimo de Sousa* a dizer: “olha, foram 50 milhões para Trás-os-Montes. Há lá meia dúzia de gatos-pingados”. Para que é que foram para lá os 50 milhões?

Seja realista! Seja realista, Senhor Deputado. Eu não entrei em contacto com o Senhor. Por amor de Deus. Eu não lhe estou a dizer...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Senhores Deputados, não entrem em diálogo. Depois terão oportunidade disso.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Eu não estou a dizer que concorde comigo. Eu posso expressar a minha opinião, democraticamente. Estamos num País livre. Portanto, se não houver uma pareceria e se não formos objetivos, nunca mais saímos da “cepa torta”, por isso, eu até acho que a situação do Plano Nacional de Investimentos, essa parceria, até poderia ser vantajosa e poderia ser ainda mais vantajosa se houvesse ainda mais Partidos a agregar essa Política Nacional de Investimentos e não pensar, única e exclusivamente, na sua casa.

Não sei o que é que se passa...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Não queria interromper a intervenção...

----- **O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça* (PS) disse:** Quero apenas perguntar o que é que isto tem a ver com o ponto da Ordem de Trabalhos em discussão?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** No meio da intervenção agradeço que não interrompa.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Não tenho mais nada a dizer. Era só isso. O Senhor Deputado *Jorge Humberto* veio falar disto e eu repliquei, simplesmente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O assunto até está a ser interessante, daí eu deixar passar. Foge naturalmente, àquilo que é a Ordem do Dia, mas não deixa de ser interessante, por isso, eu entendo que devo deixar correr. Agradeço que respeitem isso.  
Faça favor de continuar a sua intervenção, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, eu não quero ser maçador com o Senhor Presidente, nem com a Senhora Presidente da Câmara, nem com os Senhores Deputados.  
Como não quero ser maçador, o que disse, disse, não retiro nada e despeço-me.  
Até já.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa, pode ser?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faça o favor.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Com certeza que sim.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, é só para dizer seguinte.

Senhor Deputado, eu sei que dói. Eu sei que dói. É uma responsabilidade que vocês têm de assumir e eu sei que dói. Vocês foram, completamente, ignorados pelos vossos Dirigentes Nacionais.

Aquilo que justifica a vossa presença aqui em falar no PNI é “atirar areia para os olhos das pessoas”. Os investimentos que temos na nossa região devem-se ao Partido Social Democrata - PSD e ao PS. Não coloque toda a gente no mesmo “saco”, porque o Partido Comunista Português votou contra. Vocês têm de assumir a vossa responsabilidade de uma vez por todas e não andem a enganar as pessoas.

Não há investimentos na nossa Região, porque o vosso Partido, os vossos Dirigentes Nacionais, não quiseram.

O Senhor Deputado tem razão numa coisa. Isto está assim, porque não há Regionalização, mas Senhor Deputado, mais uma vez, é o vosso Partido que, ao longo destes 40 anos, nunca quis a Regionalização, portanto, têm que assumir as vossas responsabilidades. Têm que assumir as vossas responsabilidades e não “atirar areia para os olhos das pessoas”.

As pessoas têm que começar a perceber o que é que os Senhores dizem aqui e o que é que fazem na Assembleia da República. Essa é que é a grande questão, Senhor Deputado. Não enganem ninguém.

Temos de ser coerentes com aquilo que dizemos. Não coloquem tudo no mesmo “saco”, porque não são todos iguais. Iguais são vocês ao longo de 40 anos, que impediram a Regionalização neste País e impediram o desenvolvimento regional do nosso País. Esta é que é a grande verdade. Verdade seja dita, vocês, PSD, juntamente com o PS e juntamente com o CDS. Portanto, não venham misturar as questões, nem venham “atirar areia para a cara das pessoas”.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado.

Já tínhamos saudades destes debates, sem dúvida... , mas não vamos ultrapassar muito o tempo.

Faça o favor, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, vou perguntar ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*: afinal, para que serve a “Geringonça”?

Vou-lhe dizer para que serve a “Geringonça”. Serve para aprovar Orçamentos.

Não digo mais nada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Findas todas as intervenções, passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara. Faça o favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito boa tarde a todos. Obrigada, Senhor Presidente.

Relativamente a este ponto da Ordem do Dia, Informação da Senhora Presidente, em relação à Revisão Orçamental, como sabem, o Orçamento é um documento/uma ferramenta de governação, neste caso, governação municipal. Aquilo que prevemos gastar está muito relacionado, também, com a entrada de fundos comunitários, ou seja, com o andar das obras municipais.

Em qualquer Organização, Instituição, Empresa e também na Câmara Municipal existem ajustes orçamentais. Chamamos-lhe Revisão Orçamental, que tem a ver sempre com questões relacionadas com fatores externos à Câmara Municipal. Isso faz com que os investimentos sejam feitos e posso elencar uma série de investimentos que estão a ser feitos, nomeadamente, as obras nas Escolas, onde algumas tiveram um ligeiro atraso, da responsabilidade do Empreiteiro. Isto levou ao facto de não haver volume de pagamentos suficiente para cobrir a nível orçamental. Por isso, se fazemos os ajustes financeiros e por isso é que tudo aquilo que existe de Revisão Orçamental está contemplado, para haver esta flexibilidade orçamental, para que possamos ajustar às necessidades do concelho.

Nunca teremos um orçamento que tenha o mesmo cumprimento do início ao fim do ano, porque existem estes ajustes que temos de fazer. Estamos satisfeitos com o nosso cumprimento da execução.

Já houve anos em que o cumprimento foi de cerca de 20%. Anos de liderança do PSD.

O facto de termos situações de execução orçamental relevantes é bom para o Município, porque cumpre as metas que estão plasmadas pelo Estado Central.

De qualquer forma, ninguém está aqui a aprender a gerir orçamentos. A gestão no passado, como todos sabem, foi má, senão não estávamos em Saneamento Financeiro.

Já que abordei o Saneamento Financeiro, aproveito para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.

Relativamente à diferença que existe no Saneamento Financeiro e os valores que estão colocados no empréstimo, dizer que os empréstimos que estão no Saneamento Financeiro dizem só respeito aos empréstimos do Saneamento Financeiro. O que está presente na Informação da Senhora Presidente diz respeito a todos os empréstimos. Existe este diferencial, praticamente o dobro do que está no Plano de Saneamento Financeiro. É fácil de verificar que existe uma diferença de cerca de 4 milhões de euros, que diz respeito ao diferencial do empréstimo que foi feito no âmbito do Saneamento Financeiro e a totalidade de empréstimos/de dívidas à banca que a Câmara Municipal tem.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quanto à questão da negociação do Plano Nacional de Investimentos, onde referiu que é “uma negociação entre o PSD e o PS”, “isso é uma questão de Política Nacional”, é verdade. Relativamente ao Acordo de Parceria de Cooperação com o Movimento pelo Desenvolvimento do Interior, sabemos que este Movimento faz, particularmente, ações de *plogging* que têm a ver com a limpeza de ruas. Aquilo que a Câmara Municipal apoia é no sentido de todos os descartáveis poderem ser cedidos às pessoas que estão, como voluntários, a fazer esta ação e até estratégias de dinamizações conjuntas de algumas atividades.

O protocolo está disponível, se o pretender consultar não temos qualquer problema em enviá-lo até através da Mesa da Assembleia Municipal.

Quanto ao Protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, dizer que os conselheiros desta Comissão vão manter-se, até porque estão ainda em vigor, ainda estão no seu Mandato. Internamente é a colaboradora *Sandra Pimparel* e externamente a PSP - o Agente *Pessegueiro* que está designado no âmbito do CLAS - Conselho Local de Ação Social.

Em relação à criação da equipa para a igualdade, estão a ser realizadas reuniões no âmbito do Conselho Local da Ação Social e daqui surgirá a equipa para a igualdade, naturalmente, com os conselheiros que estão em funções.

Relativamente à Empresa Engeve, estará a relacionar-se com a questão da Mini-hídrica. De facto, há uma dívida à Câmara Municipal, rondará 50 mil euros, sendo que esta dívida pode vir a ter algum ajustamento, porque a Câmara Municipal comprometeu-se, na época da assinatura do acordo, que iria colocar um sistema de monitorização, que não foi colocado, ou seja, estamos agora a ver os materiais para a colocação desse sistema de monitorização, uma vez que a monitorização que se faz é manual através de colaboradores da Autarquia. Ainda não foi feito este acerto, por isso, tem de ser confirmado tudo aquilo que foi faturado pela Empresa à EDP e conforme a percentagem que a Câmara Municipal tem direito, vai ser cobrado.

Este é um procedimento em que a Câmara Municipal de Mirandela está a ter bastantes despesas. Já tivemos reuniões com os proprietários da Empresa e está agora em fase de acerto de contas, até porque havia uma percentagem de 2,5% que eles gostariam que passasse para 2%, portanto, ainda está por verificar a validação de toda a faturação da Empresa à EDP.

Em relação à Senhora Presidente de Junta de São Salvador, *Cristina Passas*, dizer-lhe que este problema do canil já foi abordado aqui, relativamente aos cães abandonado e ao centro de acolhimento. Contudo, este canil não irá substituir o Centro de Recolha Oficial.

Aquilo que pretendemos é que seja um centro de acolhimento para que os cães possam ter condições e para os retirar das ruas, sendo este o papel fundamental e de preocupação do Município.

O acesso ao caminho é uma das preocupações, pois tem más condições, mas mesmo assim temos pessoas a ir lá “despejar” cães neste centro de acolhimento/canil.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, quanto ao valor que referiu em relação à NUT III dizer-lhe que vamos ter, para além do PNI e realço, mais uma vez, que o Plano Nacional de Investimentos não é um documento fechado, vamos ter 500 milhões de euros para a Coesão Territorial e Regadios, chamado Fundo para a Coesão, e também um Programa para Ligações Transfronteiriças no valor de 200 milhões de euros. Também existe a nível da CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - um Programa de Valorização de Áreas Industriais, como sabemos, já temos a expansão da Zona Industrial em fase de conclusão de projeto e estamos ainda a acertar umas questões que a CCDR-N impôs como compromisso para a Câmara Municipal, nomeadamente, a construção de muros de gavião para segurar as terras. Como sabem, é um terreno pouco propício à construção, com muito declive, portanto, está a atrasar um pouco o nosso processo na expansão da Zona Industrial.

Para já é tudo, Senhor Presidente.

Muito obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhora Presidente.

Fechado este ponto, passamos ao ponto 4.2 - Apreciação do Relatório Anual da CPCJ.

#### **4.2 – Relatório Anual da CPCJ.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Sobre este ponto, pergunto se há inscrições?

Temos a inscrição do Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*. Faça o favor, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José Faustino da Cunha* (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores.

É apenas uma questão muito simples, uma vez que este é um documento muito fechado, mas quero expressar aqui a ideia de que as Juntas de Freguesia são muito pouco tidas em consideração neste documento.

Sendo a primeira linha no que respeita às crianças que sofrem ou têm dificuldades para necessitar deste apoio, um próprio questionário que é apresentado na página cinco diz: “indique com que frequência articulou com as Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude”. “Freguesia: pouco frequente”.

Quero deixar aqui o repto a todos os Senhores Presidentes de Junta e o repto à organização no sentido de uma cooperação mais intensa com as Juntas de Freguesia, na medida em que são elas que detetam e têm de acompanhar os resultados desta intervenção.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Tomar-se-á devida nota. É uma situação pertinente e que acho extremamente válida. Aliás, direi mais, em relação aos Conselhos Municipais, aqueles que são os nossos representantes da Assembleia nesses conselhos deveriam periodicamente dar-nos conta do que se está a passar.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Só para esclarecer esta questão colocada pelo Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*, dizer-lhe que as Juntas de Freguesia participam como qualquer Entidade para sinalização destas questões relacionadas com as atividades da CPCJ de Mirandela. Realmente é “pouco frequente” quando se justifica a intervenção, sendo que há aqui um fator que é prioritário que tem a ver com a privacidade das crianças e jovens em risco. Quanto menos houver envolvimento das comunidades e estando a trabalhar em sigilo profissional é óbvio que participam quando se justifica.

O trabalho da CPCJ é um trabalho que é feito essencialmente sem ser um trabalho muito conhecido e muito divulgado, porque são trabalhos que carecem de uma aposta na proteção das crianças e isso é de assinalar. Era só isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É uma questão, de facto, compreensível também. Passamos ao ponto 4.3 - Ratificação à alteração de Representantes da Assembleia Municipal por nomeação.

São dois pontos: 4.3.1 e 4.3.2 que dizem respeito a uma circunstância provocada pela renúncia do Senhor Deputado do CDS-PP *Ricardo Fidalgo* que se fazia representar pela bancada do CDS-PP em duas representações - Segurança e Juventude.

Com a sua renúncia deixou um espaço vazio.

Solicitei, pois é por nomeação, ao líder da bancada do CDP-PP, Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que me apresentasse os novos nomes, os quais têm que ter a ratificação da Assembleia Municipal.

Então, a Senhora Deputada *Leticia Salvador* irá ficar com a representação no Conselho Municipal de Juventude e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* irá ficar com a representação no Conselho Municipal de Segurança. Peço, portanto, a vossa anuência. Ninguém se opõe a estas novas nomeações...? Assim, está ratificada a alteração. Vou aproveitar para referir uma questão, como é nossa função, nossa da Mesa e toda a Assembleia, fazendo alguns alertas, nomeadamente em relação ao Conselho de Segurança que é um Conselho muito importante. Sei que quando um Executivo entra de novo em funções, no primeiro ano, as coisas são difíceis de conciliar..., nomeadamente, quando em mandatos anteriores os Conselhos já eram pouco funcionais. Mas acho que já chegou o tempo de pelo menos em relação ao Conselho de Segurança, haver um primeiro passo. Nós sabemos e segundo o Regulamento do Conselho de Segurança no seu artigo n.º 16 que: “os membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal”... e ainda não tomaram posse... Penso que é tempo Senhora Presidente, de analisar e repor essa falta, até porque se trata de um Conselho com reuniões trimestrais obrigatórias... Deixava esta nota à Senhora Presidente, na certeza de que, já em pleno segundo ano de exercício, estará com certeza em condições de colocar este Conselho em funcionamento.

A Senhora Presidente pretende dar algum esclarecimento à Assembleia Municipal?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Como é sabido, estamos a dinamizar alguns Conselhos. Temos tido algumas prioridades, nomeadamente, relacionadas com o Conselho de Juventude, situações relacionadas com os incêndios, portanto, tem-se reunido com muita regularidade.

É certo que o Conselho de Segurança é um Conselho importante, por isso, na próxima reunião, apesar de ser uma reunião longa e dura, julgo que poderemos dar andamento a esta situação, aliás, já estava previsto dar esse passo em relação ao Conselho de Segurança. Também aqui, em Assembleia Municipal, o Senhor Presidente e a Mesa podem e devem, na nossa opinião, fazer sugestões e propostas que podem chegar, inclusivamente, através da Reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, podendo-as fazer chegar ao Executivo, pois agradecemos os vossos alertas e soluções.

Acho que é esse o caminho e não a crítica pela crítica, mas dar alertas importantes para o funcionamento regular de todos os Conselhos Municipais.

Obrigada.

#### **4.3 - Ratificação à alteração de Representantes da Assembleia Municipal por nomeação.**

##### **4.3.1 - Substituição do Representante da Bancada do CDS para o Conselho Municipal de Segurança.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Senhor Deputado *Virgílio Tavares* irá ficar com a representação no Conselho Municipal de segurança.

----- **A Assembleia Municipal ratificou esta alteração.**

##### **4.3.2 - Substituição do Representante da Bancada do CDS para o Conselho Municipal de Juventude.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A Senhora Deputada *Leticia Salvador* irá ficar com a representação no Conselho Municipal de Juventude.

----- **A Assembleia Municipal ratificou esta alteração.**

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Findo o ponto 4.3, passamos ao ponto 4.4 - Proposta de Concretização gradual da transferência de competências para as autarquias locais – “proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos” e “cultura” - Ano 2019.

#### **4.4 - Proposta de Concretização gradual da transferência de competências para as autarquias locais – “proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos” e “cultura” - Ano 2019.**

----- Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2019 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à apreciação e votação, da Assembleia Municipal de Mirandela, para que esta delibere por ser matéria da sua competência, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 2 “in fine” do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o estabelecido em cada um dos dois diplomas legais setoriais, que deverá merecer deliberação individual em cada um dos seus dois pontos apresentados e referentes a cada uma das áreas a descentralizar, conforme proposto.”**

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Sobre este ponto, quem se quer inscrever para intervir?

Registam-se duas inscrições: Senhor Deputado *Paulo Pinto* e Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.

Senhor Deputado *Paulo Pinto* faça o favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Julgo que sobre a Regionalização já está tudo dito, até porque tivemos uma Assembleia Extraordinária.

Sobre a votação deste ponto, o facto de a Câmara Municipal rejeitar a aceitação destes dois diplomas, nós vamos votar favoravelmente, como fizemos em Reunião de Câmara.

A nossa postura, desde a primeira hora, tem sido estar ao lado da Câmara Municipal, ao lado do seu Executivo, que este processo se faça da melhor forma, nunca, mas por nunca, a Câmara Municipal se ver impedida de algum procedimento só porque, porventura, alguma votação não esteve de acordo com a capacidade e com o funcionamento da Câmara Municipal de Mirandela para implementar as medidas setoriais.

Quero também fazer uma nota, Senhor Presidente.

Na intervenção que fiz na Assembleia Municipal sobre a Descentralização, tive o cuidado de fazer quatro perguntas à Senhora Presidente. Eram quatro perguntas para a Senhora Presidente brilhar. Eu dei a oportunidade da Senhora Presidente brilhar. No entanto, o que recebi foram umas palavras não muito bem colocadas, não sendo bem aceites as quatro perguntas que coloquei.

Quem tem este *dossier* em mão vai congregando e compilando tanta informação e seria fácil à Senhora Presidente brilhar nessa Assembleia.

Mais, perguntei à Senhora Presidente qual era a área com que estava mais preocupada, à qual me respondeu “já lhe disse que é a Educação”. Senhora Presidente, eu vejo os seus colegas Presidentes de Câmara preocupados com todas as áreas setoriais e com todos os diplomas. Sob pena de virar “tarefeira” de um Governo Centralista que coloca no Município aquilo que não quer mais fazer, porque também não sabia fazer.

Senhora Presidente, nesta resposta também podia ter dito que há quatro áreas setoriais/quatro diplomas que vão ter a afetação de envelopes financeiros que são a Saúde, a Educação, a Ação Social e a Cultura, até porque a Senhora Presidente esteve reunida com o Senhor Secretário de Estado, pena que não tenha reunido com a Oposição, porque, se tivéssemos essa informação a tempo e horas, tínhamos valorizado este debate.

A Senhora Presidente disse mesmo que “não acreditava muito na Descentralização e que era a favor da Regionalização”. Tive o cuidado de lhe dizer, amavelmente, “Senhora Presidente, não diga isso”. Que diga o Senhor Deputado *António Figueiredo* ou outro, muito bem, a Senhora Presidente da Câmara não o deveria dizer, sob pena de inquirir um processo que agora estava a ser iniciado, porque se congregam projetos e agentes económicos e as comunidades, este projeto de descentralização pode-nos conduzir, efetivamente, a ganhos, quanto mais não seja de proximidade com as Juntas de Freguesia.

Não é que passado uns dias, vejo o Senhor Primeiro-Ministro dizer: “eu estou para falar de descentralização, não de regionalização. Cada coisa a seu tempo”. Sob pena daquilo que temos para fazer agora, que é a descentralização ser um insucesso. Portanto, eu nunca, mas nunca, estive fora da discussão válida e profícua a favor que este processo seja devidamente transparente e o que recebi foi, porventura, palavras menos bem colocadas por parte da Senhora Presidente de Câmara.

Vamos votar favoravelmente esta proposta.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra ao Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.

----- O Senhor Deputado Municipal *José Faustino da Cunha* (CDS-PP) disse: Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores.

É apenas uma questão correlacionada, uma vez que está aqui neste documento, também não tem qualquer problema em votar favoravelmente. No entanto, eu, pessoalmente, estou visceralmente contra a Lei n.º 50/2018, na medida em que é um alijar da responsabilidade que se “manda” para as Autarquias e o Governo sentindo-se desresponsabilizado.

De tal forma, queria questionar a Senhora Presidente de Câmara por causa das Lojas do Cidadão.

Levando à letra o que foi definido, todas as Freguesias têm lojas do cidadão com pessoas a falar duas línguas, pelo menos, com atendedores, a ter horários contínuos durante a hora de almoço, etc. Estou a perguntar qual é o País?

Fiquei um pouco perplexo na medida em que, na altura, relativamente à minha Freguesia pensei “o que vamos fazer?”, “está lá gente a atender o tempo todo?”, “durante estes dias todos, com bilingues, etc.?”; “instalações”, tudo.

Fiquei sossegado, na medida em que a Senhora Presidente de Câmara me falou numas carrinhas que vão visitar as Freguesias.  
Pergunto: essas carrinhas são consideradas espaços de cidadão e resolvem a intenção da Lei n.º 50/2018?  
Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.  
A Senhora Presidente deseja falar agora?  
Faça o favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Relativamente a este processo de Descentralização, como todos sabem, das anteriores nove competências, aceitamos quatro, todas elas com a responsabilidade de que a Câmara Municipal tem recursos e pode assumir, desde já, essas competências.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quando falamos de “brilho” julgo que estamos a falar de coisas diferentes. Nós não damos oportunidade a ninguém para brilhar, fazemos o nosso trabalho político e é por isso que aqui estamos, sem estar a dar espaços de brilho a cada um de nós.

Aquilo que eu quero é que Mirandela brilhe e não eu própria. Portanto, quanto melhor estiver Mirandela, para mim é uma satisfação, sendo para isso que eu trabalho, estando nós empenhados no sucesso e no desenvolvimento de Mirandela.

Assim, Mirandela deve estar acima de qualquer interesse partidário e de qualquer brilho pessoal.

Quando questiona “qual é a área em que estou mais preocupada”, é obviamente a Educação. Isto porque a Saúde não faz parte deste envelope com Mirandela. Mirandela, tal como o resto do Distrito, Bragança, Macedo e todos os Centro de Saúde estão integrados numa ULS, por isso, como disse na anterior Reunião em que debatemos esta questão, a Saúde não faz parte nesta Descentralização.

Todas aquelas competências que não estamos em condições de aceitar, não aceitámos, daí que também não vamos aceitar estas competências relacionadas com a “proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos” e “cultura”. Temos de fazer, primeiramente, a revisão de todos os regulamentos de taxas, sendo que isto obriga à inclusão de novas taxas para os Municípios e para o Município. Desta forma, não vamos aceitar estas competências, porque durante este ano vamos adaptar os regulamentos com estas novas taxas, presentes nestes diplomas e nos outros que também não foram aceites.

“Cada coisa a seu tempo”, obviamente que sim.

Somos todos, neste momento, defensores da Regionalização. A proximidade com os Municípios é fundamental.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*, dizer que aquilo que nós temos não são Lojas do Cidadão. O que temos é o Gabinete de Apoio ao Município, que se localiza em Mirandela, sendo que na Torre de Dona Chama e nos Avidagos existem os Mini GAM, estando um projetado para Frechas.

O que existe, neste momento, são Balcões-Móveis que vão iniciar nos finais de março, inícios de abril. Estes Balcões já existem, inclusive nestes últimos 15 dias houve a formação de colaboradores na área dos Balcões-Móveis.

Cada Câmara Municipal, no âmbito da CIM, vai ter um Balcão-Móvel, portanto, agora cada Câmara vai selecionar as competências que quer ter no Balcão-Móvel.

Estes Balcões-Móveis devem corresponder às necessidades das populações e estamos ainda na fase de avaliação daquilo que vai acontecer em cada Balcão-Móvel.

Não vai acontecer que todas as Freguesias tenham uma Loja do Cidadão. O que vai acontecer é que todas as Freguesias vão ter acesso a um Balcão de Atendimento, um Balcão-Móvel.

Esta parece-nos a melhor solução para Freguesias distantes, para pessoas que têm dificuldades na sua mobilidade e assim terão acesso a todos os serviços através destas carrinhas que estarão disponíveis brevemente.

Aproveito para dar outra informação que diz respeito à Unidade Móvel de Saúde.

A Unidade Móvel de Saúde já está a ser caracterizada, vamos ver se conseguimos iniciar as duas rotas em simultâneo, colocando-as em funcionamento, apesar de relativamente ao Balcão-Móvel já estarmos em formação e da Unidade Móvel de Saúde ainda depender de um protocolo com a Unidade Local de Saúde do Nordeste. Vamos tentar agendar de forma simultânea, se for possível, as duas Unidades Móveis - o Balcão-Móvel e a Unidade Móvel de Saúde.

Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhora Presidente.

Pode intervir, muito rapidamente, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já é a segunda ou terceira vez que ouço a Senhora Presidente dizer que é a favor da Regionalização. Acho que isto é muito vazio. Mas que Regionalização, Senhora Presidente?

Com cinco regiões, mais uma, mais duas? Cinco mais duas, é?

Uma Regionalização que aumenta a despesa pública?

Uma Regionalização que aumenta a clientela política?

Sabe qual é o modelo da Regionalização?

“Sou a favor da Regionalização”. Mas que Regionalização?

É exigida à Senhora Presidente da Câmara que tem a responsabilidade deste concelho, Mirandela, e também, politicamente, ter mais cuidado nas informações que faz.

“Eu sou a favor da Regionalização”. Mas que Regionalização?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, o debate da Regionalização não está “em cima da mesa”. Vai estar em breve, penso eu...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, não me diga a mim.

“Sou a favor da Regionalização”. Mas qual? A que aumenta a despesa pública? Tem cinco regiões mais duas? Isto é tudo muito vago e a Senhora Presidente devia ter mais cuidado nestas afirmações.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, em devido tempo houve posições tomadas e assumidas sobre essa matéria. Sabemos qual foi a posição do PS, a do CDS-PP, a do PSD e a da CDU.

Faz parte do passado. Quando nos referimos hoje à Descentralização, que é o que temos em “cima da mesa”, devemos debater descentralização e não regionalização..., sendo esta a que temos que analisar e aprofundar, dado que é esta que progressivamente está a ser assumida pela Autarquia.

Temos aqui dois pontos. Acho que pouco mais há a dizer sobre isso.

Senhora Presidente, quer acrescentar alguma coisa?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** A responsabilidade é de todos e por essas e outras afirmações, quando se fala de aumento da despesa é que se cria nas pessoas uma desconfiança em relação ao modelo de Regionalização. Não tenho as soluções certas, mas tenho um caminho que julgo ser o mais correto.

Quando o Senhor Deputado *Paulo Pinto* vem aqui dizer “cuidado com as palavras que diz”, isso são questões meramente políticas e cada um defende as ideias que tem relativamente ao progresso e ao desenvolvimento territorial com a coesão territorial que nós defendemos.

Por estas e outras situações, como as que fez agora com as declarações de desconfiança em relação a cada modelo, temos a situação que tivemos no passado com o chumbo no referendo à Regionalização e temos a perceção errada das pessoas relativamente à Regionalização.

Quando diz que há aumento da despesa pública, não sei no que se baseia para dizer isso, nem a que modelo está a referir-se, por isso, temos todos que ter cuidado com aquilo que dizemos, sob pena de cairmos numa situação de falsidade ou numa situação de interpretação irregular daquilo que possamos estar a querer dizer.

Obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Esgotada a discussão, estamos em condições de proceder à votação destes pontos da Ordem de Trabalhos - Proposta de Concretização gradual da transferência de competências para as autarquias locais para o ano de 2019.

Recordo que teremos de fazer a votação em separado, porquanto uma das transferências está estabelecida no Decreto-Lei n.º 20/2019 e diz respeito aos domínios de *proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos* e o outro ponto é o estabelecido no Decreto-Lei n.º 22/2019 que diz respeito ao *domínio da cultura*.

Vamos proceder à votação relativamente à não pretensão do Município de Mirandela de receber a transferência, no ano de 2019, das competências “*nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos*”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

Estamos assim em condições de aprovar a segunda questão da transferência de competências, neste caso as previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019 em que o Município não pretende, no ano de 2019, aceitar a transferência de competências “*no domínio da cultura*”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se as seguintes deliberações:

**“DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o ponto “1 - O Município de Mirandela não pretende no ano de 2019 a transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais “*nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos*”, ao abrigo dos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do citado Decreto-Lei, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais”.

**“DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o ponto “2 - O Município de Mirandela não pretende no ano de 2019 a transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, que concretiza ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência de competências para os órgãos municipais “*no domínio da cultura*” e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do citado decreto-lei caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais”.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos ao ponto 4.5 - Proposta de Minuta de Acordo de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do Setor da Água e Saneamento de Águas Residuais com as Águas do Norte, S.A..



#### **4.5 - Proposta de Minuta de Acordo de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do Setor da Água e Saneamento de Águas Residuais com as Águas do Norte, S.A..**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2019 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a Minuta do Acordo de Regularização de Dívida e respetivos anexos;**
- 2 - Submeter à apreciação e votação, da Assembleia Municipal de Mirandela, para que esta delibere por ser matéria da sua competência, aprovar a minuta do acordo de regularização de dívida e respetivos anexos e autorização para a sua outorga, para posterior submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sobre este ponto, pergunto às bancadas quem se quer inscrever para intervir?

Regista-se apenas a inscrição do Senhor Deputado Jorge Humberto.

Faça o favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** A CDU vai votar contra esta Minuta.

Isto porquê? Porque no dia 13 de fevereiro, o PCP pediu a apreciação parlamentar n.º 116/13 sobre esta publicação do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das Autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais.

É um diploma que surge na sequência de Norma de Lei de Orçamento de Estado para 2018, o artigo n.º 83, cuja eficácia dependia da sua publicação. Esta Norma, entre outras, permitia a possibilidade de celebrarem acordos de pagamento com limite de 25 anos, alargando o prazo de anteriores exposições orçamentais que limitava o prazo a 5 anos.

A não publicação do Decreto-Lei em 2018 inviabilizou a celebração de qualquer acordo de pagamento por falta de cobertura legal. A publicação deste Decreto-Lei acaba por ser extemporânea, na medida em que o artigo n.º 90 da Lei do Orçamento de Estado para 2019, mantém a disposição de permitir acordos até um limite de 25 anos, mas já não faz depender a sua eficácia da publicação de qualquer diploma legal, o que pressupõe que, a exemplos de períodos anteriores, a celebração de acordos decorria da liberdade contratual.

O Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, além de ser extemporânea, não regula todas as situações que são previstas na Lei do Orçamento de Estado, nomeadamente as dívidas às Empresas Intermunicipais e as dívidas relativas aos sistemas de gestão de resíduos, o que se considera de todo dispensável, embora se deva referir não fazer sentido que uma mesma disposição orçamental venha a ter formas diferentes na sua aplicação.

Por outro lado, o conteúdo do Decreto-Lei viola o princípio da liberdade contratual, verificando-se a situação de um Estado através do Governo, a quem compete a função maxionista nas Empresas do setor empresarial do Estado, impor condições na forma de celebração dos acordos de pagamento das Entidades de cariz Municipal.

Tal situação é uma afronta à autonomia local de que de destacam a Norma que impõe a obrigatoriedade da existência de um saldo mínimo bancário para garantir prestações futuras, com a penhora da respetiva conta ou a retenção de dividendos ou de fundos. Também, não faz qualquer sentido que no caso de acordos de celebração de acordos de cessação de créditos haja uma cedência automática das garantias prestadas.

Trata-se de um Decreto-Lei feito à medida dos interesses das Águas de Portugal, reconhecendo-se a necessidade de adotar medidas para melhorar a gestão do setor das águas, do saneamento e dos resíduos. As mesmas passam pela defesa da sua gestão pública pelo respeito da autonomia das Autarquias locais, pela garantia da acessibilidade económica dos utilizadores e o que pressupõe a existência de mecanismos financeiros de apoio ao setor.

A eliminação da remuneração dos capitais próprios, a redução dos fundos de gestão e a melhoria da eficiência como condições essenciais para a redução das tarifas e a correspondente redução dos encargos das entidades municipais. Pela importância deste setor, entendemos que a Assembleia da República não pode ficar à margem deste assunto, até para assegurar o respeito pela exposição que aprovou em sede de Orçamento de Estado para 2019.

Nos termos, os Deputados do grupo parlamentar do PCP, ao abrigo da alínea c), do artigo n.º 162 e do artigo n.º 169 da Constituição e ainda dos artigos n.º 189 e seguintes do Regimento da Assembleia da República, requerem a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas às Autarquias locais, no âmbito do setor da água e do saneamento residuais, publicado no Diário da República n.º 1, série n.º 9/14, de janeiro de 2019.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhora Secretária.

Dizer, em primeiro lugar, que este Acordo de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do setor da água e saneamento de águas residuais com as Águas do Norte, S.A. é um acordo que já está a ser preparado há algum tempo. Não entramos com a totalidade de dívida, uma vez que parte da dívida tem os juros suspensos pelo facto de estarem processos a decorrer em Tribunal, tendo a ver com a taxa FETA, ou seja, com uma taxa que foi anunciada pela antiga Ministra do Ambiente, no sentido dos caudais mínimos que os Municípios estavam obrigados.

Nos anexos da documentação, que foi entregue, estão presentes as faturas. No anexo I está presente a relação das faturas e notas de débito de 2011, 2016, 2017 e 7 faturas de 2018, o que perfaz um montante global de cerca de 2 milhões de euros com os juros de cerca de 850 mil euros.

O que acontece é que durante 25 anos, com 100 prestações mensais, vamos pagar este montante global. Esta foi uma oportunidade para regularizar as dívidas. Trata-se de dívidas avultadas que a Câmara Municipal já deve há muitos anos à ex-Águas de Trás-os-Montes, atualmente Águas do Norte. Assim, foi uma oportunidade para alcançarmos o pagamento com a menor penalização possível para a parte financeira do Município.

Mais à frente, vamos ver um Acordo com o Banco, no sentido da regularização das dívidas das águas, que tem, como sabem, um peso muito grandes nas dívidas da Câmara Municipal. Muito obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Esgotada a discussão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, estamos em condições, então, de proceder à votação da Proposta de Minuta de Acordo de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do Setor da Água e Saneamento de Águas Residuais com as Águas do Norte, S.A.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Duas abstenções da bancada do CDS-PP e um voto contra da bancada da CDU, aprovado por maioria.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor, 2 abstenções e 1 voto contra, aprovar a Proposta de Minuta de Acordo de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do Setor da Água e Saneamento de Águas Residuais com as Águas do Norte, S.A.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos ao ponto 4.6 - Proposta de Celebração de “Contrato de Comodato” entre a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.

#### **4.6 - Proposta de Celebração de “Contrato de Comodato” entre a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2019 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:**

**1 - Aprovar a Minuta do “Contrato de Comodato” a celebrar entre a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela;**

**2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela para que esta delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e confira poderes à Presidente da Câmara Municipal para a outorga do mesmo em nome do Município.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sobre este ponto, pergunto, quem se quer inscrever?

Da bancada do PS: Senhor Deputado *Rui Pacheco*.

Da bancada do PSD: Senhor Deputado *Paulo Pinto*, Senhor Deputado *António Figueiredo*, Senhor Deputado *Pedro Beato* e Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*.

Da bancada da CDU: Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

A discussão deste ponto acho que vai merecer de nós, como têm merecidos todos os outros, a melhor das atenções.

Como era sabido, o anterior Executivo apresentou a esta Assembleia, apenas faltou a devida assinatura, um Contrato de Compra e Venda do Edifício da Estação do Caminho-de-ferro e terrenos anexos por 870 mil €, com pagamentos orçados em cerca de 20 anos, que daria por mês 3.500 euros.

O Contrato de Compra e Venda não foi celebrado.

A Senhora Presidente, agora no seu Mandato entendeu não ter interesse o Contrato de Compra e Venda celebrado com a administração da CP e propõe-nos um Protocolo de Comodato para a posse administrativa ou a gestão deste equipamento.

Continuamos a defender que o anterior contrato era uma mais-valia para o Município.

Era uma aquisição em definitivo de um equipamento emblemático para a Cidade de Mirandela, um equipamento estratégico, neste momento, para o urbanismo e até a favor da economia local, independentemente daquilo que fosse lá ocupado.

Era um equipamento intitulado pela Câmara Municipal a título definitivo e, claro, podia ter uso privado ou uso público, onde a Câmara Municipal junto do Privado poderia vender, estabelecer um contrato com o proprietário sobre o equipamento a instalar.

Vamos imaginar um equipamento de nível turístico ou de outra especificidade que até pudesse constituir investimento e até algum emprego. Se não o conseguisse, porque a Câmara Municipal era titular do equipamento, aí sim, instalar um equipamento de uso público.

A Senhora Presidente, com o Protocolo de Comodato que mais parece um Protocolo de “Incomodato” tendo em conta as responsabilidades que assume num equipamento que nunca será da Câmara Municipal, sob pena de estar a “fazer filhos em mãe alheia”.

Estamos a falar de um Protocolo de Comodato por 50 anos, que fica obrigado a investir dois milhões de euros e só a título de indemnização fica, somente, a ressarcir a Câmara Municipal se houver renúncia de contrato em relação às amortizações em causa.

O facto de a Câmara Municipal nunca ser proprietária a título definitivo do equipamento onde vai investir, levanta-nos sérias dúvidas, sendo um investimento de elevado risco.

Tanto mais que estamos a falar de uma Senhora Presidente de Câmara que agora se tornou especialista em renunciar protocolos.

Se o edifício está devoluto, porque é que não notifica o proprietário para a realização de obras?

Senhora Presidente, achamos também que este Protocolo de Comodato começa a ficar fora de validade ou, porventura, extemporâneo.

Senhora Presidente, deixe-me dirigir a si. Não é que vem aí a Descentralização?

Vai haver ou não vai haver transferências ao nível dos imóveis e dos equipamentos?

Porque é que a Senhora Presidente da Câmara não retarda este protocolo - torna-o sem efeito - e espera que a Descentralização lhe faça a transferência devida deste imóvel? Deixa de estar onerada nestas responsabilidades que a Câmara vai assumir e que são significativas.

Senhora Presidente, estou em crer que este Conselho de Administração que tem a responsabilidade deste equipamento e que vê nele a instalação ou benfeitorias na ordem de dois milhões de euros, estou convencido que este Conselho de Administração, não sei se será avaliado pelo SIADAP, só pode ter nota excelente. O mesmo não posso dizer da Câmara Municipal, tendo em conta este investimento.

Perante a minha argumentação, até porque o risco é elevado, eu só posso votar contra. Contudo, Senhor Presidente da Assembleia, quero que fique de portador ou fiel depositário da posição da minha bancada. A obra tem de se fazer, seja ela qual for, porque conforme está o equipamento, emblemático como ele é para a Cidade de Mirandela e carregado de história, não pode continuar mais conforme está.

Nunca, jamais somos contra o investimento de que é preciso ser alvo, simplesmente discordamos da responsabilidade da Câmara Municipal que assume um equipamento que nunca será proprietária do mesmo.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Espere um pouco, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Deixar só uma nota. Quando digo que porque é que ao abrigo da Descentralização a Câmara Municipal não aceita o imóvel, pois vai aceitar, seguramente em 2021, esse diploma.

Eu admito que não o possa fazer, porque o equipamento é titulado pela Infraestruturas de Portugal, mas aqui era uma questão do Estado se organizar.

A Infraestruturas de Portugal passava o equipamento para propriedade do Estrado e o Estado, em plena Descentralização, transferia o equipamento para a Câmara Municipal de Mirandela.

Senhora Presidente, o facto de mudar de posição e não aceitar o anterior Contrato de Compra e Venda, foi porquê?

O Conselho de Administração ora com uma Câmara Municipal exige 870 mil euros, ora com outra Câmara Municipal não exige nada? Faz um Protocolo? Assim anda o Património da CP e da Infraestruturas de Portugal?

São estas as dúvidas todas que levantamos.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Paulo Pinto, na sequência daquilo que disse, parece de facto informado..., como nós não estamos, a Mesa tem algumas dúvidas que talvez nos possa tirar.

Sobre o “pseudo” Contrato de Compra e Venda, que pelos vistos não apareceu em lado nenhum nem interessa agora para aqui, diga-me uma coisa. É uma pergunta que faço, dado não conhecer a história...

Havia uma aquisição de facto, mas não havia também uma alienação subjacente? Lembro-me vagamente que houve um manifesto Municipal, entregue nas caixas do correio há uns anos, com desenhos e projeto de uma obra urbanística que seria para alienar. Era isso?

Isto para entendermos o porquê de uma mudança de estratégia entre os dois Executivos, o do passado e o do presente.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Não sei se algum dos Senhores Deputados terá melhor informação que eu.

Aquilo que eu sei é que havia um documento...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pronto, não há problema, tudo bem. Pensei que estivesse dentro do assunto. Tenho essa dúvida...

Muito obrigado Senhor Deputado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente.

A CDU, mantendo a sua coerência de princípio, sempre se manifestou contra o encerramento da linha do Tua. Sempre!

Achamos que o encerramento da linha do Tua efetuado pelo Senhor Primeiro-Ministro, na altura, Aníbal Cavaco Silva, deu uma “machadada” final àquilo que era o desenvolvimento e a mobilidade das nossas populações do nosso Distrito.

Quando hoje olhamos para aquilo que é feito a nível internacional e a aposta que os Governos, nos países mais desenvolvidos da Europa, àqueles que nós nos queremos aproximar, o investimento vai para a linha férrea.

Chegamos a esta situação em que hoje e naquilo que vem sendo a sequência e a posição do Partido Comunista Português e da CDU àquilo que são as pretensões deste Governo em passar a responsabilidade de compromissos para as Autarquias, aqui está outro ponto que merece a nossa reprovação. Ou seja, aquilo que deveria ser uma gestão, neste caso, da Infraestruturas de Portugal pertencendo ao Estado, uma Empresa Pública, passar para as Autarquias a responsabilidade de manter aquele equipamento em pé que é, digamos, um símbolo de Mirandela.

Neste ponto, vamos fazer aquilo que nos compete, uma vez que votamos contra e fomos contra o encerramento da linha do Tua. Achamos que esta não tem de ser a responsabilidade da Câmara em manter aquela estrutura de pé e em funcionamento, porque é uma estrutura que pertence ao Estado Português, portanto vamos votar contra este Protocolo com a Infraestruturas de Portugal - IP.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público em Geral, Senhores Deputados.

Vou falar noutra perspetiva, porque tenho informações que me prestam pessoas com bastante influência jurídica no País e que me enviaram uma nota em relação ao Comodato. Pode, é evidente, a Câmara não concordar e não é obrigada a concordar.

Estou um pouco perplexo e estou na dúvida. Há muita dúvida em mim nisto.

Aquilo que me enviaram, há pouco estava ali sentado e enviaram-me por *email*. Vou ler aquilo que me enviaram:

“Comodato é um contrato bilateral gratuito pelo qual alguém entrega a outro “coisa” infungível para ser usada temporariamente e depois restituída. Uma vez que a “coisa” infungível gera num comodatário a obrigação de restituir um corpo certo. Difere-se, assim, do mútuo que é empréstimo da coisa fungível, consumível, onde a restituição de “coisa” do mesmo género e quantidade.

O comodante guarda a propriedade da coisa - comodatário - adquire posse, podendo valer-se dos interditos possessórios. O comodante, geralmente, é o proprietário ou usufrutuário, pode ainda ser locatário desde que autorizado pelo locador.

É um contrato não solene, podendo ainda ser oral, se as partes assim o quiserem, mesmo quando envolver bens imóveis. Contudo, a forma escrita é o mais recomendável.” Aí a Câmara apresenta, portanto, uma forma escrita.

“É um contrato unilateral, porque somente o comodatário assume obrigações. A gratuitidade é o que distingue o Comodato da Locação.” Portanto, a Câmara não vai pagar nada em relação ao Comodato. Mas, na cláusula doze do Contrato, estive a ler isto, diz assim: “Cessão - O presente contrato de comodato não é transmissível no todo ou em parte, para terceiros, não podendo também o Comodatário ceder, seja a que título for, quaisquer direitos ou obrigações emergentes do contrato ou autorizar a ocupação dos imóveis entregues a terceiros, a qualquer título, sem a prévia autorização escrita da Infraestruturas de Portugal, S.A.”

Eu tenho muito medo a este ponto número doze. Eu não sei se a Câmara vai lá gastar muito dinheiro, e eu acho que deve fazer tudo por Mirandela, mas tudo. Não sei se será e eu gostaria que isto em termos judiciais fosse mais debatido, porque a pessoa que me enviou isto é uma pessoa que tem anos, tem tarimba destas situações.

“O que é que poderá acontecer?” Disse-me ele.

“Poderá a Infraestruturas de Portugal impugnar o contrato e vai para Tribunal.”

Eu não sei se vocês, aqui, se recordam, não sei se foi na última ou na penúltima Assembleia Municipal, dizia a Câmara que a Estação era da Câmara Municipal por direito de usucapião, mas isso não é verdade. Isso não é verdade, eu disse aqui. A mesma pessoa que me escreveu isto é a mesma pessoa que me escreveu a outra “coisa”. Portanto, estou com medo que a Autarquia fique numa situação de desequilíbrio financeiro, não é? Se vai fazer obras, se vai fazer determinadas situações naquela parcela de terreno, pode de hoje para amanhã, as Infraestruturas de Portugal dizer assim: não queremos chamar agora àquilo que estava em Comodato, nós impugnamos isso e vamos para Tribunal e realizamos a situação que o que Tribunal eventualmente, o juiz é quem decide. E vem aí, e isto vocês pensem nesta situação, vem aí uma nova crise económica global e não sou eu que digo isto é o *Frank Richard* que está no fórum económico nacional e é preciso saber com que “linhas nos cosemos”? Portanto, estar a gastar e depois não tirar os dividendos desse gasto. Não sei, eu tenho dúvidas, com toda a sinceridade e espero que a Câmara mas tire, mas por aquilo que a pessoa que eu lhe enviei o documento, as cláusulas que ele leu e que me enviou esta informação, fico na dúvida. Continuo a ficar na dúvida. Espero que a Senhora Presidente me diga de sua justiça aquilo que vai na mente da Senhora Presidente da Câmara.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra, então, ao Senhor Deputado *Pedro Beato*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

A minha intervenção é porque estamos a falar de um aspeto que me é particularmente querido que é o Património de Mirandela e a minha interpretação se nós estivéssemos na área da pintura, dizia que era Naïf, portanto, considerem isso neste contexto. Eu li que este Município tem interesse na utilização deste conjunto de imóveis que integram presentemente o património das Infraestruturas de Portugal, IP., para a prossecução das suas atribuições e competências e em reabilitar os imóveis e respetiva área adjacente, atendendo ao elevado valor histórico e patrimonial que representa para a cidade de Mirandela.

Temporariamente, nós vamos ter o gozo do imóvel com a obrigação de o restituir no fim do prazo. O comodante, que é a IP, vai impôr cláusulas modais, apesar de ser feito no interesse do comodatário que é a Câmara, que vai paralelamente requalificar a Estação, o espaço envolvente, e criar um corredor verde. No fim do uso, temos de entregar, mas entretanto, devolver a

Estação ao proprietário, é nossa obrigação. Durante este tempo todo, guardá-lo, conservá-lo, isto significa pagar uma renda. Também devemos evitar qualquer dano. Eu para concluir, não sei se a comparação é feliz, mas se no dia 22 de julho de 1951 quando foi feita a entrega do edifício onde está hoje a Câmara Municipal instalada, isto é, o Palácio dos Távoras, se tivesse feito um contrato deste género, não sei da inocência do meu pensamento, mas foi o que me passou pela cabeça, hoje estava o Ministério da Guerra a esfregar as mãos com o Património que ia receber. Disse. Muito obrigado pela atenção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Mesa regista, ainda, as inscrições dos Senhores Deputados *Humberto Cordeiro* e *Rui Pacheco*, a Mesa assinala por parte do senhor Deputado *Humberto Cordeiro* a desistência da intervenção. Segue-se, então, a intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pacheco (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, Senhores Deputados, Excelentíssimo Público.

De facto, dá-me a sensação e concordo plenamente com o Deputado *Paulo Pinto* quando acho que há aqui uma grande confusão e começo pela confusão e por fazer um esclarecimento em relação à intervenção feita pelo mesmo. É que efetivamente este contrato que Vossa Excelências e tenho aqui uma série de recortes e de notícias de jornais que mais ou menos em fevereiro e abril de 2017, à data Presidente da Câmara Eng.º António Branco, fez questão de fazer notícia sobre a aquisição dos imóveis e dos terrenos por 850 mil euros, que eu saiba nunca apareceu e mesmo que aparecesse contrato, há um fundamento principal que esse contrato, caso exista, não foi celebrado, logo, não existe contrato absolutamente nenhum. Esse é o primeiro ponto da questão. Em segundo lugar, esta questão da compra desse famoso contrato que na altura foi anunciado, era um contrato de um valor de 850 mil euros ou 875 mil euros por um edifício em péssimas condições, como está hoje. Além disso, falou e eu já tinha isso aqui nas minhas notas, mas o Senhor Presidente da Assembleia fez o favor de lembrar isso, é que havia um projeto que, de facto, foi anunciado também com grande pompa, de uma ligação do Parque de Império à Zona da Reginorde que passava ali por terrenos que efetivamente, os terrenos não eram nem estavam na posse da Câmara Municipal, assim como, a Central de Camionagem, está implantada num terreno que também não é da posse da Câmara Municipal de Mirandela, além disso, aquele viaduto que passa em frente ao Hospital Terra Quente, também, está num terreno que não é da posse da Câmara Municipal de Mirandela, ou seja, todo este contrato de Comodato vai resolver esse tipo... desculpem, vai! Esse tipo de... durante cinquenta anos, durante o tempo de duração do Protocolo ficará com esse problema salvaguardado, ou não...?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Pode ser denunciado!

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pacheco (PS) disse:** Claro, como todos os contratos! Como todos os contratos! Mas o que a Senhora Presidente é especialista, nas suas palavras, é na denúncia de Protocolos que efetivamente não estavam corretos. E esta questão, eu nem sei porque é que os apoquentas tanto, porque efetivamente não é denúncia de nenhum protocolo. Não há denúncia de nenhum contrato, uma vez que e esse é o ponto fundamental da argumentação: não havia contrato absolutamente nenhum entre a Câmara e a IP.

Todo este problema, toda esta celeuma levantada em relação aos 50 anos, quer dizer estamos a falar aqui de um investimento, de acordo com o contrato de dois milhões euros para requalificar um edifício. Que parece-me que é completamente unânime, um edifício que nos é profundamente querido, um edifício que nos é historicamente e que tem uma ligação muito grande a Mirandela e, que efetivamente, está há 25 anos abandonado e que não pode ao contrário do que foi sugerido, esperar mais tempo.

Outra coisa: dirijo-me diretamente ao Deputado *Paulo Pinto*, o Deputado *Paulo Pinto* referiu que a bancada do PSD no completo e total direito democrático, que irá votar contra, mas logo a seguir, faz a defesa de independentemente do que seja a solução, ficar com aquele património reabilitado, porque é um bem para a nossa Cidade. Quer dizer, então, não pode dizer que é independentemente da forma como o seja. Pronto!

A nosso ver, é um Protocolo que vem resolver um problema, não nos parece de maneira nenhuma que as cláusulas, e eu entendo as dívidas, que qualquer contrato logicamente pode ser revogado, qualquer contrato tem as suas obrigações, mas também um contrato mesmo sendo de Comodato nada impede que ao chegar ao fim dos cinquenta anos não possa ser feito um novo contrato. Se na altura ambas as entidades assim o queiram.

Outra coisa: O valor de 2 milhões € dividido por cinquenta anos, parece-me completamente irrisório, independentemente depois logicamente o edifício e tudo o que lá estiver vai ter custos de manutenção como qualquer edifício. Parece-me que o valor e as condições que estamos a discutir em função da vantagem que vai ter para a nossa Cidade, são manifestamente o interesse superior é manifestamente salvaguardado em relação ao valor ou à forma do contrato que é feito.

Disse.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Naturalmente que foi invocado o nome do Deputado *Paulo Pinto*, ele terá direito à respetiva resposta.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia. É verdade que o edifício tem uma carga histórica significativa, faz parte da história de Mirandela, é verdade que o anterior Executivo tinha um projeto do corredor verde, mas depois abortou. É verdade que a Estação de Camionagem, ela foi construída no tempo do Dr. José Gama, em terrenos pelos vistos, mas agora isso são tempos que já lá vão. Pesa-me a mim essa responsabilidade agora de votar este Protocolo de Comodato, é esta responsabilidade que eu agora estou a assumir. Fez bem ter referido, mas também devia ter feito uma coisa, permita-me Senhor Presidente, que é: alguém consultou as atas do Conselho de Administração da IP, para saber se isto é tudo verdade ou mentira? Se o anterior Contrato de compra e venda era válido ou não? É que parece-me a mim que isso está tudo lavrado em atas do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal. Senhora Presidente pode pegar no telemóvel, sei que é muito próxima do Poder e vai ver, isto está ou não está nas atas do Conselho de Administração, das negociações que a Câmara Municipal de Mirandela fez com o Conselho de Administração do

Instituto de Portugal? Se não fez, não existem é uma coisa, outra coisa é aquilo que eu estou aqui a fazer e que estou a apelar à minha bancada, estamos a votar este Protocolo de Comodato que nos levanta muitos riscos, sob pena de porventura, vamos imaginar que o projeto do Vale do Tua vai entrar num ritmo acelerado, esperemos nós, a bem destas terras do Vale do Tua e do concelho de Mirandela sob pena do investidor privado que toma conta da Linha e da exploração da Linha até haver interesse significativo para a expansão deste investimento que agora acaba de fazer e ele estar limitado por um Protocolo com a IP. Ó Senhora Presidente, então porque é que não tentou também uma doação?  
Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputado *Paulo Pinto*, permita-me só e ainda sobre aquela questão que levantei sobre o pseudo contrato... A meu ver e dado que durante toda a minha vida profissional assinei centenas de contratos... quando há um contrato de promessa, ele é feito em duplicado ou até em triplicado, para as cópias serem distribuídas pelos vários outorgantes... logo a Câmara Municipal deveria ter na sua posse esse documento...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Não tem!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não tem??? Isto de propor ir ler as atas do Conselho de Administração da IP, quer dizer..., é um bocado complexo. Agora convém perguntar: Então onde é que está a cópia do contrato que foi fornecido à Câmara? A promessa de compra e venda?

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Mas aprecia-se, aprecia-se! Porquê, foi logo excluída essa possibilidade do contrato de compra e venda? É verdade que um contrato é um contrato particular entre as partes não é? Vale o que vale, mas a solução que estava em cima da mesa...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pode não ser particular...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** E aquilo que nos é proposto aqui é outro caminho e um caminho com muitos riscos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado.  
Muito rapidamente, então, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pacheco (PS) disse:** Só uma pequena interpelação. É lógico que quando há um contrato e quando há uma negociação entre duas partes, quer dizer, ambas as partes ficarão com documentos relativos a essa negociação, senão, na pior das hipóteses é pelo menos um bocadinho inconsciente confiar em ambas as partes ou confiar cegamente na outra parte. O Senhor Deputado apela para que a Presidente da Câmara uma vez que é tão ligada ao Poder consiga através ad IP esse contrato ou esse potencial contrato, ou essas atas. O que é certo é que, não há absolutamente registo nenhum na Câmara Municipal de Mirandela que era a outra parte do contrato, nenhum tipo de documento que permita afirmar ou permita substanciar a afirmação desse contrato de compra e venda que volto a frisar, em fevereiro de 2017 o Senhor Presidente da Câmara, à data, fez notícia dando como um dado mais do que adquirido a compra por 875 mil € do edifício e dos terrenos circundantes da Estação, ou seja, esse documento até prova de contrário, não existe.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Rui Pacheco*. Está a pedir a pedir a palavra a Senhora Deputada *Otilia Lima* e o Senhor Deputado *Paulo Pontes*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pontes* que estava primeiro. O Senhor Deputado Jorge Pires também está a pedir a palavra.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Senhor Presidente, respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, Senhores Deputados, Público em Geral boa tarde a todos.

Antes de dizer qualquer coisa, assumo já a minha total ignorância, posso vir a dizer aqui só aberrações, mas, de facto, destes contratos não percebo nada.

Se a memória não me falha e todos serão testemunha disso, lembra-me na altura, em casa, de ver o Senhor, então Presidente da Câmara num dos canais de televisão falar publicamente deste contrato. Lembra-me, posso estar enganado, mas acho que tenho uma vaga ideia de ter visto o Senhor Presidente da Câmara na altura a falar deste contrato celebrado com a CP. Não me recordo se alguém da CP também falou, mas também não me recordo se alguém da CP veio dizer que isso não correspondia à verdade. Que tenho a ideia de o ter visto na televisão, não sei em que canal tenho quase a certeza. Agora outra coisa, temos um património de valor histórico muito grande que não é propriedade do Município é propriedade do IP ou da CP, que tem um valor histórico muito grande, mas que é da CP, que está em vias de ruir ou ser abandonado, mas que é da CP, portanto, a Câmara não tem qualquer responsabilidade nesse património. Vai celebrar, não sei se é interesse da Câmara, e eu sublinho a minha ignorância, não sei se é interesse da Câmara se é interesse da CP, se é interesse dos Mirandelenses. O que é certo é que, existe um Património, existe uma área, que está ao abandono, digamos assim, mas que é propriedade da CP, tem um proprietário. E a Câmara decide, independentemente de ter ou não ter havido contrato, a Câmara decide fazer um contrato de Comodato por 50 anos, em que vais gastar 2 milhões €, segundo oiço aqui falar, e depois mais os gastos de manutenção e tudo mais. E o imóvel continua a ser propriedade da CP. Não faltará aí no meio da Cidade, digo eu, no meio da Cidade e em terrenos do Município e proprietários que têm casas abandonadas, em ruína, que estariam disponíveis para assinar um contrato de Comodato deste género, para a Câmara fazer qualquer mais-valia e, ao fim de 50 anos ou renovarem o contrato ou ficar nos proprietários, neste caso nos herdeiros. O que também não existirá falta de terrenos seja para qual for o projeto que a Câmara

quer implementar naquele local, que não possa ser implementado, digo eu, num terreno próprio da Câmara, numa propriedade própria da Câmara e que será sempre da Câmara. Dá-me a ideia que dois milhões de euros, são 50 anos, sim Senhor, não me importava nada que a minha Junta de Freguesia ficasse a receber 2.000.000,00€ durante esse período. Acho que é muito dinheiro, correndo o risco independentemente de não podermos avaliar neste momento, correndo o risco não, a propriedade será sempre do IP ou da CP ou do Estado, ou seja de quem for.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Paulo Pontes*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Pires*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Boa tarde. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estou a seguir as regras que foram enunciadas há bocado, porque já houve pessoas que não fizeram.

Eu penso que estamos aqui perante um problema em que eu agradeça que não fosse politizado. É um problema de interesse do Município, é um problema que é de alguma maneira emocional para os Mirandenses e que analisássemos esta questão de uma forma fria e racional. Verificámos pelas intervenções que aqui houve que há duas opções: ou compra, ou a opção do comodato. Não interessa aqui saber se existe efetivamente o contrato assinado neste momento. Nós temos neste momento é duas opções. A primeira questão que se põe aqui é saber e perguntava, se me permite, à Senhora Presidente, se foi posta perante a IP a questão de fazer a compra do edifício, partindo do princípio que nem existia contrato nenhum, não importa, neste momento, ou se partiu logo para o Comodato? Analisando friamente as duas opções e pela informação que foi dada pelo Arquiteto sobre o parecer jurídico desta situação, um Comodato claramente para mim tem inconvenientes. São 50 anos, mas são 2 milhões € a que ficamos obrigados, mais, há aqui uns custos que nós temos que considerar que são os custos da manutenção, porque em 50 anos tem que se gastar muito dinheiro para além do investimento que está exigido no contrato de Comodato. Depois há aqui uma outra questão que eu penso que é importante: a Câmara opta pelo Comodato. Muito bem. E a Câmara depois pode dar uma utilização ao imóvel depois de o modificar de o arranjar? Uma opção de rendimento? Pode ser de terceiros? Parece-me que não! Portanto, estão-se a gastar 2 milhões €, mais o custo que há de ter a manutenção e depois ao fim de 50 anos agarra-se em tudo limpinho, tudo muito bonito e devolve-se às Infraestruturas de Portugal. Alguém disse aqui que se podia fazer um segundo contrato. É verdade. Mas não há garantias que isso aconteça. Assim como, não há garantias da Infraestruturas em determinada altura, porque qualquer coisa não aconteceu, como eles queriam, possa pôr este Contrato de Comodato em questão. Isto é extremamente importante. Parece-me a mim, se este valor dos 800 mil euros dando posse plena do edifício, com a utilização que a Câmara lhe quisesse dar, inclusivamente, vamos supor que se fazia ali um investimento, um hotel de luxo, por exemplo e a Câmara podia ter rendimentos por esta forma porque tinha a posse plena do edifício e parece-me que é este ponto, ou são estas questões que devem ser calmamente sem politização, porque estamos a falar de coisas que dizem respeito a Mirandela é que devia ser feita esta análise. Senhora Presidente, eu pedia-lhe por favor, primeiro que nos desse a informação se foi discutido com as Infraestruturas ou não, porque eu não estou a querer isolar uma questão, porque se calhar a Câmara talvez tivesse possibilidade, caso o quisesse fazer, de poder exigir à Infraestruturas de Portugal a recuperação imediata do edifício, se declarar Interesse Público. Porque não? O edifício está em degradação, notificava o atual proprietário. Meu caro amigo, faça favor, faça aqui recuperações senão declaramos isto de Interesse Público e vamos para discussão. Isso são apenas algumas coisas que me parecem que calmamente, sem politização, devem ser analisadas e se calhar a Senhora Presidente ainda vai a tempo de reverter este Contrato de Comodato que me parece extremamente gravoso para a Câmara. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** São questões importantes. É o que nós pretendemos... esclarecimento... e as questões que coloca à Senhora Presidente são de facto pertinentes, as quais a Mesa também gostaria de ver esclarecidas... então, 2.000.000,00€ distribuídos por 50 anos e considerando tal como uma renda, estamos a falar de cerca de 3 mil e poucos euros mensais. Também sabemos, que ao fim de 50 anos o investimento desvaloriza, como é lógico. Isto é como um qualquer outro negócio..., compro um apartamento ou arrendo um apartamento? São opções nem sempre fáceis de tomar. De facto, aquilo que nos é apresentado aqui é a opção do Comodato, sobre o qual temos que nos pronunciar, o qual isenta a Câmara Municipal de um desembolso imediato de 850.000,00€, que penso seria um esforço financeiro considerável e inoportuno, dado que o investimento com obras persistiria.... De qualquer maneira, isto são interrogações a somar às do Deputado *Jorge Pires*...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Para concluirmos então as intervenções, de acordo com as inscrições faltam, então a Senhora Deputada *Otilia Lima*.

----- **A Senhora Deputada Municipal Otilia Lima (PSD) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente, como é a primeira vez que eu estou a intervir hoje, vou-me dirigir à Mesa, aos restantes elementos da Mesa, à Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Deputados e Assembleia.

Grande parte do meu raciocínio sobre este assunto já foi bastante explanado pelo Excelentíssimo Deputado *Jorge Pires*, no entanto, eu iria dizer também o seguinte e reforçar essa ideia. Acho que a discussão até ao momento tem sido bastante estéril, por uma simples razão. Independentemente do que estava contratado ou do que não estava contratado, a única coisa provavelmente que nos interessa não é saber onde está o Contrato, se ele existe ou não existe. Neste momento estamos a discutir esta proposta que foi feita pela Câmara Municipal, pelo Executivo e, se existe o contrato...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhora Deputada, eu peço desculpa, mas essa questão do contrato foi levantada pela sua bancada...

----- **A Senhora Deputada Municipal Otilia Lima (PSD) disse:** Não, peço desculpa, mas não foi o que eu entendi, ou estou a entender muito mal. Esse contrato se existe, para mim, eu estou a explicar o meu raciocínio, para mim só me interessa e se ele é hipotético, só me interessa se tem condições essenciais para o interesse do Município e, se tiver condições nesse hipotético contrato, não sei se ele existe. Eu até parto do princípio e faço aqui um parêntesis, até parto do princípio que o

anterior Executivo usou boa-fé, assim como parto do princípio que este, também tem boa-fé, mas se calhar está a gerir mal os recursos do Município, não é? Porque está a onerar todos os Municípios durante 50 anos. Se calhar eu já não vou estar cá, o Senhor Presidente não está cá, muitos de nós não vamos estar cá, quando ele vai ser se calhar pago durante 50 anos. Sei lá eu, não sei? Os nossos filhos vão ter que pagar muito dinheiro. Para já dois milhões de euros comparados com oitocentos e tal mil, acho que há uma grande diferença.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço desculpa, os dois milhões de euros de investimento teriam que se realizar na mesma forma, caso se fizesse a compra ou não...

----- **A Senhora Deputada Municipal Otília Lima (PSD) disse:** Durante 36 meses...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não, não! Desculpe, se fizer a compra teria que...

----- **A Senhora Deputada Municipal Otília Lima (PSD) disse:** Com certeza! Com certeza! Mas eu parto do princípio que primeiro é preciso esgotar todas as hipóteses e só depois, para mim, na minha opinião, partindo do princípio que é importante o património para o Município, e isso tudo, depois de esgotadas todas as hipóteses é que esta se calhar seria a última das hipóteses. Não sei até que ponto a Senhora Presidente da Câmara, também quando a bancada do PSD estava a falar e a intervir, estava extremamente divertida! É natural que isto a divirta, mas não sei porquê! Eu gostaria de saber também porquê? E depois este contrato, não são só os dois milhões de euros. Diga-se no Contrato de Comodato, não é a Câmara que poderá eventualmente pagar os projetos de reabilitação? Implementar esses projetos, mas quem tem que os avaliar é a Infraestruturas de Portugal. A Infraestruturas de Portugal tem que concordar, se não concordar a Câmara se calhar vai ter que reformular projetos e por aí adiante. A manutenção, as benfeitorias, a renovação tudo por conta do Comodatário. As obras, projetos, como já falei, a fiscalização inclusive das obras, poderá eventualmente ser feita e acompanhada pela Infraestruturas de Portugal ou por uma entidade por ela escolhida. Foi o que eu li no Comodato. Só se eu li mal, não sei. Contribuições, impostos, taxas, multas, seguros, tudo por conta da Câmara Municipal. Eu julgo que isto é honrar demais o Município de Mirandela. Interessa para o Município? Interessa, sim Senhor! Desta maneira? Rigorosamente, definitivamente, não!

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Otília Lima*. Eu tinha dito que era a última intervenção deste ponto, mas seguindo a linha da aceitação das inscrições tardias, passo a palavra, ainda à Senhora Deputada *Cristina Passas*.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Não sei se aqui tenho som, se me ouvem bem?

Este assunto, tem uma carga emocional muito grande para todos nós. Tem uma carga emocional, mas também tem associada a si uma carga ligada àquilo que é o futuro do desenvolvimento do nosso Concelho nomeadamente na área do Turismo. Dois milhões de euros, de facto, é muito dinheiro, mas feitas as contas dariam os tais três mil e tal euros mensais que estava também previsto suposto, ou no Contrato que existiu. Mais importante saber do que são os dois milhões de euros, é muito importante e para que a Câmara não tenha, de facto, à cabeça um custo de 800.000,00€, perceber onde é que nós podemos candidatar quer seja em fundos comunitários, quer seja no horizonte 2000, de facto, os investimentos que podem minimizar este investimento à partida. Isto porquê? Estes dois milhões de euros podem ser mitigados e é isso que é muito importante. Mais que isso, além de serem mitigados é preciso deixar em aberto a possibilidade de no curto prazo do contrato de Comodato de ser revertido a compra, porque nós o Turismo e o Setor de Turismo de Mirandela, do Concelho do território, não pode esperar mais meus Senhores! Aquela degradação não é bem-vinda para quem nos vem visitar, não é bem-vinda para a imagem que Mirandela quer dar. Por isso estou totalmente de acordo com o Deputado *Paulo Pinto* quando ele diz, de facto nós estamos todos a favor da recuperação, da reabilitação daquele espaço. Podemos não estar de acordo com a forma como está a ser apresentada. Mas temos que encontrar soluções e não podemos “empurrá-las com a barriga”.  
Disse.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito bem. Colocadas que foram várias dúvidas, esperamos que a Senhora Presidente nos clarifique. Eu vejo aqui, de facto, duas vertentes distintas. Uma de opção de compra, outra do contrato de Comodato. Tenho algumas preocupações, no entanto, que espero a Senhora Presidente clarifique podendo..., nomeadamente no que diz respeito à cláusula 12.º que é a Cessão..., quando diz: “O presente contrato de comodato não é transmissível no todo ou em parte, para terceiros, não podendo também o Comodatário ceder, seja a que título for, quaisquer direitos ou obrigações emergentes do contrato...”, eu estou certo de que o Executivo vai naturalmente fazer uso da infraestrutura. Mas outros Executivos virão que porventura poderiam ter outras perspetivas. Mais, em relação mesmo à exploração da Linha, que nós sabemos vai ser entregue a terceiros, não sei se isso não vai implicar com essa cláusula do contrato...? É uma pergunta que eu faço à Senhora Presidente, porque eles naturalmente vão ter que fazer uso de uma nave para manutenções... pode ser uma preocupação a médio e longo prazo. Espero que a Senhora Presidente clarifique a mim e a todos, dentro do possível, estas interrogações e preocupações subjacentes ao contrato em questão. Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhor Presidente. É com muito gosto que faço esta intervenção até porque esta questão da Estação Ferroviária todos os edifícios e todos os terrenos anexos são uma das nossas prioridades.

Ponto número um: não existe contrato de compra e venda com o Município de Mirandela, a Câmara Municipal não tinha nada em arquivo. Aquilo que existe é um ofício que não estava na Câmara Municipal mas a CP, IP, tem o ofício em que o Presidente da Câmara oferecia 850 mil euros pela aquisição do edifício e terrenos anexos. Não existe compra e venda nenhuma, nem contrato, nem documento. Existe um ofício em que o Presidente mostra disponibilidade da Câmara Municipal a comprar o



edifício. Segundo lugar: Aquilo que existiu foi uma falsa notícia em que a Câmara Municipal tinha adquirido o imóvel por 850 mil euros.

Relativamente às questões da compra e venda ou Comodato a favor do urbanismo? O que existia no passado era uma estratégia de compra para uso privado, ou seja, havia, de facto, negociações que aquele equipamento passaria por venda ao Mário Ferreira como subconcessionária da mobilidade do Tua. Portanto, a Câmara Municipal tinha como intenção adquirir o edifício e vender ou arrendar a um privado. Essa situação é uma situação que quanto a nós está fora de hipótese. Aquele equipamento é um edifício que pertence aos Mirandenses, que eu saiba aquele imóvel não tem rodas e ninguém o pode tirar daqui e muito menos para uso de privados, para rentabilidade de privados. Aquele equipamento é um equipamento de Mirandela, para os Mirandenses com uso público.

Quando falamos em filhos em “mãe alheia”, não sei ao que é que se refere. Deve falar certamente do protocolo com os CTT e toda essa situação que é lamentável. De facto, nós estamos a fazer um investimento no edifício de uma empresa pública. Segundo lugar, a propriedade do equipamento é verdade que a médio e longo prazo pode vir para a Câmara Municipal. Aquilo que a Câmara Municipal tem como estratégia é não despende atualmente daquele valor 850 mil euros, porque seguros e taxas, Deputada *Otilia* tem sempre de pagar. Não é num contrato de compra e venda como é num contrato de comodato. A finalidade de fazer este contrato de Comodato é poupar esse dinheiro, na compra do equipamento, e vejam isto, o pavilhão do INATEL não é da Câmara Municipal. O Pavilhão do INATEL é do INATEL, mas quem usa o Pavilhão do INATEL são os Mirandenses e, portanto, aquilo que vos posso dizer é que há aqui dúvidas que não são admissíveis, quase em relação a quem conhece alguma da história. Porquê? Porque se por um lado, a bancada do PSD está de acordo a comprar, está de acordo a vender, está de acordo ao investimento, mas já não está a favor do Comodato, que é uma transação gratuita em relação à Câmara Municipal. Há aqui uma dualidade de critérios relativamente a esta intervenção, ou seja, se está de acordo, nós neste caso, não estamos de acordo à venda a uma empresa privada, não estamos de acordo. Porque aquele património é um património público, e era isso que estavam a preparar-se para fazer. Porque nas reuniões que temos tido, com o operador temos a convicção que era o futuro lugar de um Hotel de luxo e, portanto, aquilo que vos posso dizer mais é que em relação às dúvidas colocadas também pela questão da cláusula 12.ª que foi o Senhor Deputado Figueiredo que colocou, “não é transmissível no todo ou em parte a terceiros”, pois, nós não queremos que seja transmissível porque vai ficar sob a gestão Municipal. No final da Linha do Tua é óbvio que o operador quereria ficar com aquele equipamento, mas é óbvio que a Câmara Municipal de Interesse Público tem como finalidade o uso como Casa de Cultura e como Posto de Turismo para que todos os Turistas que cheguem a Mirandela tenham um equipamento qualificado com condições, com fins de utilização turística. Que dê mais-valia à cidade e a todo o concelho e, portanto, não há que ter medo da situação. O medo da situação e os riscos da situação, desequilíbrio financeiro seria comprar o equipamento e não poder utilizar esse mesmo dinheiro para outros fins que nós precisamos, habitações sociais, ruas, acessos, tudo aquilo que diz respeito ao investimento público que há que fazer em todo o concelho e, portanto, também na cláusula 8.ª devem ler que Há também uma indemnização à Câmara Municipal caso, ou seja, vamos ser ressarcidos de todos os montantes investidos e isso foi acutelado pela Câmara Municipal. Portanto, o que está em mente está relacionado com o elevado valor histórico e patrimonial de Mirandela dado à Estação de Comboios, está relacionado com o facto de ser uma urgência fazer uma intervenção naquele edifício, está relacionado com o interesse de não ter que suportar os custos associados à compra, está relacionado pela capacidade que vamos ter desta manutenção e gestão. Já agora e porque vem até na sequência da declaração do Senhor Deputado Pedro Beato dizer que não temos a certeza de que o paço dos Távoras neste momento seja posse da Câmara Municipal. Existe a convicção que o Paço dos Távoras é posse do Ministério da Justiça e, portanto, neste caso nunca foi posta em causa a propriedade, mas nós temos muita propriedade de edifícios públicos que são de outros Ministérios e são do Estado Central, que não são das Câmaras Municipais, portanto, quando falou do Paço dos Távoras, acho que estamos, de facto trocados, ou seja, a Câmara Municipal é proprietária do edifício onde funciona o Ministério da Justiça e eles são proprietários do Paço dos Távoras.

Em relação à intervenção do Deputado *Rui Pacheco*, tenho a convicção que – e por interesse da Câmara Municipal – este é um contrato de Comodato que deve ser assumido como uma opção estratégica para a Câmara Municipal e, por isso, por 50 anos, nós estamos a falar em 2070. Durante este tempo certamente que haverá a curto ou médio prazo a intenção de poder passar a título gratuito para a Câmara Municipal e por isso não passará hoje no âmbito da descentralização porque trata-se de uma empresa pública e não de uma entidade pública, o que é diferente e, por isso, para já aquilo que nós queríamos era começar de imediato o projeto, começar de imediato a intenção de iniciar o projeto para, de uma vez por todas, termos uma Estação com condições dignas para receber os turistas. Portanto, de uma forma fria e não politizada e de forma racional como disse o Senhor Deputado *Jorge Pires*, dizer que 50 anos, como sabe, e face ao contrato de Comodato como queremos é de todo o interesse da Câmara Municipal não despende atualmente destes 850 mil euros até porque este dinheiro vai ser investido na própria recuperação do edifício. Depois dizer à Senhora Deputada *Otilia*, dizer que “gerir mal os recursos do Município”, quando nós estamos a não dar, a não pagar os 850 mil euros? Nós estamos a gerir mal? Então gerir mal é não ter que pagar os 850 mil euros? Os dois milhões de euros de que fala é uma previsão que até pode ser mais do investimento em obras que pagaria sempre se também comprasse o edifício e, portanto, também não entendi a abordagem que fez ao meu estado de espírito porque eu normalmente não faço apreciações da forma como a Senhora Deputada está, como está e o que está a fazer durante o tempo que está aí sentada e, portanto, acho na ótica do respeito devemos ter o respeito mútuo e, portanto, estou como estou e não estou divertida, acho que este assunto é um assunto de prioridade absoluta e, por isso, não entendo essas considerações da forma como estou, porque eu também não o faço à Senhora Deputada.

De qualquer forma, concordo com a carga emocional desta questão, concordo que tem muito impacto no futuro do desenvolvimento turístico do concelho, estamos apostados a fazer daqueles terrenos, daquela zona, uma zona cultural assinalável e de muito valor para Mirandela e para os Mirandenses, para que logo que estejamos com a mobilidade do Tua a funcionar, os Turistas possam ficar e possam voltar a Mirandela, por isso, só queremos que a Assembleia Municipal vote esta questão do contrato de Comodato. Não existem riscos para a Câmara Municipal, porque está assegurado sempre, que a Câmara Municipal é indemnizada de qualquer montante. E a verdade é que o edifício não tem rodas, os terrenos ficam cá, a obra fica cá e, por isso, risco haveria se fosse entregue a um privado que não havia ninguém que entrasse lá, só aqueles que pagassem e bem, por isso, a Estação ficará para os Mirandenses e para aqueles que nos visitam, como um Parque Temático e também uma Casa da Cultura que deve ser a nossa prioridade.

Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Deputado *Jorge Pires* ainda quer falar. Mas, Senhora Presidente, peço imensa desculpa pela insistência..., mas penso que se esqueceu da questão que coloquei sobre se a utilização da Linha não choca com esse artigo da cedência... ou de possíveis instalações de manutenção que eles venham a ter que utilizar.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Como é público, em Mirandela, ao contrário do anterior Executivo vai ficar sediado o hangar do operador. O hangar não é aquele que está lá é uma estrutura provisória que vai ser construída atrás da Central de Camionagem que ficará coberto pela Estação de Camionagem que também vai ter obras, é o hangar que ficará a cargo do operador. Toda a Linha Férrea e também as Estações de Frechas e Carvalhais, ficarão na gestão do operador, entraram dentro do contrato de concessão à agência e entraram na subconcessão. Mirandela ficou de fora, porque Mirandela era de uma empresa pública, mas com uso privado, estava com uma utilização própria e por isso teve que ser feito um contrato de Comodato à margem do contrato da Linha e do contrato das Estações para que a Câmara Municipal ficasse com a gestão e o uso do edifício por 50 anos. Obviamente que a nossa intenção é, num curto prazo, podermos ficar com o imóvel, mas, como vos digo, 50 anos é um prazo significativo sobre aquilo que estamos a fazer e este investimento é um investimento público, num local público, por isso parece-me mais aceitável e de certa forma permitir-nos-á fazer as obras no mais curto espaço de tempo.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado, faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Eu não quero entrar em oposição com a Senhora Presidente da Câmara, como é evidente, tenho a maior simpatia por ela, não quero entrar aqui em discussões, mas fez agora aqui uma afirmação que gostava que me esclarecesse, talvez por não ter tido tempo de ler as 300 páginas que recebi, para a Assembleia de hoje e não li tudo em pormenor, algumas coisas tive que ler de forma cruzada. Disse que a Câmara seria indemnizada, bom eu li o contrato, como lhe digo muito rapidamente e não vejo lá que a Câmara tivesse direito a qualquer indemnização, não sei. Estou a dizer, talvez, admito erro meu, pronto. Depois há aí um argumento que é utilizado que eu percebo, são 850 mil euros já que a Câmara não pode. Mas por outro lado, também foi dito que haveria urgência e eu compreendo essa urgência em começar já as obras. Não sei quanto é que gastará numa primeira intervenção mas não há de ser muito pouco. Há de ser na casa das centenas de milhares de euros de certeza. Então, porque é que em, 50 anos muita coisa se modifica, é certo muita coisa se modifica, nós não vamos estar cá certamente, eu não devo estar, embora diga às minhas filhas que iria durar até aos 124 anos, mas se calhar nessa altura, daqui por 50 anos já não estou cá. Então porque é que não se tenta uma outra coisa em vez de irmos para o contrato de comodato? Há várias formas. Primeiro: a questão de arranjar o dinheiro os 850 mil euros, como sabe, havia várias formas de o fazer e que não fosse necessário amanhã ter 850 mil euros, que a Câmara não os tem para pagar. Segundo, há empréstimos de curto e longo prazo, com taxas de juro extremamente baixas, e depois, independentemente da necessidade de se ter já esses 850 mil euros, há outras formas de contratos. Porque não um contrato de arrendamento, visto ter sido dito aqui que isto iria sair à volta dos 40 mil euros por ano, salvo erro? Um contrato de arrendamento com a Infraestruturas em que se pagava uma renda e ao fim de x tempo, era-se dono do imóvel. Faz-se isto tantas vezes, com tantos contratos e há uma questão que eu obtive resposta e que lhe pedia. Por acaso discutiu-se com a Infraestruturas de Portugal a hipótese efetivamente de fazer um contrato de compra? Discutiu-se? Eles recusaram? É isto, quer dizer, nós aqui temos que, até como digo, face ao Interesse Público que há nesta situação que a Presidente referiu e muito bem, dar a aplicação por exemplo na área da Cultura. Não sei se iria agarrar naquele contrato que assinou aqui há tempos com a Fundação de Serralves e tentar pôr aqui qualquer coisa. Mas isso não pode ser feito. Cuidado, está escrito no contrato. Não pode ser feito com terceiros. Bom me parece, e reafirmo que o contrato de Comodato é extremamente, não é prejudicial é extremamente prejudicial para a Câmara. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se a Senhora Presidente quer responder ao Senhor Deputado *Jorge Pires*?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Sim. Obrigada, Senhor Presidente. Posso referir que no ponto número dois da cláusula 8.ª está, de facto, “A indemnização devida ao comodatário corresponderá ao valor não amortizado das obras e benfeitorias previstas e aprovadas nos termos da Cláusula 4.ª, a realizar nos termos deste contrato, considerando uma amortização a taxas constantes durante o período de vigência do presente contrato, e no tocante apenas aos investimentos em bens inseparáveis dos imóveis entregues ou aos bens cuja desmontagem ou separação do espaço ocupado implique uma deterioração desproporcionada do mesmo;”, portanto pode ler a cláusula 8.ª, está aquilo que diz aqui e também, a questão da resolução na cláusula 9.ª. De qualquer forma posso-lhe dizer que nós tentamos em várias reuniões com a IP, em Mirandela e também em Lisboa, ver todas as soluções que tínhamos, discutimos e estivemos até a ver todas as soluções que podíamos integrar. Existem, também, foi dito aqui em reunião de Assembleia e, também, em reunião de Câmara Municipal, uma questão entre a IP e a CP, porque o imóvel está no IP mas está registado nas contas da CP e é certo que aquilo que nós compraríamos seria sempre o valor que está registado que teria que sair dos cofres da Câmara Municipal. Aquilo que nós pretendemos com esta solução é uma solução que tem menores custos para a Câmara Municipal e que não põe em causa a utilização que a Câmara Municipal pretende dar ao imóvel. Por isso, porque não um contrato de Comodato? Os riscos de empréstimos que nós temos como viu, nós temos muitos empréstimos a médio e longo prazo, não queríamos aumentar a dívida, isto tem a ver com as condições financeiras do próprio Município e consideramos que nesta fase todo o valor que era pago pelo imóvel poderá ser investido nas obras. Estamos a falar de 850.000,00€ e, portanto, significativo em relação ao valor total da obra e, portanto, a nossa utilização está dita, o nosso caminho está dito, consideramos que é a melhor solução para Mirandela e para o imediato, a realização do projeto para o local.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Quer fazer uma interpelação à Mesa Senhor Deputado?  
Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, eu venho de certa maneira questionar, não é bem uma questão, mas é uma dúvida que me subsiste na consciência, que é exatamente aquilo que se pretende com este contrato, ou seja, nós sabemos que a Linha do Tua fechou e a CDU foi sempre contra o encerramento da Linha do Tua, independentemente de haver aqui quem nem sequer se manifestou contra o encerramento da Linha do Tua. Agora, ouvindo as explicações da Senhora Presidente, estou aqui perante uma situação que me levam a pensar duas situações, e a principal é esta que eu provavelmente não teria questionado, que é exatamente a questão daquilo que está agora aqui em causa que é perceber qual a razão política pela qual o PSD quer votar contra este contrato de Comodato? E agora aqui eu pergunto assim: fazendo esta pequena avaliação será pelo facto de o PSD ter interesses em que a Estação de Mirandela vá parar ao empresário da Linha do Douro? Não! Estou eu a perguntar? É uma dúvida que me subsiste? Portanto se há... não se todos nós queremos o desenvolvimento de Mirandela, porque é isso que o Presidente da concelhia do PSD enche à boca cheia, não só na rádio, como agora aqui também a bem de Mirandela, a bem de Mirandela e quando temos uma questão em que está em causa e aquilo que nós pomos em causa e pusemos sempre em causa foi exatamente o encerramento da Linha do Tua, essa é que era a grande questão em que todos devíamos defender era o não encerramento da Linha do Tua essa é que era a grande força e era aquilo que nos devíamos ter debatido todos por isso. Hoje começo a perceber que realmente aquilo que está em causa é um contrato de Comodato que impede que haja a alienação da Estação de Mirandela a privados e então, sendo assim, eu vou retirar a minha posição inicial em que votava... não eu explico porquê! Eu explico porquê! Porque começo a perceber exatamente que a vossa finalidade é exatamente essa, é que aquela Estação, aquele equipamento que está público passe a poder ser privatizado e eu essa questão também não estou de acordo e não pactuo, portanto, Senhor Presidente eu vou fazer uma alteração da minha intenção de voto e vou-me abster nesta questão. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, ficamos agora a saber que afinal a CDU de Mirandela anda de braço dado com o PS também, há muito tempo, inclusive nos programas de rádio é por isso que tem a votação que tem e sob pena de um dia destes perder o Deputado que tem. Senhor Presidente, nós não somos contra os privados e o investimento privado em Mirandela, mas ficou provado hoje aqui que a Senhora Presidente é adversa a este investimento que tanta falta faz em Mirandela, igualmente também o Senhor Deputado da CDU que mais que devia era andar de forma sindical a defender os Professores, os Juizes, tantas e tantas e tantas do setor público que não defende porque está manietado numa geringonça que não nos leva a lado nenhum.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. Permitam-me só uma coisa, eu acho extremamente benéfico e interessante quando fruto da discussão havida em Assembleia, há mudanças de opiniões. Temos que encarar isso com normalidade, caso contrário as discussões e esclarecimentos de pouco serviriam. A meu ver, trata-se de um sinal de que a nossa discussão é positiva.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, posso? Posso? Senhor Presidente, bem... eu não vou entrar... eu não vou entrar por aí porque realmente seria uma “lata descarada” a minha ser maior que a do Senhor Deputado Paulo Pinto a falar em manifestações e de “braço dado”, etc, Senhor Deputado Paulo Pinto, só lhe vou dizer uma coisa, eu vou ter a minha intenção de voto, como os Senhores Vereadores tiverem na Câmara em relação a este assunto. Vou-me abster. Portanto, é tão simples quanto isto e se alguém é autoflagelado são vocês porque eles abstiveram-se e vocês provavelmente irão votar contra ou se calhar também se vão abster. Só isso.  
Obrigado Senhor Presidente.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos, então, à votação. Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara. Eu acho entusiasmante este tipo de dinâmica de grupo, acho que isto é uma Assembleia, uma aula magna chamemos-lhe assim. Eu também venho aqui porque eu nunca sou um pau mandado de ninguém, tenho isso na cabeça, porque eu também me vou abster, a minha votação vai ser a abstenção, portanto, eu privilegio o património e estando eu a votar contra, não a estou a ser coerente com a minha posição há 24 anos aqui nesta Assembleia, portanto, não seria da minha parte ético, nem correto, nem frontal. E eu sou muito frontal, digo as coisas quando tenho que dizer, não mando dizer por ninguém. Já me conhecem e, portanto, a minha metodologia é esta e há situações que a Senhora Presidente não me esclareceu devidamente, mas pronto. Eu só quero o bem para Mirandela e ela já sabe disso e toda a gente que esteja na posição dela pode contar com a minha ajuda para tudo o que for de melhor para Mirandela, mas eu não sou nenhum mentecapto, eu penso pela minha cabeça, portanto e a atitude que eu tomo é uma atitude de liberdade, coisa que as pessoas não sabem o que é isso se calhar e eu tenho essa atitude ainda de liberdade que muitas pessoas me ensinaram. Disse.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Aliás, nós já sabemos isso, porque já várias vezes tomou posições desalinhas, fruto dessa liberdade, como muitos outros aqui também o fizeram noutros momentos... Sendo assim, então, estamos em condições de passar à votação.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Mesa regista 52 presenças neste momento, na sala. Vamos, então proceder à votação.  
Quem vota contra?  
Vinte votos contra.  
Quem se abstém?

Seis abstenções.

Sendo assim das 52 presenças, obtiveram-se 26 votos a favor, seis abstenções e 20 votos contra., sendo a proposta de Comodato aprovada por maioria.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Querem fazer declarações de voto?

Pode começar o Senhor Deputado *Jorge Pires* por favor.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor, 6 abstenções e 20 votos contra aprovar a Proposta de Celebração de “Contrato de Comodato” entre a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

#### **Declaração de voto**

Isto é uma declaração de voto e ao mesmo tempo defesa da honra. Porque eu considero-me insultado aqui, e vou explicar aqui ao Senhor Deputado da CDU o erro em que está a laborar. Eu defendi uma opção para que a operação fosse feita, ninguém me ouviu aqui dizer que a minha opção era para vender ou não vender. Dei como exemplo, até pode ser se a Câmara precisar de dinheiro, mas essa decisão Senhor Deputado, pertence ao atual Executivo e, portanto, o Senhor não tem o direito de chegar aqui e dizer que nós queremos vender isto. É o Executivo que iria decidir, não somos nós. Daí o eu dizer que é a defesa da minha honra, porque me senti ofendido, e uma declaração de voto, explicando mais ou menos porque é que eu votei contra.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito bem, assim será registado.

Deputado Paulo Pinto.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

#### **Declaração de voto**

Votamos contra, os elementos da bancada do PSD, porque, não somos contra a edificação da obra a realizar, somos contra só, ao protocolo de comodato. Pensamos nós, que não foram esgotadas todas as possibilidades negociais com a Infraestruturas de Portugal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado Paulo Pinto.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Senhor Deputado Jorge Humberto.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

#### **Declaração de voto**

Senhor Presidente, Senhor Deputado, não tive intenção de ofender nem de pôr em causa aquilo que possa ser a pretensão de Vossa Excelência. Aquilo que eu disse e reitero, nós sempre fomos contra o encerramento da Linha do Tua e, portanto, abster-me nesta votação exatamente para evitar que este contrato não caísse em “saco roto” e permite-se que aquele edifício fosse parar à mão de privados.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Senhora Deputada, Luísa Deimãos.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimãos* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

#### **Declaração de voto**

Boa tarde. Eu venho, também, fazer uma declaração de voto. Estou aqui com independência e, voto de acordo com a minha consciência. Não estou ao serviço de ninguém, e, não admito que haja um Deputado que me diga que estou ao serviço de alguém que eu nem sequer conheço. Que nem sequer conheço é só isso que eu quero dizer. Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado, Faustino da Cunha.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faustino da Cunha (CDS-PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

#### **Declaração de voto**

Senhor Presidente, o CDS-PP votou favoravelmente a proposta da realização do contrato de comodato, na medida em que foi a única proposta concreta, na medida em que apareceu nesta Assembleia. Porque aquilo que foi escrito no Boletim número quatro de 2017, foi uma falsa notícia.  
Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. Temos ainda uma declaração da Senhora Deputada Cristina Passas.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:**

#### **Declaração de voto**

Boa tarde. A minha declaração vai no sentido da minha intervenção anterior, isto é, mais do que a forma, neste momento que está a ser discutida, que ela é muito importante e poderá ser revista, é a urgência que de facto aquele património necessita de intervenção, em prol do desenvolvimento económico, empresarial e do comércio de Mirandela, daí, eu de facto ter o mesmo alinhamento que tiveram os Senhores Vereadores da Câmara Municipal da bancada do PSD, achar que de facto não deve ser da minha parte um impedimento que todos esses trabalhos comecem já.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada. Terminadas que estão todas as declarações de voto, passamos ao ponto 4.7 - XI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

#### **4.7 - XI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pergunto quem é que se inscreve para intervir neste ponto?

Registo duas inscrições para este ponto, do Senhor Deputado *Paulo Pinto* e do Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*. Passo a palavra, então, de imediato ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados. Dr.ª *Júlia Rodrigues*, só lhe faltava mais esta, o malabarismo dos números da dívida. Depois do garrote de verão que nos tentou colocar a todos com a obrigatoriedade da assinatura do termo de confidencialidade sobre os resultados da auditoria realizada às contas do Município e que nada provou, agora já não é novidade para ninguém, como o atual Executivo liderado por *Júlia Rodrigues* que no seu conhecido malabarismo dos números da dívida apresenta com pompa e circunstância a situação financeira do Município de Mirandela, ludibriando repetidamente e de forma incorreta os números aos Mirandelenses. A verdade é que foi no anterior mandato, mais precisamente desde o ano de 2015 e em resultado de uma gestão rigorosa que o Município de Mirandela saiu do saneamento financeiro, ora portanto perfaz três anos em dezembro de 2017 que a dívida Municipal tem sido de montante inferior ao limite legalmente previsto, podendo para tal facto ser facilmente comprovado nas sucessivas prestações de contas apreciadas pela Assembleia Municipal nos anos de 2015, 2016 e 2017, disponibilizadas inclusive no site da Câmara/page/239. O montante da dívida é, então, desde 2015, inferior ao legalmente imposto pelo regime financeiro das autarquias locais, estando sim o Município vinculado a um contrato de empréstimo por um período de 12 anos, que foi visado pelo Tribunal de Contas e que tem inerente um plano de saneamento financeiro com propostas e medidas objetivas de redução da dívida a serem implementadas até 2023 e que estava a ser cumprido pelo Executivo Social-democrata. *Júlia Rodrigues* não tem qualquer coerência nos números que apresenta, fazendo o mesmo circo mediático com milhões como se estivessem em causa tostões, em que, por um lado, refere que existe uma dívida oculta de cinco, seis milhões, para de seguida, como por magia, garantir que a dívida da Câmara Municipal de Mirandela foi reduzida em 14,72%, justificando que tal cálculo, tem por base a dívida comunicada à DGAL em dezembro 2017, não referindo que de 2015 a 2017 a dívida já tinha sido substancialmente reduzida. Quando no relatório é afirmado que pela primeira vez desde a implementação do plano de saneamento da dívida se situa abaixo da média da receita corrente líquida dos últimos três anos é de todo incorreta pelo que a minha intervenção é repor somente a verdade. Este Executivo Socialista herdou uma Câmara Municipal com uma situação financeira sustentável e com um plano de investimentos invejável, sendo a própria Presidente da Câmara *Júlia Rodrigues* a assumir, e passo a citar, “o orçamento deste ano foi de continuidade, com uma percentagem elevada alocada a projetos contratualizados pelo anterior Executivo”, ou seja, a atual Presidente de Câmara de Mirandela ficará conhecida como a autarca que vai inaugurar as obras que outros tiveram a arte e o engenho de projetar e financiar. A prova de que o Município de Mirandela não está em saneamento financeiro e que, portanto, a Senhora Presidente, sabe perfeitamente que está a cometer incorreções é o facto de neste momento estarem a decorrer concursos para recrutamento de pessoal quando o orçamento de Estado de 2018 proíbe expressamente essa contratação aos Municípios que encontrem em situação de saneamento financeiro, pelo que mais uma vez os malabarismos do atual Executivo têm perna curta ou caso contrário esses contratos serão declarados ilegais e consequentemente declarados nulos.  
Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Paulo Pinto*, passo a palavra ao Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faustino da Cunha (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Apenas para referir duas questões. Uma das medidas do saneamento financeiro tratava-se da redução e racionalização dos autoconsumos Municipais e implementação de um plano de eficiência energética na iluminação pública. Este assunto já vem, como o plano de saneamento financeiro, do outro Executivo e lembro-me que aqui nesta Assembleia ter havido o anúncio de que iria haver uma grande poupança energética. Ora o que acontece é que 20.000,00€ em setecentos e tal mil euros não é nada e que, mesmo assim, mesmo assim, a iluminação pública desceu os tais 20.000,00€, no montante global de 727.000,00€, mas a energia, o pagamento da energia foi muito superior ao ano de 2017. Por outro lado, há aqui também uma outra medida, medida 17 aumento da eficiência e eficácia da liquidação da cobrança de receitas, já o anterior Executivo apresentou na altura o problema das dívidas dos consumos de água. Na altura foram considerados exagerados. Havia um *decape* de mais de 40% de consumo de água que não era cobrado. E Eu pergunto: alguma coisa foi feita neste sentido? Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Está a verificar-se uma situação pouco comum..., estamos sem quórum. Vou ter que interromper temporariamente a Sessão por esse motivo..., vamos interromper os trabalhos durante cinco minutos, quem quiser pode ir tomar café.

(pausa)

Agradeço, portanto, aos Senhores Deputados que tomem os seus lugares, por favor.

Senhores Deputados, já fizemos um intervalo de cinco minutos... Senhores Deputados tomem os seus lugares por favor, para procedermos à contagem.

Agradeço a todos que rapidamente, regressem aos seus lugares, por favor para fazermos a contagem.

Neste momento já temos quórum e deixai-me acrescentar o seguinte: porque não estamos muito avançados na hora e porque temos já muitos poucos pontos para discutir, eu não faço aquilo que fiz há tempos atrás, suspender a sessão. Permiti-me, no entanto, dizer-vos que temos que ter a responsabilidade, todos nós, em não provocar situações como a que acabamos de verificar... ter necessidade de sair de quando em vez é natural, acontece, mas temos de ter a responsabilidade de verificar se a nossa ausência vai provocar falta de quórum. Também chamo à atenção para os líderes das bancadas terem algum cuidado e alertarem as respetivas bancadas para o efeito. Assim sendo, vamos prosseguir com a nossa Sessão e espero que relevem esta minha tomada de posição, diferente da última, porque em condições em nada iguais às de então.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Estão presentes na sala 37 Deputados Municipais, passamos então, à votação.

Votos contra?

Abstenções?

Portanto, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao ponto 4.8 proposta de... temos aqui uma grelha de votação...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** De facto, este ponto não é para ser votado, há aqui um erro, na proposta que diz deliberação mas este é um assunto que não tem que ser votado, de facto. Portanto, peço desculpa, consideraremos a não votação, porque é um erro administrativo. Este assunto não é para ser votado, é apenas para ser apreciado.

Passamos, então, ao ponto 4.8 - Proposta de Autorização para Renegociar Créditos Cedidos...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Peço desculpa, eu não tenho direita a resposta às intervenções?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço desculpa, de facto, pela falha, a Senhora Presidente da Câmara tem o direito de resposta e então agradeço que o faça por favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bem, relativamente a estas questões levantadas no âmbito do plano de saneamento financeiro começo por responder ao Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*, quando faz a referência à eficiência energética, de facto, vai-se notar somente 20.000,00€ porque ainda não está toda a iluminação pública com iluminação led. Temos agora a substituição de quase 2000 iluminações led e também temos mais iluminação em alguns locais onde não tínhamos antes e, portanto, a eficiência energética vai-se notar no final deste ano a diminuição dos custos.

Relativamente à água tive a ocasião de lhe explicar na manhã que temos estado a fazer um investimento grande na cobrança da água e por outro lado a questão das roturas na nossa rede de água pública que também já tem alguns anos e portanto, tem que ir sendo substituída à medida das nossas possibilidades porque, de facto, são as roturas nas redes que também provocam gastos.

Relativamente ao Deputado *Paulo Pinto*, dizer-lhe que não há quaisquer malabarismos, como referiu, na nossa dívida, de facto, o que existe é pela primeira vez o limite da dívida é abaixo da receita dos últimos três anos e, por isso, a dívida é inferior à média da receita. Alguma dívida do relatório da Deloitte já está a ser incluída, mas na próxima Assembleia Municipal quando for a apresentação das contas teremos oportunidade de discutir este ponto até porque já estão incluídas dívidas neste caso, a 31 de dezembro de 2018 no valor de 15.932.956,00€ já estão incluídas algumas dívidas que tínhamos na Junta de Freguesia de Suções, o INATEL, o Museu do Douro e subsídios vários que já se encontram contabilizados, portanto, estamos a falar de o

limite da dívida ser um total de 27.804.827,00€ e termos a 31 do dezembro 15.932.956,00€ e, portanto, teremos na próxima Assembleia Municipal oportunidade de debater estes números e tudo aquilo que já está incluído na dívida total, como disse, dívidas de Juntas de Freguesia e outras dívidas, a Fundações, a Museus, as Redes, Eixos e subsídios vários. Relativamente aos concursos de Recursos Humanos, posso dizer-lhe que estes concursos dizem respeito a duas situações, uma delas diz respeito aos Sapadores Florestais, como todos sabem é uma parceria que temos com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF,IP) no âmbito dos incêndios florestais e, portanto, são concursos que também estão aprovados e financiados pelo Estado Central. Também questões do projeto da Comunidade Intermunicipal no âmbito do combate ao Insucesso Escolar e por outro lado a regularização dos precários que foi uma medida, que também, foi regularizada e implementada pelo Estado Central e que agora as Câmaras Municipais têm oportunidade de incluir. Nós optamos por integrar 28 precários, que maioritariamente são vagas para operacionais uma vez que são também esses serviços que mais precisam de pessoas a trabalhar e portanto, tudo aquilo que disse afasta-se da realidade atual e não contempla qualquer bom senso político no que diz respeito às opções tomadas que estão realmente de acordo com aquilo que está legalmente correto e são situações que estão preconizadas pelo próprio Governo que de outra forma, não seria possível incluir no quadro da Câmara Municipal.

----- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos, então, para o ponto 4.8 - Proposta de Autorização para Renegociar Créditos Cedidos ao Banco BPI, S.A. pelas Águas do Norte S.A..

#### **4.8 - Proposta de Autorização para Renegociar Créditos Cedidos ao Banco BPI, S.A. pelas Águas do Norte S.A..**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2019 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a autorização para renegociar os termos previstos no Acordo de Transação, celebrado entre o Município de Mirandela e as Águas do Norte, S.A., em 05 de outubro de 2015 e entretanto cedido ao Banco BPI, S.A procedendo-se ao alargamento do prazo estipulado por mais dez anos, sem agravamento dos juros (taxa) previamente estabelecidos no Acordo.**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Relativamente a este ponto estão abertas as inscrições. Registo duas inscrições do Senhor Deputado *Jorge Humberto* e do Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, tal como foi a nossa apreciação no ponto 4.5 desta Assembleia Municipal e como existe um pedido por parte do PCP de apreciação parlamentar do Decreto-lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro nós votamos contra.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*, passo a palavra ao Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faustino da Cunha (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente, Meus Senhores e Minhas Senhoras. É ignorância minha por isso é que eu estou a intervir para pedir algum esclarecimento, porque, em tempos quando fiz parte desta Assembleia sei numa análise das contas de um determinado ano, sei que cheguei a ver e foi aqui decidido a celebração de um acordo de pagamento com as Águas do Norte, em que havia uma determinada importância que era paga mensalmente durante um certo número de anos. E eu agora fiquei surpreendido, então mas o que é? Entregou-se a dívida ao Banco, o Banco paga e a gente paga ao Banco, o que é que se passa aqui? Era só um esclarecimento pessoal muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** De facto, eu tenho de concordar com o Senhor Deputado. Naturalmente que faço uma análise baseada na boa-fé e na capacidade negocial do executivo face a esta proposta, mas temos que concordar que há muito pouca informação e dados concretos da renegociação. Por isso mesmo, eu pedia antes da votação à Senhora Presidente, que nos esclareça um pouco mais sobre este acordo.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Obrigada, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social. Dizer que relativamente aos créditos, a proposta de autorização para renegociação de créditos cedidos ao Banco BPI pelas Águas do Norte S.A, o que aconteceu é que o empréstimo já existia. As Águas do Norte cederam o crédito ao Banco e, portanto aquilo que nós pretendemos fazer é um prolongamento do acordo de pagamento que já tínhamos com esta instituição bancária. Por isso, o que está em causa não é o empréstimo, porque o empréstimo estava feito. Não foi a Câmara Municipal que cedeu os créditos, foram as Águas do Norte que cederam o crédito ao Banco e portanto, nós estamos somente a prolongar este pagamento ao Banco por cedência.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Presumo, portanto, que as condições em termos de taxas se mantêm, não há prejuízo inerente à renegociação..., pelo contrário, haverá até benefício, ou não? Quando há uma renegociação isso pode acontecer...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Não. A única negociação que existe aqui é o prolongamento do prazo de pagamento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Fica portanto igual. Muito bem!

Não sei toda a gente ficou esclarecida, se alguém quer acrescentar mais alguma coisa que diga, no entanto eu deixaria aqui a recomendação no sentido de em situações semelhantes nos fossem fornecidos mais dados. Não há dúvida nenhuma que alguns dados serão técnicos, mas quer entre nós mesa, quer nas várias bancadas, haverá pessoas capazes de analisariam profundamente o assunto. Muito obrigado Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Posso?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sim, com certeza que sim.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Não sei se viram atentamente a documentação que foi entregue. Foi tudo entregue, tem a proposta da Câmara Municipal. Tem, também, depois a operação de cessão de créditos cujo cedente são as Águas do Norte, depois tem o plano de pagamentos entre o Banco BPI e o Município de Mirandela, com o plano de amortização. Portanto, têm toda a documentação e toda a informação. Se fizerem uma leitura atenta tem aqui tudo relativamente a esta operação.  
Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não há dúvidas? Então estamos em condições de proceder à votação.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Neste momento estão 46 Deputados na sala, pelo que estamos em condições de votar. Assim sendo, pergunto à Assembleia:

Quem vota contra?

Um voto contra da Bancada da CDU por parte do Deputado *Jorge Humberto*.

Quem se abstém?

Ninguém se abstém.

Aprovado com maioria com um voto contra.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a Proposta de Autorização para Renegociar Créditos Cedidos ao Banco BPI, S.A. pelas Águas do Norte S.A..”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos, então, para o ponto 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

## 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sobre este ponto pergunto quem é que se quer inscrever para intervir?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Mesa regista duas inscrições.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Vou confirmar as inscrições. O Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, o Senhor Deputado *Rui Sá*, o Senhor Deputado *André Geraldo* e a Senhora Deputada *Otilia Lima*.

Confirmam? Muito bem.

Chamo, então, para intervir o Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso (PSD) disse:** Boa tarde. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.

Eu tenho aqui só quatro tópicos, são curtos, é uma intervenção muito sucinta.

A primeira relativa aqui ao Senhor Deputado é só uma curiosidade, também tive essa preocupação relativamente aos espaços do cidadão, mas a sensação com que fiquei a propósito das transferências diretas da Administração Central para as Freguesias,



*[Handwritten initials and signature]*

a nós não nos deve apoquentar porque essa transferência como um critério de eficiência económica e por isso se o Estado decidisse implementar uma loja do cidadão em cada uma das Freguesias teria perto de 3000 lojas do cidadão para implementar. Isso não vai ser feito, quanto a isso não temos que nos preocupar. Não temos condições, somos Freguesias pequeninas e certamente em Mirandela a meu ver haverá duas, três no máximo, Freguesias que justifiquem essa implementação. Relativamente às competências eu tenho uma grande inquietação, já manifestei na última reunião e queria aqui reiterar isso, porque efetivamente há esse receio que a transferência de competências se consubstancie a uma exoneração do Governo e uma transferência desse ónus para o Município e aquilo que eu mais queria ver salvaguardado é saber que o Município não abdica de um cêntimo que lhe seja atribuído em termos orçamentais para o desenvolvimento das competências que já tem em benefício das competências que passa a avocar e, eu então, a única coisa que eu queria perguntar à Senhora Presidente e aos Senhores Vereadores é se existe algum mecanismo que permita ao Município, ao Executivo para depois posteriormente nos apaziguar aqui enquanto Membros da Assembleia Municipal de sabermos se efetivamente com essa avocação de competências se o Município perdeu meios para responder às solicitações que já tem atualmente porque é certo que o Município já hoje não tem meios para responder a todas as solicitações. Por isso é legítima a minha preocupação e tenho a certeza que não é única e que mais as têm de recear que esse acréscimo de competências se vão traduzir numa perda de meios e eu então queria ver daqui a um ano se as verbas que vieram para cada uma dessas competências que o Município aceita, foram só essas alocadas a essas novas competências, porque, no que a mim me diz respeito e à Freguesia de Alvites que é o que me importa, acima de tudo, claro que o Município também me interessa mas no que diz respeito às competências relativamente aos bens imóveis, já disse na última reunião e reitero aqui que o Município já tem muito património imobiliário. Algum desse património imobiliário está degradado. Eu enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Alvites sei que já temos um orçamento feito e uma candidatura para ser aprovada, mas quer dizer, sei que essas contingências económicas da Câmara não permitem responder a todos, não é, e eu fico com dúvidas se tendo mais património degradado se isso não se vai traduzir na possibilidade de tratar do que já tem. Pronto.

A última sugestão era para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal porque nós enquanto Presidentes de Junta, julgo eu, já várias vezes tive que me deslocar a serviços para tentar agilizar assuntos de Fregueses, não é? E vejo que nos atendimentos prioritários, são advogados, solicitadores, grávidas, mulheres ou idosos é que têm prioridade. Eu então queria lançar o repto, não sei se é possível, mas queria lançar o repto à Assembleia Municipal através da Associação Nacional de Assembleias Municipais, se poderia fazer uma proposta para que Membros das Assembleias Municipais e Presidentes de Junta que no exercício de funções passassem a ter, também, atendimento prioritário junto dos Serviços Públicos, porque não estão a agir no interesse particular, estão a agir ao abrigo do interesse Público e ao abrigo desse interesse Público deveriam ter um atendimento prioritário. Era só isso. Muito bom dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sobre esse assunto, Senhor Deputado Eurico Carrapatoso e dado que se dirigiu à Mesa, é assim: por um lado referiu a Associação Nacional de Assembleias Municipais da qual nós ainda não fazemos parte, por isso mesmo por enquanto não poderemos apelar a eles. Sobre o atendimento privilegiado... é qualquer coisa que nos ultrapassa, é uma questão jurídica, no entanto a observação é corretíssima no meu ponto de vista... Não sei quais serão as medidas a tomar nesse sentido, mas vou tentar saber. Muito obrigado Senhor Deputado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passo agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Sá.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caros Presidentes de Junta e eventualmente público que possa estar presente, Comunicação Social.

O que me traz aqui e atendendo a que somos um concelho marcadamente rural, as nossas Freguesias são nomeadamente rurais, queria fazer aqui um alerta para todos mas muito dirigido aos Presidentes de Junta, no sentido de um alerta que foi ontem publicado em Diário da República, portanto, dia 21 de fevereiro de 2019, o Despacho conjunto n.º1819/2019, despacho conjunto dos Gabinetes do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, da Infraestruturas, Florestas e do Desenvolvimento Rural. Este Despacho Conjunto, mais não diz, a título de resumo, o seguinte: que é obrigatório a quem seja operador de máquinas nomeadamente de tratores agrícolas, passará a ser obrigatório a partir de hoje, contados dois anos a obrigação de serem detentores da frequência de uma ação de formação específica que os habilite na área da proteção e segurança. Atendendo a que o número de acidentes com tratores agrícolas tem causado inúmeras vítimas, algumas das quais vítimas mortais, este alerta, prende-se nomeadamente com o seguinte: os únicos cursos que estão homologados para esta área são ações de formação de 35 horas não financiadas, portanto, não são financiadas, as pessoas podem frequentar mas têm que pagar a formação e o outro que é uma ação de formação homologada de 50 horas é sim financiado. São as únicas duas ações que habilitam as pessoas a poderem fazer o exercício de condução dos tratores agrícolas quer da categoria dois, quer da categoria três. Os da categoria dois são os mais pequenos até 3.500 kg, estão habilitadas as pessoas que têm a carta de condução da categoria B, os da C e da D, estão habilitados à categoria três, ou seja, tratores a partir de 3.500 kg e dizer também o seguinte: estas ações não habilitam a que as pessoas que só podem conduzir tratores da categoria dois, passem a conduzir tratores da categoria três. Não, não é isto. Isto é uma formação complementar que vão ser obrigados a fazer, ou seja, a partir de hoje contados dois anos, é digamos, a *vacatio legis*, o tempo que medeia para as pessoas poderem frequentar esta formação, a partir daí, serão naturalmente queimados, penso eu. Esta era uma situação, que eu queria alertar, porque eu tenho conhecimento e sei, trabalho na área e sei que isto tem acontecido, algumas empresas têm-se deslocado às Freguesias a fazer sessões de esclarecimento e tentar vender ações de formação de 18 horas como habilitantes. Penso que os Senhores Presidentes de Junta devem estar alertados para esta situação e não deixarem que isto aconteça. A informação que vos estou a dar é verdadeira, está a Portaria publicada no Diário da República, todos vocês terão acesso a ela e poderão verificar que aquilo que eu lhes estou a dizer efetivamente é o que consta da Portaria.

*[Handwritten initials and signature]*

Agora, ainda tenho tempo, vou falar aqui um assunto que quase tinha prometido a mim mesmo que não mais falaria nisto, porque eu debati este assunto num programa de rádio com atual Senhora Presidente de Câmara, na altura ainda não era, sobre a temática da água e adjetivei-a até com um adjetivo que não foi muito feliz meu na altura, mas pronto foi o que me saiu. Estas situações, normalmente, normalmente não, obviamente não são de afronta pessoal mas são na discussão do acalorado das coisas, às vezes a gente diz aquilo que calha, e como aqui o colega de bancada trouxe aqui uma situação da água mas pareceu-me que não ficou claro para todos o que efetivamente se passa relativamente a isto. E eu vou dizer uma situação em concreto, depois do que aqui passou eu fui verificar as minhas faturas e trago aqui o exemplo das minhas faturas, é meu, este exemplo é meu. A fatura com leitura em 21 de novembro de 2018, tinha um consumo de cinco metros cúbicos no primeiro escalão, cinco metros cúbicos no segundo escalão e sete metros cúbicos no terceiro escalão, na certeza que, no primeiro escalão são taxados a 0,45 cêntimos, os do segundo a 0,90 cêntimos e os do terceiro escalão a 1,64€, o total da fatura com as taxas que acrescem tinham um montante de 38,94€. A fatura seguinte com leitura a 13 de dezembro de 2018 tem um metro cúbico, na análise pormenorizada da fatura encontrei lá que teria sido leitura comunicada pelo consumidor, exatamente, não sei ao certo se eu comuniquei a leitura ou não eu às vezes faço-o, mas se a comuniquei, ou poderia eu tê-la comunicado mal ou poderia a leitura anterior ter sido mal lida. Na certeza porém que uma casa, um apartamento normal, um agregado familiar de três, quatro pessoas que tenham um consumo de doze ou quinze metros cúbicos, consumo médio, nunca poderia neste mês ter um metro cúbico quando no mês a seguir depois tenho no primeiro escalão cinco metros cúbicos, no segundo cinco metros cúbicos e no terceiro escalão nove metros cúbicos, isto é, no preço do primeiro escalão paguei 2,25€, do segundo 4,50€ e do terceiro escalão como são nove metros cúbicos são 14,76€, ou seja, o que não paguei no mês anterior que seria uma média de 12 metros cúbicos, paguei-os neste mês ao preço do terceiro escalão. O que está aqui em causa é isto, o somatório destas faturas dá 91,00€, se eu tivesse tido um consumo médio de 12,00€ eu teria que ter pago 54,00€, ou seja, há aqui um diferencial de 37,00€. E é isto que eu queria dizer. Eu sei que tem sido e em boa justiça tenho que o dizer, tem sido feito algum esforço para que esta situação seja melhorada e tenho que dizê-lo aqui, que me parece que tem sido melhorada, efetivamente ainda há aqui alguns pontos que podem ser melhorados. Eu penso que estes consumos médios, 37,00€ num espaço de três meses é muito dinheiro para uma família da classe média, não é? Porque estamos a falar de um consumo de doze, quinze metros cúbicos, quer dizer é o que qualquer casa de família gasta. Isto era um registo que lhes queria deixar, que se fosse possível implementar aqui uma média mensal e esta situação possa ficar diluída, tanto melhor para todos. Era isso que eu queria dizer.

Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Rui Sá*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *André Geraldo*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, André Geraldo (PSD) disse:** Boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Colegas de Bancada, Senhores Deputados em geral, Comunicação Social e Público em geral, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O assunto que me traz aqui, já não é a primeira vez, mais uma vez voltamos a bater na tecla do lixo além encostado ao variante e dos Ecopontos para a nossa Freguesia, neste caso, dois que já há muito tempo que espero por eles, inclusive posso dizer aqui que há cerca de um ano tivemos uma visita além à Focsa e a Engenheira Noémia disse-nos lá na palestra que já estavam adjudicados que estavam a concurso e que nos iam ser entregues num curto espaço de tempo. O que é certo é que, já faz um ano, penso eu que está a fazer agora um ano e eles ainda não apareceram.

No segundo ponto vou falar um bocadinho também sobre a Estrada Municipal 578, que é onde eu passo a maior parte do meu dia-a-dia, hoje já fiz três trajetos à minha aldeia. Fui para lá às 6h30m, tive que me ausentar um bocadinho daqui porque tive lá uma reunião às 10h20m, voltei e já tive que ir lá outra vez depois de almoço mais um bocadinho e voltei e estou aqui e tenho novamente que lá voltar. É assim, a Estrada Municipal poderá ser melhorada e às vezes com pouco orçamento. Há lá uns pontos críticos, um deles diz-me respeito a mim que é circundante a uma propriedade que hoje é minha, aqui há sete anos atrás não era e faz fronteira lá numa das curvas um bocado delicadas onde causa bastantes acidentes e eu já no Executivo anterior está ali o Manuel Rodrigues que com certeza deve-se recordar, que eu mostrei-lhe numa visita que eles fizeram à Freguesia, que eu disse assim: ponham aqui o raio de uma máquina, aqui o talude, se for preciso arrancar uma oliveira ou duas ou três não importa, vocês melhorem isto e na altura não se fez nada. E agora convido o Executivo para os levar lá a esse ponto e se realmente acharem que querem melhorá-la um bocadinho com pouco custo, pode-se melhorar. Eu disponibilizei-me a doar os metros que forem necessários para melhorar aquele ponto da Estrada, agora não posso dizer a um vizinho lá da minha aldeia vamos deitar aqui um muro ou dois abaixo que é para melhorarmos a Estrada. Agora que se consegue melhorar às vezes com pouco dinheiro, não estamos a falar aqui em milhões nada disso, não é? Coisas às vezes pequeninas que melhoram e muito o funcionamento da Estrada em geral. Uma das partes mais complicadas que nós temos das Estradas é mesmo a passagem no interior da aldeia da Freixeda, Para pôr-mos lombas não sei se se justifica porque vai o “tac-tac” e as pessoas querem dormir e não conseguem. Porque sei de fonte limpa que mesmo aqui na cidade houve aí locais que aplicaram as lombas e depois os moradores passado um mês foram à Câmara a pedir para lhas retirarem, porque não conseguiam dormir. Na aldeia, claro que há abusos e excesso de velocidade eu próprio se calhar também abuso, não sou mais do que os outros. Mas pronto acho que podemos melhorar ali qualquer coisa sem grandes orçamentos é isso que eu queria deixar aqui de fundo. Claro que para compor aquilo em condições, fazer uma variante de acesso ao IP2, claro que não é com meia dúzia de “coroas” como se costuma dizer que se vai conseguir. Agora também é preciso haver um bocado de vontade política e mexermos-nos para aqui e para além e tudo o que for necessário da parte da nossa Freguesia a gente está convosco para melhorarmos o trajeto

Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *André Geraldo*. Tendo em conta que a Senhora Deputada *Otilia Lima* já não pretende fazer qualquer intervenção passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Passo, então, a responder a tudo aquilo que foi colocado no ponto 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

*[Handwritten initials and signature]*

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, quanto às questões dos Espaços do Cidadão, julgo que, foi somente uma referência às lojas do cidadão e a tudo o que está em causa. Já abordamos esta questão no início dos trabalhos e, portanto, julgo que está esclarecida.

Relativamente às competências, obviamente que as preocupações são sempre legítimas e o acréscimo de competências e todas as que nós aceitamos neste ano, não existe de alguma forma um acréscimo de meios humanos e financeiros e aqueles em que existe este acréscimo está a ser estudado pelos próprios serviços, nomeadamente e como disse na questão da educação e que vem depois a aprovação ou não da aceitação desta competência na Assembleia Municipal até junho e, por isso, as preocupações são legítimas julgo até que existe por exemplo no Diploma da Educação uma comissão de acompanhamento. A Associação Nacional de Municípios Portugueses está a fazer a monitorização como foi proposto no Conselho Geral onde estive presente, a monitorização de todos os Diplomas e aqueles Municípios que estão neste momento a aceitar as competências para este ano certamente depois também terão que dar informações aos outros Municípios que entretanto não aceitaram, mas que vão aceitar para o ano seguinte.

Todos sabemos que em relação ao património e em relação às questões relacionadas com os investimentos, todos sabemos que existe muito património que, de facto, precisa de ser melhorado, um dos quais a nível de património religioso. Temos tido investimentos pontuais em algumas igrejas, em alguma arte, em altares e arte sacra, mas de facto é muito exigente sob o ponto de vista financeiro tudo aquilo que temos que investir no património religioso e como todos sabem é da vontade das populações é da vontade das Juntas de Freguesia e a esse nível a Igreja não tem financiamentos próprios para fazer estas obras, portanto, tem que ser o Município e as Juntas de Freguesia e até as populações a angariarem fundos para poderem fazer estas obras.

Em relação ao atendimento prioritário é uma questão que tem a ver com a Mesa e, portanto, nós podemos ajudar e apoiar sob o ponto de vista jurídico qual poderá ser a solução, mas terá que ficar a resposta para mais tarde porque, de facto, não tenho, informação suficiente, como é que os Presidentes de Junta de Freguesia, poderão ter atendimento prioritário, como têm os advogados, os solicitadores e também as grávidas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Sá* fez o alerta aos Senhores Presidentes de Junta. Também temos outros alertas porque foram feitos editais relativamente à plataforma digital do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tem sido divulgada esta questão relacionada com o sistema da Defesa da Floresta Contra Incêndios e também em relação à Gestão de Combustíveis que vocês têm essa informação que também o nosso Serviço Municipal de Proteção Civil tem trabalhado convosco neste âmbito.

Relativamente às questões que falou relacionadas com as formações, julgo que, poderia fazer chegar essa informação ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia por *email* para que possa ser divulgado por todos. Aqueles que estão presentes já estão informados, os que não estão presentes ficarão com essa informação.

Quanto à temática da água obviamente que não está tudo feito, normalmente privilegiamos as leituras dadas pelos consumidores e há alguns ajustes na faturação do mês seguinte. Teremos que analisar a faturação do Senhor Deputado e depois ver algumas questões que poderão ser melhoradas. De qualquer forma tudo aquilo que é lido, é contabilizado pelos contadores, agora mais aferidos porque são contadores novos, em algumas casas, mas, de facto, o ideal era que cada um de nós desse as leituras e não fosse um colaborador da Câmara a fazer essas leituras. O que é facto é que, quanto mais vezes o colaborador for a casa e ler, menor é o erro no mês seguinte, porque é mais atualizado o consumo da água, portanto, não há tantas surpresas nas faturas no mês seguinte na faturação e é esse o esforço que tem sido feito no sentido de não haver surpresa nos custos da água nas famílias.

Relativamente ao Senhor Presidente *André Geraldo*, dizer que em relação aos ecopontos, como sabe, é uma competência da Resíduos do Nordeste, estão agora a chegar, aqui para o Município são 42, houve um atraso nas entregas dos ecopontos, mas já estão na Resíduos do Nordeste, pelo menos foi a informação que ontem tivemos aqui uma formação da economia circular com a Resíduos e, portanto, julgo que, no mais breve espaço de tempo terá os ecopontos que foram solicitados até porque têm sido uma solicitação de várias Juntas de Freguesia e de algumas aldeias que não têm estes ecopontos.

Relativamente ao lixo encostado ao variante, vou analisar do que se trata, de facto, há alguns pontos que as pessoas, mesmo os não moradores passam e colocam o lixo, mas temos alguns pontos críticos relativamente às recolhas.

Também em algumas aldeias e por uma questão de alteração do operador que trabalhava com a Resíduos do Nordeste, tem camiões maiores que não conseguem passar em algumas ruas mais apertadas o que impossibilita a colocação dos contentores no centro de algumas aldeias e, portanto, faz com que os moradores tenham que se deslocar para a colocação do lixo. O que nos foi dito é que esses carros agora são obrigatórios porque transportam pessoas no lado de trás e portanto têm condições de segurança que são obrigatórias. Atualmente não dá para ter um eixo menor porque não são seguros para os trabalhadores.

Relativamente à Estrada Municipal, de facto, é um investimento grande. Há alguns melhoramentos que podem ser feitos obviamente, mas o que todos e na altura foi muito discutida a questão de Mirandela ficar fora do eixo do IP2, IC5, é verdade, e isso é penalizador para nós porque estamos mais longe de outros Concelhos próximos e, portanto, há vias de acesso que são estruturantes porque criam proximidade entre concelhos vizinhos mas, de facto, Mirandela ficou fora deste eixo e aquilo que lhe posso dizer é que já estivemos em contacto com a IP tratando-se de uma Estrada Municipal, de facto, é difícil, este investimento mas de qualquer forma até em conjunto com o Município de Alfândega da Fé, que como todos sabem utiliza muito essa via, poderemos e deveremos, se possível, fazer o melhoramento e se possível uma qualificação da Estrada.

A questão das lombas é uma questão recorrente em vários acessos. Temos estradas mais perigosas, as questões dos semáforos sinalizadores de velocidade é uma questão que também foi levantada na Estrada perto do nó de Cabanelas porque como todos sabem houve um acidente há pouco tempo e é uma estrada muito perigosa porque tem um bom piso, tem fácil acesso, mas são de facto estradas que acabam por os sinalizadores de velocidade serem uma mais-valia, quanto a nós. Contactada a IP, o que nos disse foi que, sempre que existem acidentes mortais é avaliada a questão da Estrada. Ficamos de propor ou eles avaliarem a situação, propor onde a Câmara Municipal julga necessárias a colocação desses sinais luminosos de redução de velocidade. Julgo que é uma solução, não é viável em todas as vias, mas, de facto, quanto melhor é o acesso também mais perigoso se torna pelo aumento de velocidade de passagem dos carros no interior das aldeias.

Para já é tudo Senhor Presidente.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigada Senhora Presidente, esgotado este ponto Outros Assuntos de Interesse para o Município, fica assim encerrado este ponto,

permitindo-nos passar para o último ponto da nossa ordem de trabalhos do dia de hoje que é respeitante ao segundo período de intervenção do Público.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Mesa pergunta aos presentes se há algum Múncipe interessado em inscrever-se?  
Registamos a indicação do Múncipe Senhor *David Garrido* para intervir. Perguntamos se há mais alguém? Não. Apenas o Senhor *Garrido*. Faz favor, tenha a bondade.

----- **O Senhor David Garrido disse:** Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e restantes elementos do Executivo.

Aquilo que me traz aqui e eu no passado pertenci a esta Assembleia Municipal e levantei o problema do estacionamento ali no Parque da Cocheira em que ao estacionar, quando se abre a porta normalmente se bate no outro carro, porque o espaço de estacionamento é muito reduzido. Aquilo que me foi dito na altura é que estava prevista uma alteração ao Parque, só com uma entrada e uma saída e que depois disso seria revisto. Ora o tempo passou, não foi feito nada, aquilo que eu pergunto é se está previsto alguma coisa para ali ou se entendem que devem alterar as baias de estacionamento.

A outra situação que eu vim falar é relativamente à leituras da água. Todos os meses dou a leitura da água através do telefone, do 800100118, por aí, só que depois chego ao GAM para pagar e dizem: não, ainda não tem leitura nenhuma. Portanto aquilo que está a acontecer, estou a ser enganado, porque penso que está a ser dada a leitura e depois não é registada. Eu entendia que nessa chamada, a exemplo que acontece com a EDP, ao fim da chamada, eu dou três leituras, tenho três contadores, que ao fim da chamada devia dizer: “a sua leitura foi aceite”, e não, desligam completamente o telefone e a gente fica sem saber se foi aceite ou se não foi aceite a leitura. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor *David Garrido*. É um problema que hoje já foi abordado sob vários pontos de vista e eu acho que haverá alguma necessidade, de facto, de o Executivo dedicar alguma atenção a esta questão da água, porque da forma que está, traduz-se muitas vezes em prejuízo significativo para os utentes e possivelmente todos nós já sentimos um pouco isso. Com certeza que haverá soluções que esperamos venham a ser tomadas.

Senhora Presidente quer responder ao Senhor *David Garrido*?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhor Presidente.

Lembro-me perfeitamente da participação do Senhor *David Garrido* nas Sessões da Assembleia Municipal e é com muito gosto que o revejo aqui.

Referiu dois pontos, um dos quais sinceramente nunca tínhamos tido qualquer reclamação e diz respeito à leitura de água pelos números de telefone que utilizam para o GAM, de facto, vamos avaliar, porque nunca tínhamos tido nenhuma reclamação dessa situação e, portanto, não tenho resposta neste momento para lhe dar. Poderemos efetivamente depois contactá-lo no sentido de os Serviços do GAM poderem avaliar esta situação.

Relativamente ao estacionamento, tudo o que diz respeito ao estacionamento e às questões ligadas à mobilidade, como sabem, nós estamos a fazer um estudo desta situação. Tem uma zona de estacionamento curta, principalmente para carros maiores, mas de facto, não existe na Câmara Municipal nenhum projeto de alteração do próprio estacionamento do próprio parque e é uma situação que também não tínhamos conhecimento da existência desta questão apesar de concordar que existe pouco espaço de saída de passageiros.

São duas questões para as quais não temos soluções hoje para dar esta resposta, mas de qualquer forma agradecer estes alertas porque, de facto, são no dia-a-dia e nas rotinas de cada, são problemas que subsistem e nós como sabe estamos a fazer um esforço para as questões da mobilidade para pessoas com mobilidade reduzida e muitas vezes também temos situações e obstáculos à mobilidade nos passeios, nos acessos aos próprios edifícios e temos de facto, tentado, melhorar zonas de intervenção e temos neste momento o serviço de Arquitetura, também, a fazer esta avaliação e a elaboração de zonas de acessibilidade para todos. Mas de qualquer forma agradecemos os alertas e com toda a certeza vamos implementar ações de melhoria. Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhora Presidente. Ainda antes de terminar eu quero fazer aqui duas ou três recomendações/sugestões/pedidos, como queiram entender e um é mesmo para o Executivo no sentido de que os Editais, todos eles, mas falo dos nossos, das Sessões da Assembleia sejam distribuídos de uma forma mais bem direcionada. Até porque a CM tem inclusivamente *outdoors* e vitrinas nas ruas que não estão a ser utilizados e por sua vez andamos a utilizar montras de comerciantes para o efeito quando poderíamos ter esses editais muito melhor expostos. Tem havido reclamações de muita gente que diz que nem soube que houve reunião, que não viram Edital algum... e se calhar têm alguma razão. Eu ultimamente tenho tido o cuidado de verificar o assunto e tenho constatado que a forma não é eficiente.

Outra questão é a seguinte: não há dúvida de que as convocatórias não seguem com muita antecedência, mas seguem sempre com um mínimo de pelo menos quinze dias, mesmo assim há pessoas que só a 24 horas da reunião é que vão justificar a sua falta. Eu vou passar a não aceitar essas justificações, porque, o que é que isso provoca? Provoca que tenhamos aqui lugares vagos na Assembleia, porque quando tardiamente já não há já tempo de fazer convocatórias de substituição. Mas isso ainda é o menos, quem não está presente não está... muito pior e que se continua a verificar com frequência, não vou falar de nomes, vou falar de uma maneira geral, são as ausências da sala por tempo indeterminado, horas e horas, por parte daqueles que estão “presentes”. Nós temos aqui situações e como eu digo não vou falar em nomes pelo respeito que os mesmos me merecem, que

não estiveram presentes nem 50% do tempo da Sessão, o que além de lamentável é pouco ético. E isto acontece um pouco por parte de todas as bancadas, exceção feita à CDU... Portanto, para darmos e mantermos a dignidade desta Assembleia, deveremos todos assumir a responsabilidade de uma presença realmente “presente”, se não podemos estar, deveremos renunciar. Trata-se de um pedido feito em prol da justiça e das regras obrigatórias a todos nós, pelo que agradeço se tome devida nota.


Sem mais. Muito boa tarde a todos e dou assim por encerrada esta Sessão.

----- A Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro foi encerrada, eram 18 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal

  
Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário

  
José António Costa Ferreira